

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (UFAM)
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS (ICHL)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA
AMAZÔNIA (PPGSCA)**

EDILSON DA COSTA ALBARADO

**O SIGNIFICADO DAS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL
DO GRANAV JUNTO ÀS COMUNIDADES RIBEIRINHAS DO MUNICÍPIO DE
PARINTINS (AM)**

PARINTINS - AMAZONAS

2016

EDILSON DA COSTA ALBARADO

**O SIGNIFICADO DAS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL
DO GRANAV JUNTO ÀS COMUNIDADES RIBEIRINHAS DO MUNICÍPIO DE
PARINTINS (AM)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA), da Universidade Federal do Amazonas, como requisito à obtenção do título de Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia.

Orientadora: **Professora Dr.^a Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves**

PARINTINS - AMAZONAS

2016

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

A327s Albarado, Edilson da Costa
O significado das práticas de sustentabilidade socioambiental do GRANAV junto às comunidades ribeirinhas do município de Parintins (AM) / Edilson da Costa Albarado. 2016
165 f.: il.; 31 cm.

Orientadora: Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves
Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) -
Universidade Federal do Amazonas.

1. Sustentabilidade. 2. Práticas Socioambientais. 3. Movimento Ribeirinho. 4. Políticas Públicas. 5. Amazônia.. I. Chaves, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues II. Universidade Federal do Amazonas III. Título



ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DO ALUNO

EDILSON DA COSTA ALBARADO

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e cezesseis, às 14h30 (quatorze e trinta), no auditório Rio Solimões, da Universidade Federal do Amazonas, situado, na Av. General Rodrigo Océvio, 6200, nesta Capital, ocorreu a sessão Pública de Defesa de Dissertação de Mestrado intitulada "O SIGNIFICADO DAS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE DO GRANAV JUNTO ÀS COMUNIDADE RIBEIRINHAS DO MUNICÍPIO DE PARINTINS – AM.", apresentada pelo aluno *Edilson da Costa Albarado* que concluiu todos os pré-requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia, conforme estabelece os Artigos 40 e 41 do Regimento Interno do Curso. Os trabalhos foram instalados pela Prof.^a Dr.^a Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves - UFAM, orientadora e Presidente da Banca Examinadora, que foi constituída, ainda, pela Prof.^a Dr.^a Débora Cristina Bandeira Rodrigues – UFAM e pela Pro.^{fa} Dr.^a Simone Encida Baçal de Oliveira – UFAM. A Banca Examinadora, tendo decidido aceitar a dissertação, passou a arguição pública do mestrando. Encerrados os trabalhos, os examinadores expressaram o seguinte parecer:

- Prof.^a Dr.^a Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves

Parecer: aprovado) Assinatura: [Assinatura]

- Prof.^a Dr.^a Débora Cristina Bandeira Rodrigues

Parecer: aprovado) Assinatura: [Assinatura]

- Prof.^a Dr.^a Simone Encida Baçal de Oliveira

Parecer: APROVADO) Assinatura: [Assinatura]



Parecer Final

A defesa foi aprovada com a recomendação
de incorporar as observações da banca!

Presidente da Banca Examinadora

Proclamados os resultados, foram encerrados os trabalhos e, para constar, eu, Johnny Menezes Fernandes, secretário do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA, lavrei a presente Ata, que assino juntamente com os membros da Banca Examinadora.

Manaus (AM), 27 de junho de 2016.

- Prof.ª Dr.ª Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves

- Prof.ª Dr.ª Débora Cristina Bundeira Rodrigues

- Prof.ª Dr.ª Simone Eneida Baçal de Oliveira

Secretário

DEDICATÓRIA

A meus pais Raimunda Ferreira da Costa e José Bento Albarado, a minha esposa Maria Eliane, a meus filhos Paulo Albarado, Pedro Albarado e Luís Miguel Albarado, pessoas que são muito importantes para minha vida.

AGRADECIMENTO

Meus agradecimentos a Deus pelo dom da vida

Aos meus pais que me acolheram, me criaram e me educaram para ser um ser humano solidário, amigo, companheiro e dedicado a fazer o bem ao próximo sem exigir nada em troca

Aos meus irmãos Alzira Albarado, Edson Albarado, Eraldo Albarado, Eliete Albarado, Eliane Albarado, Eliana Albarado, Cloudoaldo Albarado e todos os meus amigos e familiares que torceram por mim

Aos companheiros e, que agora, se tornaram amigos Naim Santos, Eraldo Albuquerque, Djanir, Adilson, Daniel Albuquerque, Fernando Carvalho, Aldeney, Altair e muitos outros que me acolheram nos seus lares e me acompanharam nas atividades de campo nas comunidades

A minha orientadora a Professora Dr^a. Maria do Perpetuo Socorro Rodrigues Chaves por sua compressão e orientação na produção dessa dissertação

Aos professores do PPGSCA por seus ensinamentos

A professora Maria Audirene por sua colaboração na revisão dessa dissertação

A FAPEAM pela concessão de bolsa e apoio financeiro

E, de maneira especial, agradeço a minha esposa Maria Eliane de Oliveira Vasconcelos e meus filhos pela paciência e compreensão quando estive ausente de suas vidas durante a pesquisa de campo e quando da produção desse trabalho.

EPÍGRAFE

Para ensinar se requer saber estar aí, sentir-se parte do processo comunitário; requer-se paciência, disposição e uma boa dose de sentido coletivo estimula a experiência. Os saberes úteis passam a ser patrimônio da comunidade, e de quem se ensina espera-se que esse saber retorne a sua comunidade (MUÑOS, 2012, p. 312).

RESUMO

O movimento ambiental de povos ribeirinhos do Amazonas por sua sobrevivência e um bem viver protagonizaram lutas pela conservação e preservação dos recursos naturais, por meio de práticas organizativas de sustentabilidade socioambiental no Estado, a exemplo do Grupo Ambiental Natureza Viva (GRANAV), fundado na Ilha do Paraná de Parintins, na década de 1990. O estudo respondeu os significados das práticas de sustentabilidade socioambiental do GRANAV para o modo de vida das comunidades ribeirinhas em Parintins, assim como analisou o significado das práticas de sustentabilidade socioambiental do GRANAV junto a duas comunidades ribeirinhas do município de Parintins (AM). De maneira específica, conheceu os modos de vidas dessas comunidades ribeirinhas; identificou as práticas organizativas do Grupo, e examinou as práticas políticas, sociais, culturais, educacionais, ambientais e econômicas do Grupo junto às comunidades de Menino Deus e Nossa Senhora do Perpetuo Socorro. A necessidade da sobrevivência e de um bem viver dos ribeirinhos dessas comunidades, localizada a 35km da sede do município de Parintins (AM), levou-os a se organizarem e formarem coletivos para conservar e preservar os recursos naturais da água, da terra e da floresta de suas comunidades. Estudou essas práticas organizativas e socioambientais desses sujeitos coletivos da Amazônia que trazem contribuições para uma nova sustentabilidade. O estudo orientou-se por uma abordagem qualitativa, com base na concepção materialista histórico dialética, que conduziu as reflexões, as análises e as discussões, assim como se fez uso da triangulação dos dados selecionados: no marco teórico na pesquisa de campo decorrente das observações diretas, das entrevistas, do registro fotográfico e da análise de documentos oficiais e da inferência do pesquisador pelo acúmulo e experiência adquiridos no percurso dessa pesquisa e da vida acadêmica. Esse cominho analítico apontou que a organização, o pertencimento e a luta consciente dos (as) ribeirinhos (as) possibilitou o acesso as políticas públicas e trouxeram contribuições para o modo de vida e para as condições ambientais, sociais, educacionais, culturais, territoriais e econômicas. Neste estudo, apresentamos contribuições tanto para pensar uma nova sustentabilidade para a civilização atual a partir das vivências familiares e coletivas dos povos amazônidas, quanto para proporcionar experiências de organizações sociais e ambientais enraizadas na cultura do pertencimento à natureza viva. As práticas socioambientais trouxeram um amplo processo de sensibilização que extrapolou os limites das comunidades envolvidas, fortaleceu as lutas por políticas de saúde, educação de qualidade, habitação adequada à realidade, saneamento, cultura, regularização fundiária, agricultura familiar e assistência técnica. Assim como, promoveu organização de coletivos em defesa da natureza viva e experienciou vivência comunitária e familiar dos povos amazônidas como processo promissor para construção de uma nova sustentabilidade amazônica. As práticas organizativas fortaleceu a manutenção do modo de vida e resistência dos ribeirinhos ao modelo capitalista, fortaleceu as lutas organizadas pelo GRANAV nas comunidades, criou uma cultura de pertencimento, de valorização dos saberes local e do modo de vida próprio dos (as) ribeirinhos (as), como metodologia possível para a promoção de um bem viver amazônida.

Palavras Chaves: Sustentabilidade. Práticas Socioambientais. Movimento Ribeirinho. Políticas Públicas. Amazônia.

ABSTRACT

The environmental movement of riverain's peoples of the Amazons started by his survival and a good living fights by the conservation and preservation of the natural resources, through organizational practices of social and environmental sustainability in the State. An example is the Environmental Group Alive Nature (GRANAV), founded in the Island of Paraná of Parintins, in the decade of 1990. This study answered the meanings of the practices of social and environmental sustainability of the GRANAV for the way of life of the riverain's communities in Parintins, as well as it analysed the meaning of the practices of social and environmental sustainability of the GRANAV beside two riverain's communities of the city of Parintins (AM). Of specific way, knew the ways of lives of these riverains communities; it identified the organizational practices of the Group, and examined the political practices, social, cultural, educational, environmental and economic of the Group beside the communities of Boy God and Our Lady of the Perpetuate Socorro. The need of the survival and of a well live of the riverains of these communities, located to 35km of the headquarters of the city of Parintins (AM), carried them to organise and form communities to conserve and preserve the natural resources of the water, of the earth and of the forest of their communities. It has been analysed their social and environmental organizational practices like collective subjects of the Amazonia that bring contributions for a new sustainability. The study has been oriented by a qualitative research, with base in the conception of historical materialist dialectic, that drove the reflections, the analyses and the discussions, as well as it did use of the triangulation of the data selected: in the theoretical frame in the investigation of field due to direct observations, interviews, photographic register and analysis of official documents and of the inference of the researcher by the accumulation and experience acquired in the course of this investigation and of the academic life. This analytical analyses aimed that the organisation, the pertaining and the conscious fight of the (the) riverain's (the) made possible the access the public politics and brought contributions for the way of life and for the environmental conditions, social, educational, cultural, territorial and economic. In this study, we present contributions so much to think a new sustainability for the current civilization from the family experience and collective of the villages amazônidas, what to provide experiences of social and environmental organizations rooted in the culture of the pertaining to the alive nature. The social and environmental practical brought a wide process of sensitization that extrapolated the limits of the communities wrapped, strengthened the fights by politics of health, education of quality, suitable room to the reality, basic sanitation, culture, land regularization, familiar agriculture and technical assistance. As well as, it promoted organization of communities in defense of the alive nature and experiênciou vivencia community and familiar of the villages amazônidas like process promisor for construction of a new Amazon sustainability.

The organizational practices strengthened the maintenance of the way of life and resistance of the riverain's to the capitalist model, strengthened the fights organized by the GRANAV in the communities, created a culture of pertaining, of valorization of the local knowledges and of the way of life typical of the (the) riverain's (the), like possible methodology for the promotion of a good living Amazonian.

Keywords: Sustainability. social and environmental practices. riverain's movement. public politics. amazonia.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 01 - Acordo de pesca.....	82
Imagem 02 - Carteira do AAV.....	84
Imagem 03 - <i>Locus</i> da pesquisa.....	99
Fotografia 01 Quadro da Comunidade Menino Deus.....	103
Fotografia 02 Casa do Programa Minha Casa Minha Vida.....	105
Fotografia 03 Árvores frutíferas mortas em razão da cheia.....	106
Fotografia 04 Quadro da Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	108
Fotografia 05 Separação de resíduo seco.....	117
Fotografia 06 Flutuante "Casa do Saber Popular".....	132
Fotografia 07 A mulher ribeirinha na Assembleia do GRANAV.....	138
Fotografia 08 Plantio de melancia.....	141
Fotografia 09 Casa de criação de abelha.....	143
Fotografia 10 Criação de Abelha em local impróprio.....	144

LISTA DE SIGLAS

ADS - Agencia de Desenvolvimento Sustentável
AGROAMAZON - Agência de Agronegócio do Estado do Amazonas
ASSASE 3 - Associação de sustentabilidade Social e Econômica das Comunidades do Aninga, Parananema e Macurany
ADS - Agência de Desenvolvimento Sustentável
AAV- Agente Ambiental Voluntário
AGAPAN - Associação Gaúcha de Proteção ao Meio Ambiente Natural
AFLORAM - Agência Florestal e Negócio Sustentável do Amazonas
BCB - Banco de Crédito da Borracha
CODEMA - Comissão para o desenvolvimento do estado do Amazonas
CEMAAM - Conselho Estadual de Meio Ambiente
CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente
CNNDA - Campanha pela Defesa e Desenvolvimento da Amazônia
CT&I - Ciência Tecnologia e Inovação
CMMAD - Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento
CBA - Centro de Bio Tecnologia da Amazônia
CAETA - Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
CMDRS - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural sustentável
CDDH- Centro de Defesa dos Direitos Humanos
CPT- Comissão Pastoral da Terra
CIRED - Centre International de Recherche sur l'Environnement et le Développement
CDB - Convenção da Diversidade Biológica
CEB - Comunidades Eclesiais de Base
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EJA - Educação de Jovens e Adultos
FAZ - Fundação Amazônia Sustentável
FINAM - Fundo de Investimento da Amazônia biodiversidade da Amazônia
FUA - Fundação Universidade do Amazonas
FUNCAPI - Fundação Centro de Análise, pesquisa e Inovação Tecnológica
GRENV - Grupo Ecológico Natureza Viva

GRANAV - Grupo Ambiental Natureza Viva
GRUPACOM - Grupo de Proteção Ambiental do Complexo Macuricanã
INPE - Instituto Nacional de Pesquisa Espacial
ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICSEZ - Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia
IAN - Instituto Agrônômico do Norte
IPAAM - Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas
IMA/AM - Instituto de Desenvolvimento dos Recursos Naturais e Proteção Ambiental do Estado do Amazonas
INPA - Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos recursos Renováveis
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IMT - AM - Instituto de Medicina Tropical da Amazônia
MMA - Ministério do Meio Ambiente
OECD - Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento
ONU - Organização das Nações Unidas
ONG - Organização não-governamental
OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico
PIB - Produto Interno Bruto
PPGG7 - Programa Político de Proteção de Floresta Tropical Brasileira
PNMA - Política Nacional de Meio Ambiente
PNN - Programa Nossa Natureza
PNRS - Política Nacional de Resíduos Sólidos
PNMC - Política Nacional de Mudanças Climáticas
PNF - Programa Nacional de Floresta
PGAI - Projeto de Gestão Ambiental Integrado
PUB - Programa Avança Brasil
PU - Plano de Uso
PROBEM - Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para o uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PND - Plano Nacional de Desenvolvimento
PAE - Projeto de Assentamento Agroextrativista
PNB - Política Nacional da Biodiversidade

RDS - Reserva de Desenvolvimento Sustentável
SDS - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SEMED - Secretária Municipal de Educação
SISNAMA - Sistema Nacional do Meio Ambiente
SEMA - Secretaria Especial de Meio Ambiente
SUNC - Sistema de Unidade de Conservação
SFB - Serviço Florestal Brasileiro
SESP - Sistema Especial de Saúde
SNAPP - Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará
SEUC - Sistema Estadual de Unidade de Conservação
SPRN - Subprograma de Política de Recursos Naturais
SEPLAN - Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral
SPVEA - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM - Superintendência de desenvolvimento da Amazônia
SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus
SUDB - Superintendência do Desenvolvimento da Borracha
UPN - União Protetora da Natureza
UC - Unidade de Conservação
WWF - Fundo Mundial para a Natureza

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I	23
1 POLÍTICA DE CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL: SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E AMBIENTALISMO	23
1.1 EMERGÊNCIA DA CRISE SOCIOAMBIENTAL NO MUNDO CONTEMPORÂNEO	23
1.2 EMERGÊNCIA DO ECODESENVOLVIMENTO	25
1.3 AMBIENTALISMO E O MOVIMENTO AMBIENTAL	41
1.4 POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS E OS DESDOBRAMENTOS: FUNDAMENTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIOAMBIENTAIS NO CONTEXTO INTERNACIONAL E NACIONAL	50
CAPÍTULO II	66
2 NAVEGANDO NO MOVIMENTO AMBIENTAL RIBEIRINHO NO AMAZONAS: PERTENCIMENTO A ÁGUA, A TERRA E A FLORESTA	66
2.1 MOVIMENTO RIBEIRINHO NA ILHA DO PARANÁ DE PARINTINS (AM).....	66
2.2 A RESISTÊNCIA COMO PERTENCIMENTO	72
2.3 O GRUPO AMBIENTAL NATUREZA VIVA (GRANAV)	77
2.4 OS ACORDOS COLETIVOS PELOS RECURSOS DA ÁGUA, DA TERRA E DA FLORESTA	80
2.5 GRANAV E OS AGENTES AMBIENTAIS VOLUNTÁRIOS	83
2.6 GRANAV E AS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS E RELIGIOSAS	86
2.7 PROJETO SISTEMA INTEGRADO DE PRODUÇÃO “TERRA E ÁGUA”.....	91
2.8 O GRANAV E UM NOVO MOMENTO	93
CAPÍTULO III	98
3 POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS NA AMAZÔNIA E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: NA ÁGUA, NA TERRA E NA FLORESTA	98
3.1 AS COMUNIDADES RIBEIRINHAS <i>LÓCUS</i> DA PESQUISA	98
3.2 O GRANAV NAS POLÍTICAS DE ESTADO E ELEMENTOS PARA REFLETIR UM DESENVOLVIMENTO INCLUDENTE, SUSTENTÁVEL E SUSTENTADO	110
3.3 DEMANDAS POR POLÍTICAS PÚBLICAS NAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS	116
3.4 COMUNIDADES, ORGANIZAÇÃO E ATORES SOCIAIS E HISTÓRICOS AMAZÔNIDAS	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
REFERÊNCIAS	151
ANEXOS	159

INTRODUÇÃO

A Amazônia tem sido foco de discussões envolvendo as questões ambientais desde a década de 1960. Muitos levantes locais, regionais, nacionais e até internacionais vêm sendo feitos para garantir a preservação e a conservação da Amazônia brasileira, uns com interesse de manter seus lucros e a matéria prima que a economia precisa para continuar crescendo, enquanto que outros como os povos amazonidas que resistem a esse modelo capitalista para garantir seu bem viver e sobrevivência.

Essa preocupação com a floresta amazônica, inclusive, estabelecida no Relatório Nosso Futuro Comum, não impediu a destruição de grande parte da Amazônia pelos grandes projetos, minerais, agropecuários, madeireiros, hidrelétricos e de grãos que ao longo da história, representam os maiores exploradores desses recursos naturais, deixando rastro de destruição, desconsiderando a presença dos povos amazônidas, com seus curtumes e modo de vida junto à natureza. Considerações, que estudos anteriores têm dado visibilidade e reconhecem esse povo, como os guardiões da conservação da Amazônia.

A história revela que muitos *empates*¹ e lutas organizadas foram tomadas por grupos ecológicos, ambientais, organizações não governamentais e até governamentais com menos intensidade. Este último, com interesses econômicos por trás. Os debates sobre as crises ambientais que o mundo vinha sofrendo desde as décadas de 1950, 1960, 1970, 1980, 1990 em diante, foram importantes, porém os resultados práticos foram irrisórios, pois as crises permanecem ainda hoje e parecem longe de ter em um fim.

As ações dos movimentos ecológicos, ambientais e também diplomáticas pelos governos tiveram certa relevância, porém, no começo, as medidas eram pela proteção, daí foram criados parques nacionais em várias partes do mundo. No Brasil se copiou o modelo preservacionista e expulsavam os povos que viviam nas localidades onde foram criadas Unidades de Conservação, Parques e Reservas.

A preservação, como era tratada, não considerava as pessoas e sim a ameaça de escassez de recursos naturais afetar o crescimento econômico, portanto, a preocupação dos países ricos era encontrar soluções que diminuíssem a destruição dos recursos naturais não renováveis, sem afetar o modo de produção e consumo a fim de não comprometer o crescimento econômico. Os opositores a esse modelo capitalista defendiam que deveria haver um limite para o crescimento. A luta contou com apoio dos jornais de maior circulação na

¹Obstrução dos caminhos dos pescadores comerciais quando eles tentam colocar seu equipamento de pesca numa área de pesca, ou preservação, que 'pertence' à uma *comunidade* (LEWIS, 1997, p. 44).

época que pautaram a crise ambiental e chamarem atenção para as consequências negativas que a humanidade poderia sofrer se não houvesse um limite no crescimento.

O surgimento de organizações não governamentais por todo mundo proporcionou vários debates, manifestações e eventos que passaram as pautas das questões ambientais, como a Conferência de Estocolmo, em 1972. O evento chamou a atenção do mundo para esses problemas e para a necessidade urgente de encontrar caminhos que contivessem os agravos das crises ambientais, como a poluição das águas muito frequente na época, por meio da proteção dos recursos naturais.

A questão ambiental no Brasil tomar a maior dimensão quando da realização da Conferência das Organizações das Nações Unidas (ONU), em 1992, no Rio de Janeiro, cujo tema foi o desenvolvimento e o meio ambiente. O Governo brasileiro assinou vários acordos e compromissos para reduzir os impactos ao meio ambiente e, principalmente, para impedir o aumento do desmatamento na Amazônia. Outras nações presentes no evento também assinaram acordos de cooperação.

Os movimentos ambientais e as organizações não-governamentais presentes em um fórum paralelo à Conferência debateram também as questões ambientais e construíram um documento que ficou conhecido como “Tratado de Educação Ambiental para a Sociedade sustentável e de Responsabilidade Global.”, Assumido por todos os presentes e foi apresentado na Conferência.

No estado do Amazonas, os movimentos de ribeirinhos já atuavam em defesa da proteção dos lagos, principal celeiro do pescado, fonte de alimento dos povos amazônidas. Com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), ligada à Igreja Católica, se posicionaram contra a implantação políticas desenvolvimentistas para a Amazônia, exigindo do governo reconhecimento e valorização para com os povos que vivem na Amazônia.

Também, inspirado nessas mobilizações e em favor da proteção da natureza viva da várzea da Ilha do Paraná de Parintins, no município de Parintins (AM), um grupo de ribeirinhos com objetivo de proteger os recursos naturais da água, da terra e da floresta, promover campanhas educativas, apoiar as lutas das comunidades em defesa do meio ambiente, denunciar crimes ambientais e protestar e lutar contra a degradação ambiental e promover projetos para melhorar a vida dos (as) ribeirinhos (as) que residiam na Ilha do Paraná de Parintins, criam, em 1992, o Grupo Ecológico Natureza Viva (GRENAV), constituído legalmente em 1997, com o nome de Grupo Ambiental Natureza Viva (GRANAV).

O GRANAV, antes de ser instituído, seus fundadores tinham um histórico de luta desde a década de 1970 a 1980 em favor da proteção dos lagos. A criação da entidade se deu pela necessidade de institucionalizar essa luta dos ribeirinhos (as) da Ilha do Paraná de Parintins, que, depois expandiu as práticas organizativas e socioambientais para outras comunidades do município de Parintins (AM) tornando-se referência na luta ambiental.

As práticas organizativas socioambientais desenvolvidas pelo GRANAV impediram a pesca predatória, mobilizavam os ribeirinhos (as) para conservarem e preservarem os recursos naturais existentes na localidade a fim de garantir um bem viver e a sobrevivência das presentes e futuras gerações. A ideia de estudar os significados das práticas de sustentabilidade socioambiental do Grupo Ambiental Natureza Viva junto às comunidades ribeirinhas nascem da necessidade de analisar, conhecer, identificar e examinar o modo de vida desse povo amazônida.

A pesquisa analisou o significado das práticas de sustentabilidade socioambiental do Grupo Ambiental Natureza Viva (GRANAV) para o modo de vida das Comunidades Ribeirinhas em Parintins (AM) e, de maneira específica, conheceu os modos de vidas das comunidades ribeirinhas, identificou as práticas organizativas do GRANAV e examinou as práticas políticas, sociais, culturais, educacionais, ambientais e econômicas do GRANAV junto às comunidades envolvidas. Esses objetivos responderam os seguintes questionamentos: Quais as práticas organizativas do GRANAV? Como as práticas de sustentabilidade socioambiental do GRANAV influenciaram as comunidades ribeirinhas em Parintins? Quais as relações que o GRANAV estabeleceu com outras organizações e o poder público para atuar junto às comunidades?

O estudo foi motivado pela atualidade do tema sustentabilidade socioambiental, cuja necessidade de aprofundamento, comprovada por estudos anteriores, aponta que a práxis socioambiental poderá garantir a permanência da humanidade por mais tempo no planeta. Além disso, estavam à urgência de mais estudos teórico-práticos sobre essa questão pode contribuir para pensar um novo modelo de desenvolvimento sustentável para a Amazônia, por meio da socialização dos saberes práticos de sustentabilidade socioambiental de povos da Amazônia e seguram que o impulso de novas pesquisas podem valorizar os conhecimentos tradicionais não só para uso na medicina, mas também podem ser sistematizados para pensar um estilo de vida sustentável.

A construção de novos conhecimentos sobre a práxis socioambiental pode fortalecer e melhorar a atuação dos movimentos ambientais existentes na Amazônia, dando visibilidade às

suas lutas em defesa da conservação e preservação dos recursos naturais da várzea amazônica, bem como pode provocar a criação de novos movimentos que pratiquem a sustentabilidade socioambiental. Este estudo é também sobre a educação política dos atores sociais por meio da práxis dos movimentos sociais e ambientais e, tomando como experiência exitosa o GRANAV, que há mais de três décadas atua nas comunidades ribeirinhas no município de Parintins (AM) interferindo no modo de vida desse povo é um passo nesse processo.

As práticas do GRANAV revelam novas formas de organização, de reivindicação, de lutas sociais e de proposição de políticas públicas eficazes para se alcançar a sustentabilidade ambiental e, inclusive, têm fortalecido as lutas dos movimentos ambientais no município e inspirado a criação de novos. Esse caráter do GRANAV se junta ao que o proponente do estudo aprendeu junto aos movimentos sociais, ambientais e na academia, que a realidade pode sofrer mudanças tanto na vida do indivíduo quanto da coletividade.

A construção de experiências com atividades de pesquisa na área ambiental na graduação, na especialização em Educação Ambiental, na atuação como professor substituto das disciplinas de Educação Ambiental, no Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) em Parintins (AM), impulsionou o interesse por esse tema. E por nós, sermos parte e pertencer a esse contexto amazônica e está imbuído na construção de uma nova sustentabilidade que valorize os saberes dos povos amazônicas e o contato com as lutas sociais e ambientais no município de Parintins (AM) que pode oferecer caminhos reflexivos e práticos para viabilizar o estudo em questão.

Portanto, em termos de contribuição para a pesquisa científica, espera-se ampliar e aprofundar as análises e interpretações a respeito da sustentabilidade socioambiental na Amazônia sob a ótica da práxis, e somar forças aos estudos recentes, os quais demonstram que esta temática não se esgotou devido às crises ambientais que o mundo continua a viver.

O contexto amazônico atual impulsiona a realização de estudos como esse para encontrar estratégias, experiências e práticas que sensibilizem o povo amazônica a resistir a qualquer iniciativa de depredação desse patrimônio que garante o bem viver e a sobrevivência de milhares de pessoas. É urgente, que o poder público, as empresas, as indústrias, a sociedade civil organizada e outras instituições, inclusive internacionais, tenham atitudes práticas e legais para a construção de um desenvolvimento com sustentabilidade que rompa com o modelo atual de produção e consumo, por uma nova sustentabilidade construída a partir de vivências comunitárias e coletivas apontado já por muitos estudos, como os mencionados nessa pesquisa.

O percurso metodológico navegado passa pelo *locus* da pesquisa que foram às comunidades ribeirinhas Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e Menino Deus localizadas na Ilha do Paraná de Parintins, hoje Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Ilha do Paraná de Parintins distante 35km da sede do município de Parintins (AM).

Os sujeitos da pesquisa foram 05 (cinco) membros da comunidade Menino Deus; 05 (cinco) membros da comunidade Nossa senhora do Perpétuo Socorro; 06 (seis) membros do GRANAV; 01(um) professor que atuou na Ilha e 01 (um) funcionário do IBAMA. Os sujeitos da pesquisa serão tratados na dissertação como Entrevistado 01 a Entrevistado 18 preservando a identidade de cada um que participou diretamente como entrevistado.

Os critérios para a inclusão dos 10 comunitários foram ser morador na comunidade há pelo menos 20 anos; não ter afastado da comunidade por período maior que dois anos; conhecer a trajetória da comunidade e o trabalho do GRANAV, ter participado de atividades realizadas pelo GRANAV.

Os membros do GRANAV, 03 (três) foram fundadores que atuaram mais de 20 anos e conhecem profundamente a trajetória do grupo e 03 (três) são membros que estão a mais de 20 anos e conhece a trajetória da entidade. 01 (um) professor que atuou na formação inicial dos membros do GRANAV e conviveu mais de 05 (cinco) anos com os ribeirinhos nas comunidades. 01 (um) funcionário do IBAMA que acompanhou o grupo por mais de 05 (cinco) anos e participou de mais de cinco atividades promovidas pelo GRANAV.

Os comunitários excluídos foram os que participam de maneira esporádica das ações que o GRANAV desenvolveu na localidade, os que no período de cheia das águas se deslocavam para a terra firme; os membros do grupo que ajudaram a funda-lo, mas não participou assiduamente de suas ações, assim como foram excluídos os membros mais novos que não haviam assumido cargos na instituição; os professores que hoje atuam na comunidade e tem pouco conhecimento sobre o grupo e também foram excluídos os professores que passaram pelas comunidades mais não deram aula na “Casa do Saber popular” e foram excluídos os funcionários do IBAMA que não conhecem a profundamente as ações que eram realizadas pelo GRANAV e os que estão em Parintins (AM) a menos de 20 anos.

As informações foram obtidas por meio de entrevistas semiestruturadas que permitiram um encontro do pesquisador com os interlocutores na localidade onde residem. As entrevistas ocorreram de maneira dialogada, descontraída, o uso do roteiro com os principais pontos considerados importantes para responder o problema de pesquisa foi um guia, não uma

camisa de força. As conversas foram todas gravadas e registrado os tópicos relevantes em diário de campo, depois foram transcritas em forma de citações para a dissertação.

Durante a observação, ocorrida quando fomos a campo aplicar as entrevistas e nos eventos realizados pelo GRANAV, no período da pesquisa. Nós nos valem dos sentidos e da percepção para registrar os acontecimentos e conhecimentos vistos e ouvidos nesses momentos. Essa experiência possibilitou a obtenção de informações espontâneas do objeto em estudo.

Por meio do registro fotográfico foi possível optar por imagens que explicam acontecimentos históricos, culturais, sociais, ambientais, políticos e econômicos marcantes das práticas socioambientais e organizativas do GRANAV e das comunidades. Assim como, pela averiguação e análises de documentos realizadas em atas, ofícios, relatórios, acordos de pesca, portarias, estatuto e Plano de uso do PAE Ilha do Paraná de Parintins foi possível desvelar conteúdos comprobatórios das práticas socioambientais e organizativas do GRANAV.

A sistematização, a análise e a discussão dos materiais coletados foram mediados pela a abordagem qualitativa. O uso de mais de uma técnica de coleta de informação como entrevista semiestruturada, observação livre, análise de documentos oficiais e registro fotográfico, usados neste estudo, é a abordagem adequada, defendem Teixeira (2011) e Triviños (1987). Essa abordagem proporcionou analisar um volume maior de material.

Outra opção metodológica foi à triangulação das informações, que permitiu maior liberdade ao pesquisador que, pode inclusive, fazer uso de mais de um método e também observar o objeto por várias maneiras, não se fechando para outros métodos. O percurso da análise e discussão dos materiais caminhou tanto pela análise qualitativa com raízes no materialismo histórico dialético, quanto pela análise da triangulação no tratamento das informações coletadas. Triviños (1987) ressalta que os fenômenos são multicausais, portanto, para estudar e inferir sobre eles, o pesquisador precisou desvendar as raízes históricas, políticas, culturais, educacionais, territoriais, ambientais, econômicas dos (as) ribeirinhos (as) considerando suas relações com a macrorrealidade social.

Essa dinâmica social apresenta contrastes que podem ser entendidos, analisados e interpretados por meio da concepção materialista histórico dialética (SALOMON, 2000), assim como os conflitos ideológicos e políticos (LÖWY, 2003) dos (as) ribeirinhos (as) com os dos invasores de lagos e com o poder público. Possibilitou ainda ser realizada uma análise e discussão crítica e reflexiva (FAZENDA, 2006), em que o pesquisador conseguiu enxergar

o contraditório no objeto estudado e a pontou caminhos para uma possível interferência na realidade.

Pelo volume de material coletado, pelas entrevistas, pelas observações, pela análise de documentos e pelo registro fotográfico se fez necessário a organização e a sistematização das informações mais relevantes que ajudou a compreender e explicar o objeto da pesquisa a partir de uma leitura minuciosa e detalhada dos materiais obtido durante o trabalho de campo, fazendo uso da triangulação (TRIVIÑOS, 1987). Após os registros das informações, houve a seleção das informações que contribuíram para a construção dos conhecimentos que o estudo apresenta.

O procedimento de análise foi feita uma combinação do material das entrevistas, com análise dos documentos, das observações e dos registros fotográficos (SILVERMAN, 2009). Ou seja, a partir dos conceitos empíricos encontrados sobre o objeto de pesquisa, foi possível confirmar os conceitos já existentes sobre a sustentabilidade e construir um novo conceito de sustentabilidade, com base aos conceitos teóricos apresentados no marco teórico.

Assim sendo, à análise percorreu os três passos sugeridos por Barros e Lehfeld (1990). No primeiro, se examinou criticamente os materiais coletados para superar as falhas ou distorções que ocorreram no momento da coleta, em razão do uso de várias técnicas.

O passo seguinte foi à organização desses materiais em seu estado bruto por meio da descrição detalhada, posterior seleção dos materiais, o que reduz, segundo Barros e Lehfeld (1990) o universo de informações coletadas no campo. Isso possibilita, segundo Triviños (1987) explicar e compreender o problema estudado. No caso do estudo em questão, possibilitou explicar, compreender e inferir sobre o significado das práticas de sustentabilidade socioambiental do GRANAV junto às comunidades ribeirinhas do município de Parintins (AM).

O terceiro passo é constituído pela análise interpretativa que se apoiou em três aspectos: os resultados alcançados com as respostas dos sujeitos sociais entrevistados, encontradas em documentos analisados do GRANAV e inferidas pela observação *in loco* e o registro fotográfico; o segundo aspecto formar como base os conceitos teóricos sobre o objeto levantado no marco teórico, manejando os conceitos centrais e os de outros pontos de vista. Por fim, as inferências do pesquisador com base em sua experiência pessoal e profissional (TRIVIÑOS, 1987). A triangulação desses materiais gerou a produção que hora se apresenta para ser analisada e questionada por outros estudos que, por ventura, venham ser realizados sobre a questão em pauta.

A pesquisa foi realizada no período de março de 2014 a maio de 2016 e percorreu por uma pesquisa bibliográfica, um levantamento dos estudos que existem sobre o tema da pesquisa formando o referencial teórico; por uma pesquisa de campo por meio de técnica de entrevista, observação direta, registro fotográfico e análise de documento e, cuminou com uma sistematização, análise e discussão das informações adquiridas, e por fim, na produção dessa dissertação que será, mais uma fonte de pesquisa sobre sustentabilidade socioambiental da Amazônia brasileira.

CAPÍTULO I

1 POLÍTICA DE CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL: SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E AMBIENTALISMO

O objetivo deste capítulo é identificar os principais marcos teóricos e históricos relativos à emergência da crise socioambiental no mundo contemporâneo, e conceituar termos como: ecodesenvolvimento, desenvolvimento, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, assim como discutir as dimensões ambientais, ecológicas, sociais, culturais, políticas e econômicas da sustentabilidade desvendando estratégias que levem a mudanças concretas no modelo convencional de desenvolvimento.

O estudo examinou as emergências de um ecodesenvolvimento que seja capaz de apontar caminhos para às crises ambientais, sociais e econômicas possíveis rumo a uma sociedade sustentável que combata essas crises e almeje um progresso social com justiça ambiental para além do que foi estabelecido no Relatório Nosso Futuro Comum.

Essas reflexões serão feitas a partir dos estudos de Sachs (2004, 2009); Boff (2012); Nobre (2002); Amazonas (2002); Veiga (2005, 2010); Dias (2004); Chaves (2001, 2013); Leff (2010) e Cavalcanti (2009), dentre outros, que trazem contribuições para abordagem analítica deste assunto.

1.1 EMERGÊNCIA DA CRISE SOCIOAMBIENTAL NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Para entender a crise socioambiental no mundo contemporâneo, foi necessário recorrer à história do ambientalismo. Essa história nasceu a partir de acontecimentos que marcaram as preocupações com as questões ambientais. Acontecimentos como: a salinização da produção agrícola nas cidades da Suméria; o desmatamento para retirar lenha e fazer pastagem; a erosão do solo nas colinas da Ática, pela irrigação na Mesopotâmia a centenas de anos e o crescimento populacional que vinha provocando desequilíbrio ambiental desde a Civilização Maia (MCCORMICK, 1992).

No decorrer dos tempos, os problemas ambientais só se agravaram. Várias especulações foram levantadas, principalmente, em relação ao crescimento populacional. Nesse aspecto, uma das teorias mais difundidas foi o pensamento malthusiano por defender a tese de que com a velocidade de crescimento da população, principalmente a mais pobre, estimava-se ser duplicada a cada 25 anos, e a consequência dessa superpopulação seria a

escassez de alimentos sem precedentes e o esgotamento dos recursos naturais (CORAZZA, 2000; MACORMICK, 1992).

Por muito tempo essa teoria foi reverenciada e aplicada em alguns países como a china que limitou o número de filhos. Há quem diga, como Burzryn (2001), que, por causa da teoria malthusiana, foi impulsionado o pensamento ambiental preservacionista, principalmente por indicar preocupação com o equilíbrio populacional e o uso dos recursos naturais, os quais poderiam ser esgotados e comprometer o desenvolvimento planetário. Muitos movimentos sociais e ambientais embarcaram nesse malthusianismo e passaram a defender a preservação estrita, ou seja, a intocabilidade dos recursos naturais. Com o surgimento de novos estudos e movimentos, esse pensamento foi criticado e passou a ser rejeitado.

Com a Revolução Industrial, registrou-se no planeta uma série de ocorrências impactantes na dimensão social, ambiental, cultural e econômica, que despertou preocupação das indústrias e dos governos para as consequências negativas dessa industrialização na vida das pessoas. Era necessário compreender que “[...] a natureza é finita e que o uso equivocado da biosfera ameaça, em última análise, a própria existência humana. [...]” (MCCORMICK, 1992, p. 15).

Com a ampla divulgação dessas ocorrências, o advento das descobertas científicas e o aumento da degradação dos recursos naturais no mundo contemporâneo, à questão ambiental ganha maior visibilidade, e passa a ser uma preocupação da sociedade mundial e não mais só dos amantes da natureza e dos naturalistas. Dessa preocupação surgiram movimentos em escala mundial em favor da proteção dos recursos naturais e à procura de caminhos para um desenvolvimento econômico que minimizasse os impactos ao meio ambiente e às pessoas.

Como resultado disso, surgiram novos modelos e correntes de desenvolvimento enraizados no preservacionismo europeu e conservacionismo norte-americano. Essas correntes de pensamento, por sua vez, eram herdadas da ideia de proteção da natureza que existia antes da década de 1960, que difundia a proteção da vida selvagem e dos animais (DIEGUES, 2008).

Para contrapor a esses modelos, surge, segundo Diegues (2008), correntes como ecologia profunda, a ecologia social e o eco-socialismo/marxismo que podem ser consideradas impulsionadoras de um novo conceito de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável.

1.2 EMERGÊNCIA DO ECODESENVOLVIMENTO

A emergência de soluções diante das crises ambientais levou a realização de vários debates, na década de 1970, sob a coordenação da ONU, com o objetivo de encontrar um caminho para sair da crise que afetava diretamente as pessoas. Dentre os eventos, cita-se, o encontro Founex 1971, uma preparação para a Conferência de Estocolmo de 1972 (SACHS, 2009).

Durante a Conferência, duas posições contrárias entraram em cena. Segundo Sachs (2009), foi preciso encontrar um meio termo que pudesse ser apresentado aos conferencistas e que tivesse aceitação. O primeiro posicionamento argumentava que a preocupação com os recursos naturais, naquele momento, prejudicaria os países em desenvolvimento e em processo de industrialização. A prioridade, defendida por essa corrente, era a aceleração do crescimento, pois quando chegassem ao topo desse processo, neutralizariam os impactos negativos causados ao meio ambiente.

O segundo posicionamento anunciava o caos. Argumentava-se que a continuação do progresso material, trazido pelo desenvolvimento econômico, aliado ao crescimento populacional e, conseqüentemente, ao aumento do consumo, levaria à exaustão dos recursos naturais e ao agravamento da poluição do planeta. Esse pessimismo refletia o pensamento dos fundamentalistas ecológicos e dos malthusianos os quais apontavam o aumento populacional como responsável pela perturbação do meio ambiente “[...] como se o número de não-consumidores – a maioria pobre – importasse mais do que o consumo excessivo da maioria abastada” (SACHS, 2009, p. 51-52).

Na análise de Sachs (2009), em relação a esses posicionamentos se percorreu um caminho do meio, que entendia a necessidade de crescimento econômico mas a necessidade de se usar os recursos naturais com cautela, ou seja, por meio do uso de técnicas limpas que não depredassem a natureza; era preciso aumentar o PIB. Assim, “[...] o objetivo deveria ser o do estabelecimento de um aproveitamento racional e ecologicamente sustentável da natureza em benefício das populações locais, [...]” (SACHS, 2009, p. 53).

Sachs (2009), por meio do seu *Centre International de Recherche sur l'Environnement et le Développement* (CIRED) foi referência desde a década de 1970 em pesquisas sobre desenvolvimento. Esse autor teve importante participação na elaboração dos documentos para a Conferência de Estocolmo, inclusive, na proposição de um novo desenvolvimento com sustentabilidade.

Essa Conferência evidenciou o debate ecológico mundial e sinalizou caminhos para encontrar soluções para os problemas ambientais que estavam ocorrendo na época. Foi por ocasião desse evento que os especialistas do Clube de Roma tiveram a oportunidade de apresentar o relatório, conhecido como Limite do Crescimento. Um relatório, um tanto profético, por apontar a destruição da vida no planeta se não houvesse um limite para o crescimento econômico (NOBRE e AMAZONAS, 2002). As denúncias dos especialistas estavam relacionadas aos problemas ambientais que estavam ocorrendo impulsionados pelo modo de produção e consumo da época e que estavam impactando o ambiente e colocavam em risco a sobrevivência da humanidade se não fossem estacionados.

Esse documento e os eventos que ocorreram durante essa época marcaram a institucionalização do problema ambiental. Apesar do crescimento zero, proposição do Clube de Roma não ter sido aceita, contribuiu para que mais tarde fosse incorporado ao desenvolvimento o termo sustentável (NOBRE e AMAZONAS, 2002). O que não trouxe as mudanças esperadas (SACHS, 2004, 2009; LAYRARGUES, 1997). A Conferência de Estocolmo, por sua vez, inaugura uma série de outros eventos importantes para a questão ambiental, como a Conferência realizada no Brasil, na Cidade do Rio de Janeiro, em 1992. Esses eventos, segundo Nobre (2002), marcaram o lançamento de uma série de medidas de sustentabilidade de maneira padronizada, resultando em políticas públicas ambientais mais preservacionistas e, menos conservacionistas, como a criação das Reservas de Desenvolvimento Sustentável e a proibição do uso dos recursos naturais.

Em 1973, o, então, Secretário Geral da Conferência de Estocolmo, Maurice Strong, deu publicidade ao termo ecodesenvolvimento. Ignacy Sachs se apropriou do termo e construiu o conceito de ecodesenvolvimento (LAYRARGUES, 1997). Esse termo se apresenta, segundo Sachs *apud* (CHAVES, 2013), como uma nova proposição para contrastar ao modelo de desenvolvimento convencional capitalista e industrialista que tinha levado o planeta à crise ambiental catastrófica. Esse ecodesenvolvimento apresentava contribuições importantes para se compreender os significados do termo e relação deles com a sustentabilidade.

O ecodesenvolvimento significava

[...] a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; a garantia do desenvolvimento local, regional e nacional; a erradicação da pobreza, com a superação da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais; a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (CHAVES, 2013, p. 63).

Essas características eram condições básicas para uma sociedade viver com dignidade, com equidade social e ambiental. Representavam caminhos que poderiam levar ao ecodesenvolvimento desde que o desenvolvimento deixasse de ser apenas crescimento econômico e passasse a ter suas bases na sustentabilidade ecológica. As proposições adotadas no ecodesenvolvimento eram compatíveis com a da sustentabilidade ambiental, possível e necessária para a humanidade, principalmente, nesse momento de crise do modelo capitalista (CHAVES, 2013).

Nesse sentido, o desenvolvimento econômico precisava sofrer mudanças radicais que possibilitassem o progresso social, conforme defendia Sachs (2009). O ecodesenvolvimento, para que fosse eficaz, precisaria, além de suprimir as necessidades básicas da sociedade, proporcionar autonomia aos povos, independente de classe social, assim como muni-los de capacidade para gestão dos processos de sustentabilidade necessária (CHAVES, 2013).

O ecodesenvolvimento, por ter como princípio o progresso social, exigia das nações mundiais mudanças no modelo de produção e consumo capitalistas. Essa ideia não foi vista com bons olhos pelos defensores do crescimento econômico. E, para suavizar e não contrariar a opinião pública, o termo foi substituído pelo desenvolvimento sustentável, perdendo o caráter crítico e reflexivo que o ecodesenvolvimento representava (CHAVES, 2013; SACHS, 2004, 2009).

Com o agravamento da crise econômica em escala mundial, principalmente depois da Segunda Guerra Mundial, passou-se a reconhecer que não se está lidando apenas com problemas de ordem econômica, mas também ambiental. Com a Guerra, era nítido o descaso com o possível esgotamento dos recursos naturais que poderiam, inclusive, comprometer o crescimento da economia (NOBRE, 2002; VEIGA, 2005). Esse agravamento da crise impulsionou a criação da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), em 1983, pela Organização das Nações Unidas (ONU) por ocasião da sua Assembleia Geral (LAYRARGUES, 1997).

A criação dessa Comissão impulsionou outras iniciativas na Europa, nos Estados Unidos, na Costa Rica e na Holanda, mas sempre com um viés econômico, ou seja, as medidas tinham um cunho preservacionista, mas não poderiam conter o crescimento econômico dos países (NOBRE, 2002). Esses acontecimentos e atitudes são considerados por Veiga (2010) como as primeiras iniciativas que poderiam levar à sustentabilidade, pois demonstravam preocupações com os limites dos recursos naturais e indicavam a necessidade de ações institucionalizadas. Todavia foram iniciativas vagas, em razão da principal

preocupação que havia sobre o esgotamento dos recursos naturais estarem no comprometimento do crescimento econômico e não ambiental e social, como defendiam também Nobre (2002) e Sachs (2004, 2009).

O termo desenvolvimento sustentável ganhou evidência e houve ampla divulgação para a sua afirmação e normatização. O marco foi a Assembleia Geral da ONU, em 1987, onde o termo desenvolvimento sustentável foi caracterizado por Gro Harlem Brundtland, presidente da CMMAD da ONU, “[...] como um ‘conceito político’ e um ‘conceito amplo para o progresso econômico e social’” (VEIGA, 2005, p. 113 - grifo do autor).

A CMMAD objetivava apresentar estratégia para que até o ano 2000 se alcançasse um desenvolvimento que fosse sustentável. Muitas recomendações foram estabelecidas para manter o crescimento econômico e cuidar do meio ambiente, entre as quais, estão as estratégias de cooperação dos países em desenvolvimento e dos países desenvolvidos por objetivos comuns (LAYRARGUES, 1997).

O esforço da Comissão Brundtland, resultou na construção de um documento que ficou conhecido como Nosso Futuro Comum. Ele trouxe ideias de um desenvolvimento sustentável que agradou tanto aos opositoristas do crescimento econômico quanto aos defensores desse crescimento, ou seja, encontrou um meio termo que permitia o uso dos recursos naturais minimizando os impactos ambientais (CMMAD, 1991).

A Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ocorrida no Rio de Janeiro, no Brasil, em 1992, exerceu importante papel nessa institucionalização e nas medidas implementadas em favor do meio ambiente, de um crescimento dito sustentável e, claro, na divulgação do termo desenvolvimento sustentável para o mundo. Pouco avançou na praticidade exigida pela sustentabilidade, mas foi relevante para os países desenvolvidos que o incorporaram em seus discursos, agradando a opinião pública, mantendo o mesmo estilo de produção, e se responsabilizando pelos impactos ao meio ambiente (VEIGA, 2010).

Essa Conferência divulgou o Relatório Nosso Futuro Comum, elaborado pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU. Nesse documento se observa o acréscimo do adjetivo sustentável ao termo desenvolvimento e o abandono do termo ecodesenvolvimento. A partir daí, a expressão desenvolvimento sustentável foi inserida nos “[...] documentos oficiais dos governos, da diplomacia, dos projetos das empresas, no discurso ambientalista convencional e nos meios de comunicação” (BOFF, 2012, p. 36), passando às vezes a ser utilizado como marca de um produto.

O desenvolvimento sustentável, proposto pelo Relatório Nosso Futuro Comum é um termo ainda vago, sem precisão e não existe consenso como é propagado, o que torna o significado ainda indefinido. Mas, ocupa diversos espaços institucionais como caminho para o desenvolvimento econômico, menos degradante para o meio ambiente (NOBRE, 2002).

O documento da CMMAD (1991) apresentou o desenvolvimento sustentável como o caminho mais viável para atender às necessidades da sociedade atual, sem comprometer as condições de existência das gerações futuras, mas para isso era necessário um esforço comum de toda a humanidade. O relatório, ao generalizar os fatos, omitiu os acontecimentos históricos que levaram a crise ambiental, criando assim um “[...] ‘homem abstrato’, cuja consequência significa a retirada do componente ideológico da questão ambiental, que passa a ser considerada com uma certa dose de ingenuidade e descompromisso [...]” (LAYRARGUES, 1997, p. 4) com os fatos que provocaram tal situação ambiental.

A presidente da Comissão da ONU, Gro Harlem Brundtland, estava convencida de que a humanidade seria capaz de garantir o que estava sendo proposto pelo relatório para se alcançar o desenvolvimento sustentável.

[...]. O conceito de desenvolvimento sustentável tem, é claro, limites - não limites absolutos, mas limitações impostas pelo estágio atual da tecnologia e da organização social, no tocante aos recursos ambientais, e pela capacidade da biosfera de absorver os efeitos da atividade humana. Mas tanto a tecnologia quanto a organização social podem ser geridas e aprimoradas a fim de proporcionar uma nova era de crescimento econômico. [...] (CMMAD, 1991, p. 9).

Os que elaboraram o Relatório Nosso Futuro Comum defendem a necessidade de uma nova forma de desenvolvimento econômico, mais amplo, sustentável, que garanta o progresso da humanidade e cuide do meio ambiente. Esse desenvolvimento sustentável foi apresentado como caminho tanto para os países em desenvolvimento, que auspiciam o crescimento econômico, assim como para manter os países desenvolvidos no ritmo de crescimento já alcançado.

A pobreza, fato inevitável no capitalismo, também poderia ser amenizada pelo desenvolvimento sustentável, o qual promoveria bem estar aos pobres. Se por um lado, a pobreza era considerada endêmica. Os pobres estariam sujeitos às catástrofes ambientais. Por outro a pobreza seria o fator determinante que provocaria os problemas ambientais no mundo.

Essa era a ideia dos defensores do Relatório Nosso Futuro Comum, por isso a pobreza ter sido considerada, por essa corrente, a principal justificativa para que se mantivesse o crescimento econômico como forma de combater esse mal. Assim, se omitia a

responsabilidade com o consumo desenfreado pelos países do norte e a poluição dos recursos naturais causados pelas indústrias (LAYRARGUES, 1997).

Esse desenvolvimento sustentável não atendeu ao que estabeleceu Sachs (2009), sobre o ecodesenvolvimento, até porque, se assim o fosse, não precisaria ter trocado de termo (LAYRARGUES, 1997). A semelhança existente nesses termos é que tanto Sachs (2009) quanto a CMMAD (1991) defendem o direito das gerações futuras aos recursos naturais e que o meio ambiente e a economia precisam caminhar juntos por uma sociedade sustentável.

Contudo, as diferenças, podem até ser sutis, mas fazem toda a diferença para a prática ambiental, quando explicitadas (LAYRARGUES, 1997). Por exemplo, para o desenvolvimento sustentável da Comissão Brundtland, a crise ambiental será combatida pela competitividade do mercado. Nessa lógica, a sustentabilidade será o equilíbrio da exploração dos recursos naturais, num tempo que seja possível sua renovação.

A justiça social, pretendida por esse desenvolvimento sustentável, se baseia na melhoria do padrão de vida nos países pobres, com aumento do consumo e, conseqüentemente, da renda *per capita*, para alcançar o nível dos ricos. Mas, se isso vier a ocorrer, de acordo com os modos de vida dos norte americanos, o planeta Terra não suportará. Logo, não é possível generalizar para toda a humanidade essa ideia de desenvolvimento sustentável.

Para o ecodesenvolvimento, cunhado por Ignacy Sachs, a justiça social

[...] é a equivalência entre o Norte e o Sul, a partir da árdua, mas necessária definição de quais seriam as necessidades básicas e comuns a todas as sociedades, para que possam ser equitativamente partilhadas, embora respeitando a diversidade cultural, determinante dos diferentes padrões de consumo (LAYRARGUES, 1997).

Mas, isso não é considerado no Relatório Nosso Futuro Comum. Esse documento omite a premissa e defende as inovações tecnológicas como principal meio para que todos os povos possam ter acesso à fartura sem afetar a sustentabilidade ambiental, o que é uma meia verdade (LAYRARGUES, 1997).

O Relatório Nosso Futuro Comum defende uma sustentabilidade centrada no crescimento econômico contínuo, mas isso só é possível por meio de uma exploração predatória dos recursos naturais. Leis (1999), criticou o relatório por essa visão reducionista das questões ambientais, a qual requeria maior eficiência econômica e tecnológica por meio institucional e político. Por exemplo, a maneira como vem sendo adotado o termo desenvolvimento sustentável, principalmente pelas empresas, pelas indústrias e pelos órgãos

governamentais, é comparado à adoção da marca de um produto ou de um nome artístico. Isso contribuiu para tornar o termo vazio e ausente das práticas e das atitudes governamentais, embora presente nos discursos e nos programas de governo (VEIGA, 2005).

Analisando o posicionamento dos autores sobre a difusão das ideias de desenvolvimento sustentável para o alcance da sustentabilidade é possível inferir, com base no estudo de Diegues (2008), e, mais recente de Rodrigues e Silva (2013), quais correntes do pensamento ecológico estão explícitas nas posições desses autores. Sachs (2004, 2009) e Chaves (2013) têm posicionamentos que correspondem a uma ecologia social ou a uma ecologia radical e, também, ao eco-socialismo (DIEGUES, 2008; RODRIGUES; SILVA, 2013).

A ecologia social considera que o modelo de produção e consumo capitalista vem provocando danos irreversíveis à natureza como a contaminação das águas pela exploração mineral e devastação da floresta para dar lugar a pasto e a plantação de soja, questionam as práticas econômicas, políticas e sociais do sistema capitalista e consideram os seres humanos como seres sociais e históricos. Tanto Sachs (2004, 2009) quanto Chaves (2013, 2014) comungam da visão de Bookchin *apud* Diegues (2008) que apontava os modos de vida dos povos amazônidas como um caminho para a construção de uma sociedade sustentável, uma forma diferente de construção de saberes e conhecimentos considerados tradicionais, tecnológicos e inovações de baixo impacto ambiental e adaptados ao contexto local.

O mundo, portanto, carece de inovação com sustentabilidade para construir “[...] um novo paradigma técnico produtivo e de ciência, tecnologia e inovação [...]” (CHAVES, 2013, p.64). Essa construção precisa partir da necessidade concreta encontrada e vivida pelas sociedades. Uma construção condicionada pela sustentabilidade ambiental e social que promova um desenvolvimento justo e equitativo.

O caminho a ser percorrido pela inovação com sustentabilidade precisa está pautado em cinco proposições. A primeira diz respeito à mudança do atual modelo de produção e consumo; a segunda do uso de recursos naturais com sustentabilidade ambiental; a terceira a valorização da criatividade na implementação de métodos, de técnicas e de tecnologias; a quarta proposta diz respeito às necessidades sociais determinadas pelo social e pelo cultural, assim como devem servir de base para a criação de políticas públicas viáveis e, a quinta propõe a solidariedade e a equidade social entre gerações como necessária para a sustentabilidade (CHAVES, 2013).

Pode até parecer distante, mas não é impossível construir uma sustentabilidade pautada nesses princípios. Contudo, isso exige vontade política das instituições, ao passo que o sujeito social e histórico somaria nessa construção (CHAVES, 2013), como já vem ocorrendo por meio do protagonismo de muitos povos, com ações locais individuais e coletivas em prol de uma sustentabilidade que promova um bem viver nas suas próprias localidades, a exemplo dos povos da Amazônia.

Isso pode levar ao progresso social como propagado por Sachs (2004, 2009) e a um desenvolvimento sustentável, pautado no estilo comunitário, numa economia solidária (BOFF, 2012), não capitalista, em que a produção tenha participação “[...] dos cidadãos, das comunidades e na gestão de seus recursos produtivos” (CLARK, 1997 *apud* RODRIGUES e SILVA, 2013, p. 88).

Na corrente do eco-socialismo, o pensamento de Sachs (2004, 2009) e Chaves (2013, 2014) apontam para a necessária conservação dos recursos naturais e para a urgência na mudança do modo de consumo e produção, que tem levado à exploração da natureza de maneira predatória. Eles propõem o uso inteligente dos recursos naturais que valorize as comunidades locais, tendo como estratégia o ecodesenvolvimento.

O economista Cavalcanti (2009) defende a ecoeconomia que passa por uma mudança de dimensão global nas estruturas e nas normas vigentes desse modelo de desenvolvimento econômico atual. Ele aponta o modo de vida local dos povos da Amazônia como um exemplo a ser considerado. É preciso aprender com eles a viver com os limites da natureza, numa relação de simbiose homem/natureza, e não de domínio.

Na Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, da ONU, é nítida a corrente preservacionista, com menos ênfase a conservacionista (DIEGUES, 2008), consideradas por Rodrigues e Silva (2013) como modernismo ecológico enraizado no estilo neoliberal de desenvolvimento sustentável. O preservacionismo preza pela eficiência econômica e tecnológica, pelo crescimento contínuo, pela economia de mercado, pela proteção da natureza sem a presença humana, e é contrário ao esgotamento dos recursos naturais que venha a comprometer o crescimento da economia (NOBRE, 2002; VEIGA, 2005).

O conservacionismo preza pelo uso racional dos recursos naturais, pela satisfação das necessidades e aspirações das gerações presentes e futuras. A conservação é pelo resguardo de danos ambientais, pelo manejo dos recursos da natureza, pela preservação, pela manutenção e pela utilização desses recursos. Defende tanto a tecnologia quanto à organização social como

capazes de levar a uma nova era de crescimento econômico cuidando do meio ambiente (DIEGUES, 2008). Portanto, o desenvolvimento sustentável, apresentado pelo relatório Nosso Futuro Comum, não é tão sustentável como parece ser. Além disso, ele é propagado por quem controla o modelo de produção e de consumo no planeta, e considera os recursos naturais como fator de competição no mercado. Para eles na natureza é mercadoria, com valor monetário.

Por conseguinte, Rodrigues e Silva (2013) destacam que o pacote tecnológico dos neoliberais orienta os processos de produção para cumprir as leis do mercado, maximizando os lucros em tempo recorde e, ao meio ambiente, caberia à diminuição de alguns impactos ambientais. Então, esse modelo de desenvolvimento sustentável não vislumbra mudanças estruturais e institucionais concretas que possam proporcionar o progresso social, com justiça ambiental, como propôs Sachs com o ecodesenvolvimento.

1.2.1 Por uma sustentabilidade integral

Tratar de um tema tão complexo como a sustentabilidade torna-se desafiador por existir várias interpretações, significados e ideologias criadas ao longo da história. Apesar de alguns autores considerarem o termo desenvolvimento sustentável como sinônimo de sustentabilidade, há os que consideram a sustentabilidade como adjetivo do substantivo desenvolvimento (LÉLÉ *apud* NOBRE, 2002; VEIGA, 2010).

O foco deste debate aborda a sustentabilidade proposta inicialmente por biólogos e ecólogos “[...] cuja lógica é circular e incluyente [...]” (BOF, 2012, p.45) e por economistas, ambientalistas e sociólogos, como Leff (2010) que aponta a sustentabilidade como caminho para recriar condições para a vida da humanidade. Cavalcanti (2009) vê a sustentabilidade como um estilo de vida; Veiga (2010) como um novo valor, uma resiliência do ecossistema; e, Sachs (2009) a considera como estratégia para diminuir as desigualdades sociais e levar a um progresso social.

O debate é iniciado pelo economista Sachs (2009) renomado internacionalmente pelos trabalhos em prol de um ecodesenvolvimento que leve a humanidade ao progresso social, diferente do progresso econômico. O autor considera que a bomba atômica jogada em Hiroshima e a ida do homem à lua são os dois acontecimentos que marcaram a preocupação da sociedade mundial com a vida dos seres humanos e da natureza. O primeiro acontecimento trouxe um alerta para o mundo sobre a capacidade do homem de destruir própria espécie,

como o fizeram com os habitantes de Hiroshima e, o segundo comprova a possibilidade de um fim para o planeta, a Terra não é uma espaçonave como era propagado antigamente.

Esses acontecimentos provocaram na sociedade mundial uma sensibilização a respeito dos limites dos recursos naturais, assim como sobre as consequências da agressão ao ambiente natural. Como resultado disso, houve a proposição de várias ideias para conter o avanço da destruição do planeta e, conseqüentemente, da humanidade, mas sem que a classe burguesa perdesse os privilégios.

Até a década de 1970, o termo sustentável era um adjetivo técnico usado por cientistas principalmente biólogos e agrônomos ao defenderem a tese de que a sustentabilidade era “[...] a possibilidade de um ecossistema não perder sua resiliência, mesmo estando sujeito à agressão humana recorrente. O exemplo mais óbvio é o da pesca que não compromete a reprodução dos cardumes” (VEIGA, 2010, p. 11). Logo, é preciso permitir a reprodução das espécies para não comprometer a sobrevivência e manutenção das comunidades dependentes desses recursos.

Como o termo sustentabilidade depende de definição conceitual consolidada, não se compreende que ele é um valor novo e uma cultura nova “[...] Que só começou a firmar-se meio século depois da adoção, pela ONU, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948 [...]” (VEIGA, 2010, p. 13). A qualidade de resiliência diz respeito à capacidade que o ecossistema tem para não perder o seu estado natural, mesmo sofrendo impacto, ou seja, mesmo sofrendo com a exploração, o ambiente natural não perde a capacidade de se regenerar.

Para Sachs (2009), o termo sustentabilidade é cunhado a partir de várias dimensões, não está restrito ao ambiental ou ao econômico, mas também abrange o social, o cultural, o ambiental, o territorial, o econômico, o político e o internacional.

Dessa forma, pelo critério social, defende-se o alcance da hegemonia social, com distribuição de renda, emprego, e garantia de acesso igualitário a produtos e serviços sociais. O cultural instiga a valorização da identidade local, dos costumes e das tradições, com autonomia das localidades. O critério ecológico diz respeito à preservação das riquezas naturais e diminuição do uso de recursos naturais não renováveis. O ambiental passa pela valorização da capacidade que os ecossistemas naturais têm de se regenerar. E o territorial diz respeito à garantia de investimentos públicos tanto no urbano quanto no rural de maneira equitativa.

O aspecto econômico deve ocorrer de maneira equilibrada, para garantir a segurança alimentar e a modernização na maneira de produzir. O político nacional diz respeito à apropriação dos direitos humanos universais e a coesão social, cabendo ao político internacional a promoção da paz, da cooperação internacional, por meio da eficiência do órgão de preservação de guerra da ONU. São critérios que exigem, principalmente, dos governos, medidas estruturantes e normativas (SACHS, 2009; CAVALCANTI, 2009) capazes de provocar mudanças nas atuais práticas e atitudes consideradas insustentáveis por seu viés de crescimento econômico.

Nessa ideia, a dimensão econômica não pode, em hipótese alguma, ser tratada como condição para as outras, uma vez que juntas, as dimensões destacadas acima, representam a sustentabilidade. Não é possível pensar em sustentabilidade partindo apenas das condições econômicas como vem se propagando. Os demais critérios precisam estar interligadas entre si como condicionantes da sustentabilidade.

Esses critérios também servem de críticas ao modelo de sustentabilidade defendida pela ONU, e difundido pela CMMAD, pois não condizem com a sustentabilidade necessária para manutenção da vida por mais tempo no planeta Terra. O mesmo serve para as grandes indústrias que fazem uso do termo sustentabilidade, mas não aceitam diminuir seu crescimento e muito menos aceitam mudar o modo de consumo de matéria prima, não renovável, assim como seu modo de produção.

Chaves (2013), que comunga com as ideias de Sachs (2009), acredita que

[...] para superar o jogo de forças e a trama que envolve o exercício da sustentabilidade, o desafio que se apresenta é capacidade não apenas para formular um discurso analítico, mas de criar mecanismos e instrumentos genuinamente correntes com os interesses de uma sociedade justa, que sejam coerentes e eficazes para enfrentar os problemas contemporâneos que se apresentam (CHAVES, 2013, p. 64).

Aceitar esse desenvolvimento sustentável, proposto pelo Relatório Nosso Futuro Comum, como vem sendo copiado pelos países em desenvolvimento, como o Brasil, é um tanto preocupante, pois, ao almejarem o desenvolvimento dos países ricos, criaram dependência econômica, tecnológica e científica se distanciando dos princípios do desenvolvimento com sustentabilidade ambiental, social e econômica; distanciaram-se de um possível ecodesenvolvimento (SACHS, 2004, 2009).

Pensar em um desenvolvimento sustentável que garanta a sustentabilidade é proporcionar “[...] acesso e oportunidades à modernidade que possibilitem uma inserção justa

dos povos tradicionais [...]” (CHAVES, 2013, p. 65). Para a sustentabilidade chegar a este nível, algumas ações são necessárias como:

1. a implantação e consolidação de práticas de proteção e conservação das reservas da biosfera para assegurar a continuidade da sociobiodiversidade regional; 2. a difusão e socialização dos conhecimentos produzidos em CT&I para sociedade; 3. a criação de condições para que a população local experimente a melhoria nas condições de vida num efetivo exercício de conquista de cidadania pela inclusão social (CHAVES, 2013, p.65-66).

Essas condições precisam ocorrer simultaneamente e articuladas para alcançar a sustentabilidade integral necessária a um bem viver e para a subsistência dos povos amazônidas, podendo inclusive servir de experiências para a sociedade mundial.

A ideia consiste pensar as dimensões da sustentabilidade em sua totalidade, “[...] tornar imperioso para a sociedade como um todo atuar em prol da superação das disparidades econômicas e políticas, pelo estabelecimento de aliança entre desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social [...]” (CHAVES, 2013, p. 64), aliado também ao desenvolvimento ambiental, acreditando na possibilidade da transformação do modelo de desenvolvimento, visto apenas como crescimento econômico, por um desenvolvimento sustentável que leve ao alcance da sustentabilidade integral.

Essa transformação precisa passar por orientação e reorientação de novos padrões tanto de produção quanto de consumo que não venham a comprometer a vida dos ecossistemas e, conseqüentemente, comprometer a permanência por mais tempo do ser humano na Terra (CHAVES, 2013). São mudanças de dimensão global estruturante e normativa, mas também local, a exemplo do modo de vida sustentável dos povos amazônidas (CAVALCANTI, 2009).

A sustentabilidade é um paradigma do estilo de vida justificado pelo modo de vida dos indígenas da Amazônia, visto como distinto do modo de vida da sociedade norte americana. São dois paradigmas de estilos de vida extremamente diferente, o primeiro representa “[...] uma máxima parcimônia termodinâmica e de reverência pela natureza [...]” (CAVALCANTI, 2009, p. 155), como vivem os povos tradicionais da Amazônia. O segundo tem conduzido ao estresse dos recursos ambientais, sem nenhuma preocupação com o esgotamento desses bens e com os prejuízos disso para a própria humanidade; tudo para assegurar os padrões de consumo dos norte americanos.

No exemplo do primeiro paradigma, não existe acumulação de capital. *Feedbacks* negativos são a norma, muito em sintonia com os padrões da natureza. No segundo

caso, a idéia de se alargarem continuamente as dimensões da economia prevalece, com suas implicações no tocante a desequilíbrios cumulativos à maneira dos *feedbacks* positivos (CAVALCANTI, 2009, p. 156 – grifo do autor).

A vida dos indígenas da Amazônia e dos próprios povos existentes hoje na Amazônia brasileira, em sua maioria, depende exclusivamente da utilização de recursos renováveis. Cavalcanti (2009), ressalta que essas fontes de energia vêm exclusivamente da fotossíntese e que “[...]. Não ocorre destruição visível do meio ambiente entre os índios e sua forma de conhecimento depende da experiência [...]. Um ponto a se sublinhar aqui é a importância da ciência indígena como referência para o homem moderno. [...]” (p.156). A ciência indígena tem sido referência para a modernidade. Logo, o seu estilo de vida não poderia servir de base para se alcançar a sustentabilidade integral? Para determinadas áreas da ciência, seria o retrocesso não acumular lucro.

É claro que as gerações atuais precisam de alimentos, de roupa, de combustível fóssil, da madeira, enfim, dos recursos que vêm da biomassa (recursos naturais), não é que agora, para resolver a escassez desses recursos e a crise ambiental do planeta, se deverá voltar ao passado e viver como as primeiras civilizações ou como os indígenas da Amazônia. Na antiguidade, já se fazia uso de produtos da biomassa com inteligência para garantir a sobrevivência das espécies. Esse uso continua na atualidade, mas agora de maneira mais predatória e irresponsável tanto com as gerações atuais, quanto com as gerações futuras que não poderão mais usufruir desses recursos, não só porque poderão não mais existir, mas porque poderão estar impróprios para a utilização (SACHS, 2009).

Urge a necessidade de “[...] transformar o conhecimento dos povos dos ecossistemas, decodificado e recodificado pelas etnociências, como um ponto de partida para a invenção de uma moderna civilização de biomassa [...]” (SACHS, 2009, p. 30). A sociedade atual precisa aprender, segundo Cavalcanti (2009), a viver com os limites de sua realidade, adaptando-se ao meio ambiente e ter como referência a sustentabilidade dos indígenas, ou seja, o exemplo de ciências.

Nesse viés, portanto, a sustentabilidade

[...] significa a possibilidade de se obterem continuamente condições iguais ou superiores de vida para um grupo de pessoas e seus sucessores em dado ecossistema. Numa situação sustentável, o meio ambiente é menos perceptivelmente degradado, embora, como sabemos, o processo entrópico nunca cesse, procedendo invisível e irrevogavelmente e levando ao declínio inflexível de estoque de energia disponíveis na terra. Esta é essencialmente a natureza do problema ecológico. Por isso, é muito difícil imaginar como a queima de combustíveis fósseis pode ocorrer no âmbito de um contexto sustentável. O conceito de sustentabilidade equivale à idéia de manutenção de nosso sistema de suporte da vida. Ele significa comportamento que

procura obedecer às leis da natureza. Basicamente, trata-se do reconhecimento do que é biologicamente possível em uma perspectiva de longo prazo (CAVALCANTI, 2009, p. 165).

A citação reforça ainda mais a necessidade da sustentabilidade integral para garantir a manutenção do sistema de suporte da vida, por isso é tão importante ocorrer uma mudança radical no atual modelo de desenvolvimento, não apenas mudança de nome, como hoje se apresenta, mas sim de significados que superem as correntes tradicionais e neotradicionais. Uso planejado, consciente, fundamentado em pesquisa e processo de construção de novas formas, modelos de produção e consumo, implica mudanças culturais, educacionais, sociais, econômicas e políticas profundas.

O ambientalista mexicano Leff (2010) defende a tese de que a sustentabilidade tem seu olhar para o futuro, por isso necessita que sejam pensadas hoje novas maneiras e processos de produção, de consumo e da própria economia.

A nova economia está sendo construída pelos novos movimentos sociais indígenas e camponeses, que estão reconhecendo e reinventando suas cosmovisões, suas tradições e suas práticas produtivas, reposicionando suas identidades nesta reconfiguração do mundo diante da globalização econômica e atribuindo valores culturais à natureza [...] (p. 31-32).

A reflexão trazida no parágrafo anterior dá conta de que a sustentabilidade integral passa pela valorização das identidades locais e pela necessidade de romper com o modelo de globalização econômica imposta ao longo da história. Isso não parece ser uma tarefa fácil, porém pode ser possível, haja vista que muitos estudos, programas, normas, legislações e acordos vêm sendo realizados ao longo de décadas, ainda faltando a efetivação e a fiscalização para o cumprimento desses avanços.

Os movimentos indígenas, camponeses, ribeirinhos, quilombolas, de quebradeira de coco babaçu, de pescadores, de agricultores familiares e de outros povos amaônidas, vêm protagonizando práticas sustentáveis, mas que não são suficientes para mudar as estruturas do sistema econômico vigente (ALMEIDA, 2008). Por outro lado, sabe-se que, para garantir a permanência dos seres humanos por mais tempo no planeta Terra, é preciso buscar o equilíbrio ou uma justa inter-relação entre sociedade e natureza.

A sustentabilidade integral exige um esforço coletivo muito grande tanto dos movimentos sociais e da sociedade civil quanto das indústrias, empresas e governos que precisam sair do discurso e ir para a prática começando pela mudança no processo produtivo, na forma de consumo de matéria prima. A sustentabilidade é, portanto, “[...] uma maneira de

abrir o curso da história, um devir que se forja recriando as condições da vida no planeta e os sentidos da existência humana” (LEFF, 2010, p.32).

Para Amazonas (2002), a sustentabilidade é uma última instância quando se trata da ética de perpetuação da humanidade. E, ao olhar pelo viés econômico, se tem a necessidade de utilizar eticamente os recursos da natureza, para que a vida não pereça precocemente.

O teólogo Leonardo Boff (2012) propõe uma sustentabilidade integral que seja capaz de forçar mudanças tanto de consumo quanto de produção em que possa

[...] atender o inteiro Sistema Terra, o Sistema Vida e o Sistema Vida Humana. Sem esta ampla perspectiva o discurso da sustentabilidade permanecerá apenas discurso, quando da realidade nos urge à efetivação rápida e eficiente da sustentabilidade, a preço de perdermos nosso lugar neste pequeno e belo planeta, a única Casa Comum que temos para morar (p.65).

Ressalta ainda o autor que o desenvolvimento sustentável incorporado pelas instituições públicas e privadas precisam ultrapassar a ideia de crescimento econômico e do progresso econômico, pois já existem motivos suficientes de que o uso desordenado dos recursos naturais por esse modelo está exaurindo essas fontes. Isso poderá comprometer as condições de sobrevivência para toda a civilização moderna e pós-moderna, rica e pobre, ao mesmo tempo.

Para Boff (2012), a sustentabilidade é uma necessidade muito antiga, mas vai ter maior repercussão a partir da década de 1970 em razão das crises ambientais que vinham se repetindo, causando desastre e mortes. Dessa época até aos dias atuais, a sustentabilidade vem passando por vários modelos, dentre os quais estão: o modelo-padrão de desenvolvimento sustentável: sustentabilidade retórica; melhorarias ao modelo-padrão de sustentabilidade; modelo do neocapitalismo: ausência de sustentabilidade; modelo da economia verde: a sustentabilidade fraca; modelo do ecossocialismo: a sustentabilidade insuficiente.

Assim como os modelos do ecodesenvolvimento ou da bioeconomia: sustentabilidade possível; da economia solidária: a microssustentabilidade viável e do bem-viver dos povos andinos: a sustentabilidade desejada. Dentre estes modelos, destaca-se a contribuição dos três últimos para as reflexões sobre a sustentabilidade integral.

No modelo do ecodesenvolvimento ou da bioeconomia: sustentabilidade possível, a economia e a natureza não se separam, o defensor dessa tese é matemático e economista Nicholas Georgescu Roegen que chegou a conclusão que a Terra está no seu limite e propôs um decrescimento da economia para poder alcançar a sustentabilidade ambiental, assim como a equidade social (BOFF, 2012).

O economista que também contribuiu com essa ideia é Ignacy Sachs (2004, 2009), já exposto anteriormente, expoente do ecodesenvolvimento. Ele defende a união entre a economia, a ecologia, a democracia, a justiça social e a inclusão social, por acreditar que a junção delas poderá levar a sustentabilidade possível, a sustentabilidade integral. Esse economista chegou à conclusão de que para alcançar a uma sustentabilidade aceitável, a sustentabilidade integral, será preciso que seja diminuída a desigualdade social entre as classes e entre os países por meio da “[...] incorporação da cidadania como participação popular no jogo democrático, respeito às diferenças culturais e à introdução de valores éticos de respeito a toda vida e um cuidado permanente do meio ambiente [...]” (BOFF, 2012, p. 58).

O modelo da economia solidária: a microssustentabilidade viável parte do princípio da solidariedade que sempre esteve presente na humanidade. Nesse modelo econômico ressalta Boff (2012) o ser humano é o centro e o capital fica em segundo plano. O trabalho é visto como uma ação criadora, deixando de ser uma mera mercadoria comprada com o salário, passa a ser um trabalho solidário e não competitivo, é autogestionada e democrática, não centraliza o poder, presa pela qualidade da vida e do trabalho, não visa somente o lucro e busca primeiro o desenvolvimento local e depois o global.

O modelo do bem-viver dos povos andinos: a sustentabilidade desejada que tem como princípios básicos, o equilíbrio e centralidade da vida. O bem-viver dos povos andinos é um ideal de vida, de melhoria de vida, de alcance de qualidade de vida, mas difere-se do discurso “melhorar de vida”, assumido por uma parte expressiva da sociedade, pois, sob esse entendimento alguém vai precisar viver pior. O bem-viver nasce de “[...] uma visão holística e integradora do ser humano inserido na grande comunidade terrenal que inclui, além do ser humano, o ar, a água, os solos, as montanhas, as árvores e os animais, o Sol, a Lua e as estrelas” (BOFF, 2012, p. 62). O seu esforço é para alcançar o equilíbrio entre tudo isso, assim como na comunhão com a energia do universo.

Países como a Bolívia e Equador já estão adotando o bem-viver, inclusive como direitos constitucionais. Na constituição da Equador, a natureza, segundo Boff (2012), é o lugar onde se reproduz e se realiza a vida, por isso exige tanto da sociedade equatoriana como dos governos o respeito integral para garantir a existência, manutenção e regeneração da natureza de acordo com o ciclo vital.

A conclusão que se tem preliminarmente nessa reflexão trazida por Boff (2012), é que a sustentabilidade integral não é tão simples de ser alcançada como se imagina e é propagada; são muitos os caminhos e nem sempre são lineares, existem curvas e encruzilhadas que

podem inviabilizá-la. Mas isso não pode desanimar os que vêm na sustentabilidade integral uma possibilidade para combater a crise ambiental no mundo. Medidas concretas devem ser tomadas a médio e longo prazo.

Foram vários caminhos apresentados para o alcance da sustentabilidade, uns possíveis, viáveis e desejáveis; outros sendo impostos porque privilegiam uma minoria elitista e prejudica uma maioria que não tem oportunidades de escolha (BOFF, 2012). Assim, é fundamental uma reflexão crítica em torno dos projetos e medidas apresentados, em nome da sustentabilidade.

Portanto, a sustentabilidade integral se apresenta como um dos caminhos viáveis com reais possibilidades de contribuir para um planeta sustentável e impedir que ocorram outras crises ambientais com agravos irreparáveis para o meio ambiente e, conseqüentemente, para as pessoas.

1.3 AMBIENTALISMO E O MOVIMENTO AMBIENTAL

O ambientalismo representa uma proposta nova, um caminho seguro para a sustentabilidade ambiental planetária. Esta em constante construção e pode levar a sociedade a ter bons relacionamentos com a natureza. Os movimentos ambientais e ecológicos têm exercido importante papel na construção de um ambientalismo coeso e forte voltado para o processo de sensibilização planetária diante das problemáticas ambientais.

Para McCormick (1992), não é possível definir uma data específica para o surgimento desses movimentos, muito menos um lugar determinado. Sabe-se que eles nasceram de diferentes demandas locais, em diferentes localidades e em tempos distintos. Os residentes de um dado lugar, ao sofrerem com problemas de ordem ambiental, tomavam iniciativas de formar coletivos para evitar a ocorrência de novos problemas. Esses coletivos são os grupos ecológicos e movimentos ambientais que existem em pequenas localidades espalhados por todo o mundo.

No Brasil, apesar do registro de alguns manifestos antes de 1970, foi essa década que marcou o surgimento do movimento ambiental, mas sem tanta repercussão devido o regime militar. Com as grandes mobilizações pela democratização do país, a sociedade civil se organizou para se opor a esse regime. No embalo dessas mobilizações, os movimentos ecológicos protagonizam suas pautas, cujo impacto maior será sentido na década seguinte.

Feitas estas observações iniciais, passemos a refletir sobre o ambientalismo e o movimento ambiental no mundo e no Brasil. Para tanto serão contextualizados esses

momentos e contribuições no debate ambiental e na construção de uma sustentabilidade integral a partir dos estudos de McCormick (1992), Loureiro (2011), Benchimol (2009), Dias (2004), Carvalho (2008), Diegues (1996), Löwy (2005), Jacobi (2003), Guimarães (2010), Carneiro (2003), Viola e Leis (1995), Chaves (2001), dentre outros autores que estudam a questão.

1.3.1 Ambientalismo Planetário

A história do movimento ambiental apresenta muita controvérsia a respeito do seu surgimento. Para McCormick (1992), um dos pesquisadores de referência nessa questão, o movimento ambiental não nasceu de um acontecimento isolado e muito menos primeiro em um país e depois em outros. O movimento ambiental nasceu na verdade em diferentes locais e tempos distintos, por várias razões e causas nem sempre iguais, mas os problemas locais eram comuns e tiveram papel fundamental no nascimento do ambientalismo no planeta.

Questões como “[...] custos mais imediatos e pessoais da poluição, da caça ou da perda das florestas [...]” (MCCORMICK, 1992, p. 21). Criaram a necessidade de os indivíduos locais formarem grupos e juntarem-se a outros grupos em nível regional, nacional e, posteriormente, em nível internacional para defender o meio ambiente e lutar por outras questões sociais. Toma-se como exemplo a Grã-Bretanha, onde descobertas científicas comprovaram que as causas dos problemas ambientais enfrentados haviam relação direta com, a maneira como o homem vinha explorando os recursos da natureza.

Este motivo, levou a criação de movimentos ambientais, principalmente, em favor da preservação da vida selvagem na época, uma vez que estava ameaçada pela caça predatória. Autores defendiam que o campo poderia ser utilizado de outra forma como para o lazer, para descanso e para repouso dos moradores da cidade, depois do trabalho estressante na indústria (MCCORMICK, 1992).

Esses movimentos foram frutos de interferências tanto internas, quanto externas e tiveram seus objetivos centrados nas necessidades locais, de populações que sofriam as consequências da degradação e da poluição.

O surgimento do Novo Ambientalismo foi parte de um processo amplo e cumulativo de mudança social e política. A crise de Suez, a Guerra Fria, a ameaça de guerras nucleares e as injustiças da desigualdade racial geraram interesse público e mesmo protestos de massa no final dos anos 50. Concomitantemente, um crescimento econômico constante e prolongado ocorreu em todas as economias industrializadas. A justaposição dessas duas tendências fez, em última análise, crescer a frustração com os governos e a crença de que somente a ação direta poderia trazer à atenção do

establishment político as questões externas ao paradigma político convencional (MCCORMICK, 1992, p. 65).

Esses acontecimentos, impulsionaram, motivaram ativistas e simpatizantes da causa na década de 1960, a levantarem a bandeira do ambientalismo, principalmente, nos países onde havia um grande ativismo político provocado pelos movimentos sociais que na época lutavam pelos direitos civis (MCCORMICK, 1992).

Os movimentos ambientais, mesmo surgindo de motivos negativos como a ocorrência de desastres ambientais, também encontraram razões positivas para seu crescimento como a produção de conhecimentos científicos e a união dos movimentos ambientais, com os sociais em prol da causa ambiental. A adesão do novo ambientalismo, pelos países do Norte do planeta no período de 1956 a 1985, proporcionou, segundo McCormick, (1992), o estabelecimento de políticas, mas somente pelos países membro da Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OECD).

Dentre as medidas tomadas destacam-se as Leis Nacionais, os programas ambientais e a criação de órgãos para tratar das questões ambientais, tanto para executar as políticas quanto para legislar sobre elas. Porém essas medidas estavam mais no campo quantitativo e, os órgãos criados tiveram poderes limitados.

Os acontecimentos e a opinião pública fizeram com que alguns partidos políticos ocidentais incorporassem as questões ambientais, nos projetos de governos. Contudo, tiveram pouco sucesso, mas isso foi o bastante para impulsionar a criação de novos partidos políticos com viés ambiental, principalmente na Alemanha Ocidental, na Suíça, na Bélgica, na França e na Holanda. E as “[...] ações dos novos órgãos ambientais com frequência revelou muito sobre as prioridades políticas e econômicas dos diferentes sistemas políticos [...]” (MCCORMICK, 1992, p. 130).

O movimento ambiental foi construído com a participação de muitos grupos, como o de mulheres inglesas, sensibilizadas com a moda feminina usada na época, pois afetava os pássaros selvagens, e, por outros grupos, como de

[...] homens de letra nos cafés arengando contra os smongs que sufocavam suas cidades, especialistas florestais e botânicos trabalhando isolados na África e na Ásia para refrear a derrubada descontrolada de florestas, um roceiro barbado e um refinado intelectual de Yale às turras sobre os esplendores naturais da América do Norte, e um bando de naturalistas, ilustradores e fotógrafos se empenhando para educar a sociedade quanto às belezas da natureza indômita (MCCORMICK, 1992, p. 191).

Esse envolvimento foi importante para a construção do ambientalismo no mundo e para promover mudanças nos valores humanos, os quais continuam tendo repercussões até os dias atuais. Contudo, criou-se a partir daí a ideia de proteção para a contemplação, razão que levou a criação dos parques, sem a presença humana (MCCORMICK, 1992; DIEGUES, 2008).

O ambientalismo apresentou três mudanças significativas nos valores humanos: a sensibilização da humanidade foi a primeira delas, responsável por instigar o reconhecimento da dependência do homem em relação a meio ambiente saudável, mas o apogeu da industrialização e da agricultura mecanizada levou ao apagamento dessa verdade, com isso o homem passou a explorar de tal maneira os recursos naturais que colocou sob risco o equilíbrio da natureza. E, para atender a crescente necessidade de obtenção de lucros e de geração de maior controle sob a natureza foram criadas técnicas cada vez mais sofisticadas. Mas, antes da implantação desse modelo de desenvolvimento, os povos primitivos viam a natureza com respeito e temor (MCCORMICK, 1992).

A segunda mudança, proporcionada pelo ambientalismo, foi o entendimento dessa ironia pelo homem, assim como o entendimento de que a evolução da indústria e da agricultura deixou um custo altíssimo à natureza e à humanidade. Esse modelo de desenvolvimento revoltou muitas pessoas escolarizadas na época, as quais foram chamadas de vitorianos por McCormick (1992). Elas se manifestaram contrárias ao modelo destruidor do ar, da água, das florestas nativas e dos animais selvagens, importantes na defesa do meio ambiente saudável. Entretanto, esse alerta não tomou grandes proporções.

A terceira mudança significativa desse ambientalismo está relacionada à ideia de desenvolvimento pautado no crescimento econômico seja ele capitalista ou socialista. No caso dos países desenvolvidos, é quase impossível mudar o modelo de produção e de consumo, já nos países em desenvolvimento o desafio é não permitir que se siga o mesmo caminho feito por aqueles países para alcançar o rápido desenvolvimento, pois as consequências poderão ser irreparáveis (MCCORMICK, 1992).

Alier (2012) concorda com esse debate enfatizando que o crescimento do ambientalismo no mundo foi uma reação ao modelo de crescimento econômico adotado na década de 1960, 1970 e 1980 que provocou inúmeros problemas ambientais e se constituiu em três correntes, o culto ao silvestre, o evangelho da ecoeficiência e o ecologismo dos pobres. O culto à vida silvestre prega o respeito e a proteção total da natureza, por meio do amor, do cuidado de áreas que dispõem de recursos naturais primários, córregos de água e

proteção da vida silvestre por meio de reservas naturais como parques e bosques sem a presença humana.

É uma corrente que não bate de frente com modelo de crescimento econômico, mas admite a sua derrota, principalmente no mundo industrializado. “[...] coloca em discussão uma ‘ação de retaguarda’, que nas considerações de Leopold visam a preservar e manter o que resta dos espaços da natureza original situado fora da influência do mercado [...]” (ALIER, 2012, p. 22).

A segunda corrente debate as consequências do modelo de crescimento econômico e suas preocupações vão além das áreas de recursos naturais virgem. Para os adeptos da corrente do evangelho ecoeficiência formada por engenheiros e economistas, seria preciso se preocupar também com a economia industrial, agrícola e urbana. “Hoje, nos Estados Unidos e de modo mais acentuado na superpovoada Europa, na qual muito pouco resta da natureza original, o credo da ‘ecoeeficiência’ domina os debates ambientais, tanto os sociais quanto os políticos. [...]” (ALIER, 2012, p. 27).

O ecologismo dos pobres é a terceira corrente, que diferente do culto ao silvestre da natureza sagrada, os adeptos desse ecologismo tinha a natureza como fonte para a subsistência da humanidade, principalmente, para acabar com a pobreza que afetava a maioria da população, buscava a justiça ambiental e a justiça social entre os humanos. Essa corrente acreditava que os povos indígenas coevoluíam sustentavelmente com a natureza conservando a biodiversidade. “[...] Essa terceira corrente recebe apoio da agroecologia, da etnoecologia, da ecologia política e, em alguma medida, da ecologia urbana e da economia ecológica. Também tem sido apoiada por sociólogos ambientais [...]” (ALIER, 2012, p. 35-36).

Em síntese, as três correntes, apresentadas por Alier (2012), trazem questões importantes para refletir sobre o ambientalismo e seus desdobramentos. No culto ao silvestre, os biólogos e filósofos propagavam a preservação da natureza, mantendo as reservas naturais sem a presença de pessoas e, contavam com apoio de organização como a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), Fundo Mundial para a Natureza (WWF) e Natureza Consevancy. Uma corrente, que não crítica à industrialização e tinham a preocupação voltada para o crescimento populacional.

O credo da ecoeficiência defendia o manejo dos recursos naturais e o controle da poluição e tinha como aliada, as novas tecnologias e a modernização ecológica, respaldada pela ecologia industrial e pela economia ambiental. Já o ecologismo dos pobres, também conhecido ecologismo popular ou justiça ambiental, nasceu de conflitos locais pelo uso da

água e das florestas, dentre outros problemas ambientais e sociais, suas principais demandas foram o combate às desigualdades sociais e o modelo de crescimento econômico predador.

Pode-se, então, perceber que tanto Maccormick (1992) quanto Alier (2012) apresentam um panorama do ambientalismo que inspirou a criação de movimentos ambientais por todo mundo. Existem movimentos que ainda preconizam a preservação por meio de criação de reservas e parques, sem a presença humana. Porém, há outros que defendem a conservação, mantendo os povos tradicionais, que residem na localidade, podendo essas pessoas, inclusive fazer uso dos recursos naturais. Há ainda movimentos que defendem a exploração dos serviços ambientais e a comercialização do sequestro de carbono.

O ambientalismo quando nasceu, segundo Viola e Leis (1995), esteve muito restrito às pessoas individuais a pequenos grupos e associações preocupados com as consequências das catástrofes ambientais para a natureza e para as pessoas. Foi por volta da década de 1970 que o movimento ambiental tomou maior repercussão, com alcance global, principalmente, por duas posições que se polarizaram no planeta:

[...] a minoria catastrofista (expressa pelo relatório ‘Os limites de Crescimento’ elaborado para o Clube de Roma) pensava que era necessário parar imediatamente o crescimento econômico e populacional; a maioria gradualista (expressa pela declaração da Conferência de Estocolmo em 1972) pensava que era necessário estabelecer imediatamente mecanismos de proteção ambiental que agissem corretivamente sobre os problemas causados pelo desenvolvimento econômico e reverter a dinâmica demográfica para atingir a médio prazo uma população estável (VIOLA e LEIS, 1995, p. 76).

O ambientalismo marcou a criação de inúmeras organizações por todo mundo com pautas de direitos civis, justiça social e ambiental, e pela preservação e conservação dos recursos da natureza, alguns movimentos mencionados como alarmantes, outros preventivos, e outros radicais e anarquistas. O certo é que impulsionou a criação de movimentos e ONGs com apoio da sociedade civil, instituições e órgãos governamentais, bem como, o estabelecimento de normas e legislação por todo o mundo. Mas o grande desafio para construção da sustentabilidade ambiental, sustentabilidade social e sustentabilidade econômica está no esforço conjunto para fazer cumprir os acordos já construídos nas Conferências e eventos mundiais promovidos pela ONU e pelos representantes do ambientalismo.

1.3.2 Ambientalismo Brasileiro

O movimento ambiental perpassa por correntes que são responsáveis pelo envolvimento dos sujeitos nas lutas sociais. Schere-Warren (1996), apresenta que os movimentos sociais têm duas correntes de pensamentos que podem ser classificadas: a primeira “[...] enfatiza a dinâmica de formação de novas formas de sociabilidade e cultura política, caracterizada pela ação consciente e coletiva de sujeitos sociais [...]” (*apud* LOUREIRO, 2011, p. 87).

A segunda corrente entende os movimentos sociais como “[...] ações coletivas, que tem origem em conflitos e atuam na produção da sociedade [...]” (SCHERE-WARREN *apud* LOUREIRO, 2011, p.87), ou seja, de uma nova sociedade. E, entre esses movimentos sociais estão também os movimentos ambientais históricos que entram em confronto político e ideológico com organizações privadas e com os governos para defender a conservação e a preservação dos recursos naturais. Isso vai influenciar o nascimento do ambientalismo no Brasil.

O ambientalismo no Brasil nasce, segundo Carneiro (2003) e Jacobi (2003), no estado do Rio Grande do Sul. depois que Henrique Luís Roessler, funcionário da Capitania dos Portos, sensibilizado sobre o valor da natureza resolveu defendê-la por meio de intervenção e de crítica ao modelo adotado pelo país na época para a captura do peixe, da caça, o desmatamento que vinha sendo feito e a poluição que ocorria na natureza.

O trabalho de Roessler era realizado, segundo Carneiro (2003), por meio da educação ambiental feita com seus escritos em boletins distribuídos as pessoas que trabalhavam no mesmo ambiente dele, na intenção de sensibilizá-las para essas questões, depois conseguiu apoio de algumas empresas e imprimiu suas publicações em maior número para distribuir para a sociedade em geral.

Daí, por diante, o trabalho de Roessler na sensibilização das pessoas foi crescendo e precisou criar uma organização para continuar os trabalhos de educação ambiental e ampliá-los, foi nesse momento que nasceu a União Protetora da Natureza (UPN), fundada em 1955. A persistência rendeu dois anos depois na criação dessa organização, as publicações de suas crônicas no Jornal Correio do Povo que, na época, era o jornal de maior circulação, resultando na conquista de admiradores e simpatizantes. Com a morte dele em 1963, ressalta Carneiro (2003), que o Nicolau A. Campos um de seus admiradores resolveu seguir o exemplo de Roessler e escreveu crônicas em defesa da natureza e, junto com Lutzenberger, ajudou a criar a Associação Gaúcha de Proteção ao Meio Ambiente Natural (AGAPAN) em 1971.

A AGAPAN nasceu em um período um tanto conturbado no país, pois vivia no regime autoritário, o qual além de proibir qualquer manifestação social, tinha a natureza como uma grande ameaça ao desenvolvimento do país (SIRKIS, 1992). A Amazônia, com sua vasta floresta, impedia, segundo os militares, a ligação terrestre do Sul ao Norte. Então, o Governo pretendendo reduzir essa distância e ocupar a região, implantou na Amazônia grandes projetos de infraestrutura rodoviária e muitos outros que até hoje exploram as riquezas minerais e florestais da região (BENCHIMOL, 2009).

Nesse período, precisamente em 1966, houve uma campanha para mobilizar a sociedade brasileira em favor da preservação da Amazônia com a Campanha pela Defesa e Desenvolvimento da Amazônia (CNNDA), razão que motivou a criação da AGAPAN com características diferentes de outras organizações que existiam, assevera Jacobi (2003). Esta era mais ousada em suas ações e programas ecológicos e questionava o modelo de produção das indústrias e denunciavam a poluição que essas causavam. A ousadia dos membros da AGAPAN deslanchou em vários levantes contrários aos projetos dos militares a exemplo dos protestos e mobilizações contra a poluição do rio Guafba, a contaminação dos efluentes da Borregard Celulose, em 1972 (SIRKIS, 1992).

Além desses fatos, houve também, segundo Diegues (1996), o caso de Cubatão com níveis altíssimos de degradação, uso excessivo de biocidas e inseticidas pela agroindústria e a concentração de terra e renda nas mãos de uma minoria, causando a expulsão de milhares de produtores familiares para os centros urbanos aumentando a pobreza. “Essa imensa degradação ambiental e pauperização social estavam, no entanto, recobertos pela ideologia do chamado ‘milagre econômico’[...]” (DIEGUES, 1996, p. 295). Ocorrido inclusive depois da Estocolmo de 1972, em que o governo brasileiro atraiu as indústrias poluidoras para o país.

Esses acontecimentos marcaram os levantes de ativistas ambientais e a organização de grupos em defesa da ecologia, de um meio ambiente saudável e conservado. O manifesto ecológico brasileiro conhecido como o “Fim do Futuro” nasce nessa década com a reunião de dez organizações que lutavam pela ecologia saudável e tinham como idealizador o ecologista Lutzenberger. Eles objetivavam denunciar toda e qualquer forma de degradação ao meio ambiente (DIEGUES, 1996). Esse manifesto ecológico foi editado em formato de livro “O fim do Futuro? manifesto ecológico brasileiro”, publicado em 1977, nele Lutzenberger (1977) apresenta os principais acontecimentos degradantes do meio ambiente e as proposições para solucionar problemas ambientais.

A AGAPAN foi considerada responsável pelo pioneirismo do ambientalismo no Brasil, provocando um desencadeamento, por todo país, de novos movimentos ambientais em favor da conservação e preservação dos recursos naturais e pela melhoria das condições de vida (CARNEIRO, 2003; DIAS, 2004). A maioria desses grupos se concentraram nas regiões Sul e Sudestes do Brasil atuando na educação ambiental, na proteção e recuperação de áreas degradadas, em denúncias aos atos lesivos ao meio ambiente e contou com apoio financeiro de grupos que eram simpáticos à luta dos ativistas. A Atuação desses movimentos, segundo Jacobi (2003, p. 02), era centrada

[...] na conscientização pública sobre a degradação ambiental, principalmente com enfoque local, e em alguns casos desenvolvem campanhas de abrangência regional e mesmo nacional, como é o caso da campanha de denúncia contra o desmatamento na Amazônia, em 1978, a luta contra a inundação de Sete Quedas, no Rio Paraná (1979-1983), a luta contra a construção de usinas nucleares (1977-1985), a luta pela aprovação de leis do controle e de estímulo ao uso intensivo de agrotóxicos (1982-1985).

Todas essas reivindicações foram importantes para impulsionar o ambientalismo no país e pressionar o Governo brasileiro no final do período ditatorial a rever suas ações, com a volta do ativismo político pós-ditadura influenciado pelo ambientalismo europeu e norte-americano somou-se para o crescimento do movimento ambiental no Brasil.

A redemocratização do Brasil, o pioneirismo da AGAPAN e o envolvimento de muitos outros movimentos sociais fortaleceram o ambientalismo no país. Soma-se a esses fatos a realização da Rio 92, no Brasil, sobre Desenvolvimento e o Meio Ambiente.

Nesse evento, houve a reunião de Organizações Não-Governamentais (ONGs), de movimentos sociais locais e de outros países que debateram as questões ambientais e sociais. No Fórum Global de ONGs e movimentos sociais, realizado paralelo ao evento da ONU, houve a socialização de experiências e demandas ambientais (DIAS, 2004). Esse encontro, de entidades proporcionou a criação, segundo Guimarães (2010), da Jornada Internacional de Educação Ambiental e de um tratado de Educação Ambiental para a sociedade sustentável e de responsabilidade global.

A redemocratização do país representou abertura de espaços para a política, para o nascimento de novos movimentos sociais como os ambientais ou ecológicos, como eram denominados na época. A resistência dos movimentos e de suas lideranças por causas locais passaram a contar com apoio internacional. Um exemplo foi a resistência dos seringueiros no Estado do Acre cujo o líder era o sindicalista Chico Mendes que liderava a luta em defesa da preservação da floresta (CARVALHO, 2008). Chico Mendes tornou-se um mártir dessa luta

em favor do povo e em defesa da floresta e deixou um exemplo de resistência. “[...] Chico se transformou numa figura lendária, um herói do povo brasileiro, mas o tratamento mediático de sua história tende a ocultar a *radicalidade* social e política de seu combate [...]” (LÖWY, 2005, p.07 - grifo do autor).

A morte desse líder sindicalista foi um escândalo para o mundo, e colocou “[...] definitivamente os problemas ecológicos do Brasil, particularmente a destruição da Amazônia, no centro da atualidade internacional, assim como pesou decisivamente para que o país viesse a ser escolhido para sediar a Conferência ECO-92 [...]” (SIRKIS, 1992, p. 222). Essas questões ecológicas, a partir dessa Conferência, se espalharam pelo país e ocuparam espaços nos meios de comunicação, nos meios empresariais, nos órgãos governamentais e não governamentais, que passaram a dotar o discurso do desenvolvimento sustentável como uma saída para as crises ambientais e para mediar os conflitos.

Foi em razão das deliberações dessa Conferência que o governo brasileiro estabeleceu medidas legais e anunciou um pacote de medidas ambientais para conter os problemas ambientais, principalmente, para conter o desmatamento na Amazônia, denunciado no evento. A conferência também criou uma forte demanda institucional, por projetos e políticas públicas ambientais (DIAS, 2004).

E, para o ambientalismo nacional, essa Conferência proporcionou não só a reunião de diversos movimentos e organizações sociais e ambientais nacionais e internacionais, como também possibilitou que essas entidades criassem uma agenda própria. No Brasil, depois desse evento houve a expansão do ambientalismo por todo o território nacional, por meio da criação de grupos ecológicos e ambientais, associações, cooperativas e diversos movimentos locais, em sua maioria em defesa do meio ambiente, da justiça ambiental e social.

1.4 POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS E OS DESDOBRAMENTOS: FUNDAMENTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIOAMBIENTAIS NO CONTEXTO INTERNACIONAL E NACIONAL

As políticas públicas, sempre estiveram atreladas à figura de um ente estatal, com o passar dos tempos, isso foi mudando. Hoje, à concepção é outra, continua ligada há um governo, mas com a participação maior da sociedade civil, por meio de demandas e propostas, que têm direcionado as ações do poder público (BERNARDO, 2001; DUARTE, 2008).

São duas, as compreensões que se têm de políticas públicas, uma de caráter governamental e outra de governança. A primeira considera as decisões e ações tomadas pela autoridade do poder público, que podem ou serem necessidades da sociedade. Já a segunda as

demandas de ações e as tomadas de decisões decorrem de processos compartilhados, envolvendo “[...] diferentes instâncias e espaços de intervenção pública e contém as políticas de governo [...]” (BERNARDO, 2001, p. 49). Toda política pública, deveria ser elaborada, a partir de estudo da realidade, por meio de diagnóstico, de elaboração de um plano de ação, do estabelecimento de metas possíveis, da apresentação de caminhos a serem percorridos, e por fim, estabelecer o quanto de recurso será necessário para execução (DUARTE, 2008).

E, tratando das políticas públicas ambientais de nível internacional e nacional, nascem de diagnósticos realizados, a partir das crises ambientais que o mundo na década de 1960, 1970, em diante, vinha passando. Países, como o Brasil, que participou da Conferência de Estocolmo, em 1972, e, se comprometeu com a Declaração de Princípios e com o Plano de Ação, aprovado no evento. Foi daí em diante que as políticas públicas ambientais foram estabelecidas em vários países a exemplo do Brasil.

A visibilidade da crise ambiental ocorreu nas décadas de 1950 e 1960 quando, algumas medidas foram estabelecidas, mas foi na década seguinte que houve maior número de medidas para conter a crise e evitar novas catástrofes como as que já haviam ocorrido. Na época, o modelo econômico privilegiava as indústrias e defendia que os impactos ao meio ambiente seriam necessários para garantir o desenvolvimento, cabendo à sociedade aceitar esse modelo porque iria trazer o progresso. Contudo o crescimento da industrialização na década de 1970 aumentou concomitante a poluição e a contaminação do ambiente.

Os efeitos desse dito progresso passam a ser uma preocupação das nações que as levaram a tomar algumas medidas para proteger o meio ambiente, mas eram de caráter meramente “[...] defensivo, ou seja, eram estimuladas apenas soluções de caráter corretivo com base no estrito cumprimento da lei” (MARCONDES, 2005, p. 132). Foi uma medida de regulação direta, ressalta Almeida (1998).

As políticas públicas ambientais, a partir do viés econômico, segundo Almeida (1998), trazem o enfoque da política ambiental internacional, destacando dois enfoques diferentes. O de livre negociação e o de regulação direta. O primeiro defende que o mercado deveria cuidar de si próprio, enquanto que o segundo o governo sendo o regulador das políticas. Mas, de livre negociação fere o princípio do poluidor pagador estabelecido pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), e por tinha rejeição da opinião pública, Almeida (1998).

A regulação direta ou comando incorpora o princípio do poluidor pagador, nas políticas públicas ambientais, por sua “[...] eficácia ecológica - uma vez fixada à norma (de

modo apropriado), será cumprida (se os poluidores não violarem a lei)” (ALMEIDA, 1998, p. 44 - grifo do autor). Esse instrumento contribuiu positivamente na regulação da qualidade ambiental e contou com a adesão da opinião pública.

O instrumento de regulação direta influenciou as políticas ambientais internacionais existentes até hoje, as quais podem punir os poluidores e inibir novos poluidores, ou seja, “[...] trata o poluidor como ‘ecodelinqüente’ e, como tal, não lhe dá chance de escolha: ele tem de obedecer à regra imposta, caso contrário se sujeita a penalidades em processos judiciais ou administrativos [...]” (ALMEIDA, 1998, p.43). Mas, esse rigor parece não surtir efeito necessário para manter o planeta saudável, pois os mesmos países que adotam esses tipos de medidas, e editam legislações, são os primeiros a descumprirem as normas.

No Brasil, a preocupação com as questões ambientais ocorreu de maneira muito isolada em alguns estados, depois da década de 1970, mesmo porque o país ainda vivia o regime autoritário. Nessa época, o governo estava mais interessado em crescer economicamente, do que proteger a natureza, por isso investiu em grandes projetos como o Grande Carajás e a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí na Amazônia brasileira, contrariando, às preocupações mundiais com os recursos naturais.

A Conferência de Estocolmo, de 1972 foi um marco na implementação de políticas públicas ambientais no mundo. No Brasil, não foi diferente, apesar da delegação brasileira nesse evento se manifestar contrário, às medidas tomadas pela Conferência, alegando que os países desenvolvidos queriam impor limites aos países pobres que estavam em desenvolvimento. Os membros declaram que “[...] o Brasil não se importaria em pagar o preço da degradação ambiental, desde que o resultado fosse o aumento do seu Produto Interno Bruto” (DIAS, 2004, p. 79). Contudo, a partir de 1973, por pressões, tanto externas quanto internas, o país passou a editar algumas normas para atender metas ambientais estabelecida na resolução da Conferência.

Uma das principais medidas foi a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), por meio do Decreto 73.030/73. Ela foi responsável pela política de conservação do meio ambiente e do uso racional dos recursos naturais (DIAS, 2004; BEHRENDTS, 2011). E foi à primeira iniciativa do Governo brasileiro voltada para a gestão integrada do meio ambiente. Outra medida tomada pelo Governo, na década de 1970, depois da Estocolmo, foi a criação das legislações infraconstitucionais, por meio do Decreto 1.413/75 que estabelecia o controle da poluição.

Behrends (2011), ressalta que mesmo com essas legislações em vigor, os danos ambientais não foram minimizados e, no intuito de avaliá-los, passou-se a exigir do causador o reparo dos danos, conforme o que era estabelecido pela a Lei 6.803/80. Esse processo foi considerado por Marcondes, (2005) *apud* Behrends (2011) um avanço na legislação brasileira. O Governo ainda estabeleceu outras legislações dentre as quais a Lei 6.902/81 que regulamentava a criação de estações ecológicas e áreas de proteção ambiental, assim como a Lei 6.938/81 que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). Essa ultima dispõem, segundo Dias (2004), de mecanismos para a formulação e aplicação das normas jurídicas ambientais no país, além de incorporar os temas das leis anteriores.

Em uma breve análise do governo brasileiro, pode-se, inferir que a questão ambiental teve altos e baixos interesses. Segundo Chaves (2001), no período da Nova República, na gestão de José Sarney de Araújo Costa, de 1985-1990, por pressões internacionais e do Banco Mundial e críticas ao modelo de desenvolvimento adotado no país, o governo teve que atender as exigências dos financiadores para continuar recebendo financiamento. A criação do Programa Nossa Natureza (PNN), por meio do Decreto 96. 944/88, foi uma das medidas para atender a essa exigência, cujo intuito era estabelecer normas para fiscalização de grandes projetos, como o projeto Grande Carajás e hidrelétricos, para minimizar os impactos ao meio ambiente.

Coube ao Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (INPE), a avaliação das áreas desflorestadas na Amazônia, mas teve pouco efeito, pois a iniciativa tinha um caráter mais como um lema em defesa do meio ambiente, pois na prática não impediu a implementação de grandes projetos minerais e hidrelétricos na Amazônia.

A promulgação da Constituição Federal, em 1988, trouxe conquistas para o movimento ambiental (SIRKIS, 1992). Incorporou, por exemplo, questões ambientais em um de seus capítulos (DIAS, 2004). No Art. 225, a Constituinte torna o meio ambiente um direito de todo o povo brasileiro e, ao mesmo tempo, um dever do poder público e da coletividade em defendê-lo para as presentes e futuras gerações.

A Constituição Federal foi responsável pela evolução das políticas ambientais no Brasil, assim como nos estados e municípios que puderam criar suas próprias políticas. “No plano institucional, destaca-se a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em 1989, que tem a missão de formular, coordenar e executar a Política Nacional de Meio Ambiente. [...]” (VIEIRA e CADER, 2013, p. 226).

A criação do IBAMA é uma resposta ao assassinato de Chico Mendes e também para impedir o desmatamento e as queimadas na Amazônia e suavizar às críticas nacionais e internacionais ao modelo de gestão ambiental adotado pelo Brasil que parecia conivente com esses fatos. O IBAMA absorve a SEMA, os órgãos de florestas, da pesca e da borracha, ou seja, ocorreu uma espécie de reforma política da gestão ambiental no país. Com esse instituto, a política ambiental “[...] associa-se à proteção ambiental com o uso conservacionistas de alguns recursos naturais [...]” (VIOLA e LEIS, 1995, p. 88).

Na gestão do presidente Fernando Collor de Melo (1990-1992) as estratégias do Governo não foram alteradas, as preocupações com as questões ambientais continuaram nos discursos oficiais, propagados nos eventos internacionais (fóruns, conferências e etc.) sobre meio ambiente, nos quais o governo assinou compromissos e acordos que não foram cumpridos, pois o país continuava com as políticas neoliberais (CHAVES, 2001).

Enquanto a consciência ambiental avança na América do Norte, empresas são obrigadas a se adaptar as novas exigências ou sair do país. Essa situação fez com que as empresas poluidoras norte-americanas, segundo Viola (1998), se deslocassem para países periféricos como o Brasil, onde ainda não havia muita consciência ambiental e o governo facilitava esse deslocamento para o país. As consequências da vinda dessas empresas poluidoras para o Brasil foram a crise ambiental e o aumento dos problemas sociais.

O Presidente Fernando Collor de Melo, temendo a perda de apoio financeiro de países e entidades internacionais para seu plano de governo e para agradar a opinião pública, nomeou o agrônomo e ambientalista José Lutzenberger para conduzir a SEMA, um sinal positivo de sua responsabilidade para com as questões ambientais. Essa decisão, segundo Viola (1998), ganhou a confiança das potências do Norte e colocou o programa econômico globalista-conservador em funcionamento para atrair novos investimentos estrangeiros para o país.

José Lutzenberger, logo no primeiro ano à frente da Secretaria, tomou algumas medidas que agradaram a opinião pública internacional, como a suspensão do incentivo fiscal dado à agropecuária na Amazônia, suspendeu o Programa de Ferro na Amazônia ocidental, promoveu maior monitoramento e fiscalização do desmatamento, assim como nesse período estabeleceu metas de redução de 50% em um ano das queimadas se comparada ao ano anterior. O Brasil inicia a construção de um Marco-Zoneamento Ecológico-Econômico, extingue o Programa Nuclear e adere à política ocidental de não-proliferação nuclear (VIOLA, 1998).

A PNMA sofreu algumas alterações pela Lei 8.028/90 e foi regulamentada pelo Decreto 99.274/90. Segundo Behrends (2011), foi, e ainda é, uma lei eficaz e trouxe, [...] inovações no direito brasileiro, e, um exemplo disso, [...] foi à responsabilização do agente pelo dano causado; outra questão importantíssima foi a legitimidade para a propositura de uma ação de indenização por prejuízo ambiental [...]” (p. 68 e 69).

A Lei da PNMA “[...] foi a precursora/geradora da maior parte do que atualmente compõe o sistema brasileiro de gestão ambiental” (DIAS, 2004, p. 384). Foi responsável pela criação de uma série de órgãos e entidades tanto da União quanto dos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, dentre os quais, estão o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e outros que formam a estrutura do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) estabelecido no Art. 3º dessa lei.

Na Conferência “Rio 1992” se toma conhecimento do altíssimo índice de desmatamento na Amazônia que tanto o governo com seus grandes projetos minerais e hidrelétricos quanto pecuaristas e madeireiros vinham causando. Esse fato gerou várias críticas e chamou a atenção do mundo para a necessidade de conter esse desmatamento na Amazônia brasileira. Na ocasião, foi lançada, pelos países que formam o G7, pelo Governo brasileiro, e pelos Estados e com apoio da Sociedade Civil, a criação do Programa Piloto de Proteção a Floresta Tropical Brasileira (PPG7²) (RUEDA, ABDALA, *et al.*, 2006).

Resultado dessa Conferência foi uma declaração de princípios em favor da floresta, a eleição de um plano de ação comum para se alcançar um novo desenvolvimento que fosse sustentável, a Agenda 21, uma convenção sobre as mudanças climáticas e outra sobre a diversidade biológica.

Com o impeachment de Fernando Collor de Melo, Itamar Augusto Cautiero Franco assume o governo do Brasil de 1992 a 1994. Na nova gestão é criado somente o Ministério do Meio Ambiente que não avançou nas questões ambientais (VIOLA, 1998). No governo de Fernando Henrique Cardoso, de 1995 a 1998, também não houve avanços, até porque ele não era simpático às questões ambientais. Uma de suas primeiras medidas insustentáveis foi o estabelecimento do Programa Brasil em Ação com diversas medidas para reduzir o custo na economia que provocou uma série de impactos ambientais.

A incongruência da legislação, segundo Viola (1998), era outro impasse. As mudanças que haviam sido feitas principalmente na questão dos recursos hídricos e dos crimes ambientais, além de serem lentas, sofreram vetos pelo presidente. Apesar dos vetos na Lei

² Os interessados ao Relatório Consolidado de Avaliação do PPG7 poderão baixar no endereço que segue: http://www.mma.gov.br/estruturas/168/_arquivos/relatrio_consolidado_de_avaliao_ppg7_.pdf

9.605/98 de crimes ambientais, foram estabelecidas punições, sanções penais e administrativas aos infratores de crimes ambientais tanto praticadas por pessoas físicas quanto jurídicas.

A criação do Sistema de Unidade de Conservação (SUNC) pela Lei 9.985/2000 deu novos rumos à política ambiental no país, assim como a Agenda 21 brasileira a qual teve participação da sociedade civil organizada e órgãos públicos (VIEIRA e CADER, 2013). Nesse mesmo ano foi lançado o Programa Nacional de Florestas (PNF), por meio do Decreto nº. 3.420/2000, com intuito de fazer a articulação das políticas públicas para alcançar o desenvolvimento sustentável, fazendo o uso dos recursos naturais, mas também conservando-os. Na verdade, a medida tinha o propósito de aumentar a exportação de madeira e as áreas de florestas sustentáveis privadas.

No governo Luís Inácio Lula da Silva o referido Programa foi denominado como Serviço Florestal Brasileiro (SFB), por meio de uma lei específica, com isso a questão ambiental avançou em pontos importantes, como a criação em 2007 do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), por meio da Lei nº. 11.516/2007, dividindo a responsabilidade com o IBAMA. A partir dessa lei o IBAMA fica responsável com o licenciamento e a fiscalização e ICMBio com a gestão das Unidades de conservação (VIEIRA e CADER, 2013). Avanços que precisam de ampliação, monitoramento e avaliação.

Foi no governo Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff 2004 a 2014, que muitas medidas foram estabelecidas levando o país a se destacar no mundo pela demonstração e disposição em melhorar a relação de suas ações com o meio ambiente, valorização de políticas ambientais importantes para a conservação e preservação da Amazônia (VIEIRA e CADER, 2013).

Em razão do grande desmatamento que vinha ocorrendo na Amazônia, o Brasil era considerado um dos maiores emissores de gases de efeito estufa no mundo. Isso colaborou para que o governo valorizasse as políticas florestais. Além disso, também foi pressionado pela comunidade científica internacional a criar medidas para frear essas emissões. Diante da situação, estabeleceu a Lei 12.187/2009 normatizando a Política Nacional de Mudanças Climáticas (PNMC) propondo a meta de até 2020 reduzir uma média de 36,1% a 38,9% dessa emissão proveniente do desmatamento e queimadas na Amazônia.

Apesar das polêmicas e críticas a essas medidas, iniciadas no país pelo governo de Luís Inácio Lula da Silva e dada continuidade no governo de Dilma Vana Rousseff, trouxeram avanços importantes para as questões ambientais, a exemplo da Lei 12.305/2010

que estabeleceu uma Política Nacional de Resíduos Sólidos, assim como o marco legal para garantir a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e da floresta. Todas elas foram medidas importantes para o avanço das políticas públicas ambientais, mas tem havido alguns retrocessos no governo Dilma Vana Rousseff, como no caso do Código Florestal e as normas e legislações que não estão sendo cumpridas por esse governo.

O Brasil, após vinte anos da Rio 92, volta a sediar a Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável, chamada Rio+20, novos termos e debates surgem como da economia verde, governança ambiental e erradicação da pobreza. Esse evento também serviu para fazer uma avaliação dos vinte anos da Rio 92 para ver em que se avançou ou retroagiu na questão ambiental. Lamentavelmente “[...] A conferência foi considerada uma oportunidade perdida, pois não se apontou caminhos nem se propôs metas concretas para enfrentar as graves ameaças provocadas pelo aquecimento global e pela perda de biodiversidade” (VIEIRA e CADER, 2013, p. 228).

O Código Florestal brasileiro, apesar de retrocessos em alguns pontos que podem comprometer a preservação da floresta, não deixa de ser relevante para a efetivação de medidas protetivas para vegetação nativa, que levou décadas sendo debatidos a sua reformulação. Esse novo Código Florestal, estabelecido pela Lei 12.652/12, altera a Lei 6.938/81, a Lei 9.393/96 e a Lei 11.428/2006, além de revogar a Lei 4.771/65 e 7.754/89, e a Medida provisória nº 2.166-67/01 (BEHRENDTS, 2011). Todas essas medidas foram importantes para institucionalizar uma política ambiental no país, mas ainda é incipiente quanto à sua aplicação. Há um “[...] consenso entre especialistas da área quanto ao reconhecimento de que a política ambiental brasileira avançou muito em termos de legislação e do aparato institucional e pouco no que se refere à sua implementação prática” (ALMEIDA, 1998, p. 146).

1.4.1 Amazônia: Políticas Públicas Ambientais

Historicamente, a Amazônia foi olhada pelos Governos Federal como uma fronteira econômica que precisava ser ocupada e explorada para gerar riquezas para o país e alcançar o desenvolvimento. Foi com esse propósito que o Governo Federal criou as políticas para a Amazônia e quando da construção da constituinte de 1946, por sugestão de Leopoldo Pères, deputado pelo Amazonas, foi incorporado na Constituição de 1946, a seguinte redação: art.199 “[...] a obrigação do Governo da União em aplicar na execução do plano de

valorização econômica da Amazônia, durante pelo menos 20 anos, quantia não inferior a 3% de sua receita tributária [...]” (BENCHIMOL, 2009, p.481).

As políticas nacionais, daí em diante, estiveram mais presentes na Amazônia impulsionando muitas medidas governamentais para cumprir o que a Lei estabelecia e assim diminuir as desigualdades regionais, muito acentuadas na época. Outro problema, segundo Abrantes (2002), era não haver uma aproximação entre as políticas que visavam o crescimento econômico e as políticas de proteção ambiental. Essa realidade pode ter sido responsável pelo aumento dos problemas ambientais na Amazônia, e a falta de democracia tem sido responsável pelos desastres dos ecossistemas.

Em razão dessas situações, o Governo brasileiro até criou um pacote de medidas que incluem, a criação de agências e instituições governamentais para tratar das questões ambientais. E, com o acordo de Washington, firmado em 1942, é retomada no país a extração da borracha dos seringais nativos para atender aos aliados da Segunda Guerra Mundial. Esse acordo leva o Governo brasileiro a criar, segundo Benchimol (2009), o Banco de Crédito da Borracha (BCB), o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA), a Comissão Administrativa do Encaminhamento de trabalhadores para a Amazônia (CAETA), o Instituto Agrônomo do Norte (IAN), o Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará (SNAPP), dentre outras medidas, para garantir a implementação das políticas econômica na Amazônia.

Esses órgãos foram responsáveis pelo desenvolvimento das políticas públicas de âmbito regional e impulsionaram a exploração dos recursos naturais existentes em abundância na Amazônia. A substituição da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) na década de 1960, teve o caráter na focalização de políticas regionalizadas. Houve ainda a transformação do Banco de Crédito para o Banco da Amazônia, a implantação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) e a Superintendência do Desenvolvimento da Borracha (SUDB). De uma época também importante para a educação, ao serem criadas, segundo Benchimol (2009), as Universidades Federais do Pará, do Maranhão, do Amazonas, de Rondônia, do Acre, do Amapá e de Roraima para promover o ensino e a pesquisa na Amazônia. Com a transferência da Capital do país para Brasília, em 1959, o presidente Juscelino Kubitschek lançou o ambicioso projeto do eixo rodoviário do Brasil. Esse projeto previa a construção de rodovias de integração do país à Amazônia.

As rodovias, como Belém-Brasília, Cuiabá-Santarém, Cuiabá-Porto Velho, foram as primeiras a serem construídas e são consideradas importantes estradas para a integração da Amazônia a outras regiões do país por via terrestre. Mas tarde veio a construção da BR 319 (Porto velho a Manaus) e da BR 174 Manaus a Boavista (Caracaraí) já na fronteira com a Venezuela e Guiana, podendo por ela se chegar até o Caribe (BENCHIMOL, 2009)

A política de integração não parou por aí, na década de 1970 houve a implementação do primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), cujo objetivo era

[...] a integração física, social e econômica da Amazônia com o Nordeste, pela construção da transamazônica (BR 230) e o programa de colonização e assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para Rondônia, bem como a política de incentivos fiscais que criou o Fundo de Investimento da Amazônia (Finam), em ação paralela à instituição do Finor para o Nordeste e do Fiset para os investimentos setoriais de reflorestamento, pesca e turismo na forma do Decreto-Lei nº 1.376, de 1974 (BENCHIMOL, 2009).

A infraestrutura construída impulsiona a exploração das riquezas naturais por meio dos grandes projetos de mineração, de energia, e de agropecuária provocando as modificações irreparáveis nas paisagens amazônicas como a destruição de tudo que fosse encontrado no caminho dos grandes projetos econômico na Amazônia, como ocorreu com os “[...] castanhais, açazais, seringais, madeiras de lei, etc. As florestas dão lugar ao cultivo e às pastagens artificiais ou a grandes buracos a céu aberto deixado pela extração de minérios [...]” (MONTEIRO, 1997, p. 82).

Todos esses projetos continuam sendo desenvolvidos na Amazônia com o único objetivo de promover o crescimento econômico do país, lucrar com a exploração dos seus recursos naturais. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo de Dilma Vana Rousseff apesar de, segundo (SADER, 2013), ter seu foco a grandes projetos de infraestrutura, busca também valorizar o social.

O PAC recebeu investimento de grande envergadura principalmente em Infraestrutura para Transporte, Energia, Petróleo, Portos, Aeroportos e outros, para o social houve o “Luz Para Todos”, “Minha Casa Minha Vida”, manutenção e aumento na promoção de concurso públicos e do salário mínimo que passou a ser reajustado todos os anos e dos funcionalismos federal que também receberam reajuste do período de 2009 a 2010, mesmo com isso exposto, ainda deixou muito desejar as greves é um exemplo da fragilidade deste governo Sader, (2013). Outro problema é que o PAC se preocupa com o crescimento econômico e com o social, mas em detrimento disso abandona ou abranda o ambiental que passa a ser interpretado como em alguns casos como entrave para acelerar o crescimento.

Obras como a construção de hidrelétricas na Amazônia, além dos impactos ambientais, tem provocado danos sociais a povos tradicionais como aos indígenas do Xingu com a hidrelétrica de Belo Monte e poderá provocar danos ainda maiores com as outras previstas para o rio Tapajós, também no Estado do Pará. Isso se repete desde a década de 1960, por causa disso “[...] a agropecuária, a mineração, a produção energética e a produção industrial têm causado sérios prejuízos ao homem e à natureza amazônica [...]” (MONTEIRO, 1997).

O interesse político com as questões ambientais era incipiente e o que interessava ao governo era expandir a economia por meio do uso de seus recursos naturais existentes em abundância, principalmente, na Amazônia, daí os grandes projetos minerais, agropecuários, energéticos proposto para a Amazônia e a criação de agências e instituições para executá-los. Essas políticas desenvolvimentistas agravaram muito os problemas ambientais e a biodiversidade sofre perdas incalculáveis e irreparáveis, e isso denota, segundo Abrantes (2002), que as medidas legais e as políticas ambientais governamentais brasileiras criadas não impediram que os desastres ambientais continuassem aumentando, como ocorreu com o desmatamento na Amazônia.

A além de todos os problemas internos, a Amazônia se tornou “[...] alvo de interesses internacionais conflitantes. De um lado, a consciência ecológica, legítima; de outro, pressões geopolíticas associadas à valorização da biodiversidade como fonte de ciência, tecnologia e poder, [...]” (ABRANTES, 2002, p. 47). Esta situação vai criar contradições entre as nações dominantes na denominação de grandes mercados supranacionais. A geopolítica mundial passa a exigir um novo modelo de desenvolvimento para a região permitindo que os recursos naturais não venham a ser exauridos emergindo assim um novo paradigma pautado no desenvolvimento sustentável que valorize os recursos da Amazônia (BECKER, 1993 *apud* ABRANTES, 2002).

Na Amazônia, segundo Chaves (2013), existem vários movimentos sociais que vêm se mobilizando, ao longo de décadas, por políticas públicas que venham atender às necessidades das comunidades tanto da área de várzea como de terra firme possíveis de garantir um desenvolvimento com sustentabilidade. Um exemplo prático dessas lutas, em favor de políticas públicas no estado do Amazonas, de dentro da Amazônia, é relatado por Spínola (1997) na sua dissertação intitulada “O Ribeirinho: ontem e hoje na defesa do peixe no Amazonas” a movimentação organizada dos (as) ribeirinhos (as) por meio das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica.

A partir de 1983, no Estado, são realizados uma série de eventos apoiados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) também ligada à Igreja para debater inicialmente a escassez do peixe causado pela pesca comercial predatória e, posterior, em defesa de todos os recursos da água, da terra e da floresta e por políticas de estado que os ajudassem a conservar e preservar os recursos naturais e respeitassem os povos que viviam na Amazônia. Essas lutas organizadas dos (as) ribeirinhos (as) eram em prol da sustentabilidade integral poderiam até não entender o referido termo, mas viviam, e continuam vivendo, o princípio do bem viver herdado dos povos indígenas. Uma sustentabilidade que representa uma possibilidade possível, concreta e viável, mas que exige respeito às particularidades de cada localidade e povos (CHAVES, 2013).

Particularidades que passam pela

[...] co-existência entre a rica diversidade biológica, as formas singulares de produção e consumo e as variadas modalidades de organização das populações vegetais, animais e humanas. Mas, é necessário considerar que toda e qualquer estratégia de desenvolvimento sustentável na Região não pode prescindir do estabelecimento de um compromisso de respeito à diversidade dos ecossistemas, a diversidade socioeconômica e cultural das populações, considerando suas demandas e interesses (CHAVES, 2013, p.67).

A sustentabilidade integral necessária está intimamente ligada ao respeito e cuidado com o ecossistema e suas várias formas de vida. Portanto, as políticas públicas ambientais, quando forem pensadas para a Amazônia, devem considerar os princípios e os valores da sustentabilidade integral vivida pelos povos tradicionais. As medidas que já foram estabelecidas para a Amazônia pelo governo brasileiro sobre as questões ambientais, mesmo estando direcionadas para conter os problemas causados pelo uso desordenado dos recursos naturais, não havia pelo menos, por parte do governo, a preocupação com o esgotamento desses recursos e muito menos com o povo que vive na Amazônia, não sendo diferente na atualidade quando se olha para os projetos hidrelétricos e minerais dos últimos anos implantados a força na Amazônia.

Outro agravante dessas políticas que foram impostas na Amazônia, sem a consulta ao povo que nela habita há séculos, foi o tratamento dado tanto às expressões sociais causadas pelo capitalismo quanto as ambientais como se fossem homogêneas “[...] impondo as estratégias de modernização homogeneizadora que destruiu grandes potencialidades em gêneros de vidas e saberes locais, historicamente construídos, e recursos naturais diversos, contidos em diferentes ecossistemas” (BECKER, 2005, p. 37). Embora a Amazônia dos anos 1960 não exista mais, este período foi marcado por muitos conflitos e *empates*. A sociedade e

o meio ambiente foram os que mais perderam. Além disso, houve mudança de cunho estrutural representada,

[...] na conectividade; na economia, com a industrialização; no povoamento, ressaltando o intenso processo de urbanização; na sociedade, com a emergência dos novos atores locais e internacionais; e na apropriação do território, mediante a demarcação de terras indígenas, a criação de unidades de conservação e de projetos de coletividade. O Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil teve papel importante no que se refere à mudança na estrutura da sociedade e na apropriação do território (BECKER, 2005, p. 38).

Essas mudanças ocorridas na Amazônia foram importantes para o crescimento econômico do país e para o acúmulo de riqueza nas mãos de uma minoria, porém parece não ter sido para os amazônidas que continuam desassistidos das políticas públicas, mas como acredita Becker (2005, p.38) “[...] A Amazônia não é mais a grande fronteira nacional de expansão econômica e demográfica que respondeu pela formação do chamado arco do fogo ou do desflorestamento [...]”. Hoje, essa exploração está mais cautelosa.

O Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para o uso sustentável da biodiversidade da Amazônia (PROBEM) foi uma estratégia do governo federal para estruturar o Programa Avança Brasil. O PROBEM era uma iniciativa da comunidade científica com apoio de setores privados e do governo federal que objetivava “[...] contribuir para o desenvolvimento da bioindústria no país, e em especial na região norte, atuando na consolidação e articulação em cinco frentes [...]” (BRAGA, 2002, p. 89). Na coleta de amostra de biodiversidade; na identificação de princípios ativos e de interesse comercial; na absorção, desenvolvimento e transferência de tecnologia; na domesticação e multiplicação de espécies e na formalização de parcerias.

O Programa implantou o Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA) na cidade de Manaus que funcionou como um laboratório articulado com uma rede de laboratórios vinculados a Fundação Universidade do Amazonas (FUA), Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA), Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológicas (FUNCAPI), CPAA/EMBRAPA e o Instituto de Medicina tropical do Amazonas (IMT-AM). Foi um programa que trouxe avanços na implementação de políticas públicas ambientais para a Amazônia, mas que está desativado (BRAGA, 2002).

O CBA foi criado para explorar o patrimônio genético e a biodiversidade seria sua matéria-prima para produzir tecnologia que agregasse valor a rica biodiversidade da Amazônia fazendo uso de extratos de plantas medicinais, etc. Almeida (2008) ver com desconfiança essa iniciativa, se não é uma política industrial dirigida exclusivamente para

explorar o patrimônio genético e se apossar dos saberes tradicionais dos indígenas e do potencial econômico que a biodiversidade da Amazônia guarda.

1.4.2 Estado do Amazonas: Políticas Públicas Ambientais

As políticas ambientais do Estado do Amazonas foram responsáveis pela institucionalização das questões ambientais no âmbito deste Estado, aprofundando o debate crítico em torno dessas políticas para inferir diálogo pertinente sobre os seus desdobramentos, assim como suas contribuições na conservação e preservação dos recursos naturais da região Amazônica.

No Estado do Amazonas, segundo dados do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM)³ e do estudo de Villarroel e Toni (2012), a política Ambiental teve início em 1978 por meio da instalação de uma Comissão para o Desenvolvimento do Estado do Amazonas (CODEMA), vinculada a Secretária de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPLAN), criada pela Lei 1.532/82. “[...] Nesse período, as questões ambientais eram ainda secundárias em relação ao papel do órgão na expansão de atividades produtivas de alta densidade na região” (VILLARROEL e TONI, 2012).

Em 1979, o Estado criou o Instituto de Desenvolvimento dos Recursos Naturais e Proteção Ambiental do Estado do Amazonas (IMA/AM), com a missão de desenvolver as políticas ambientais e manter uma fiscalização sistemática (AMAZONAS, 2010). Em 1982, o Governo de Gilberto Mestrinho regulamenta a Lei 1.532/82, pelo Decreto 10.028/87, instituindo o Sistema Estadual de Licenciamento de Atividades com Potencial de Impacto no Meio Ambiente e aplicação de penalidades (AMAZONAS, 1987). A partir daí, o Estado descentraliza a competência da questão ambiental dando rumo à política ambiental no que tange à prevenção, controle da poluição e recuperação de áreas degradadas (VILLARROEL e TONI, 2012).

Na administração do Governador Amazonino Mendes, pressionado por pesquisadores, ativista ambiental internacional e temendo repercussão negativa em sua reeleição em 1990, decidiu criar, em 1989, seis Unidades de Conservação (UC) no Estado do Amazonas correspondendo a uma área equivalente a 30.646 km² (VILLARROEL e TONI, 2012). Nesse No Governo ocorreu o estabelecimento das leis para proibir o corte ilegal de madeira no Estado, assim como a provação do plano de manejo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) de Mamirauá. Isso lhe promoveu com a reeleição em primeiro turno

³ Para maiores informações consultar: <http://www.ipaam.am.gov.br/> acessado 20/01/2015, as 18h33.

(VILLARROEL e TONI, 2012). A questão ambiental, então, passou a fazer parte do discurso do governador reeleito durante quatro anos na administração do Estado do Amazonas. Ele passou a acreditar que, mantendo esse discurso, conseguiria apoio para o desenvolvimento do Estado e para a cidade de Manaus. Em substituição ao IMA/AM, o Estado criou o IPAAM pela Lei 2.367/95, o instituto aglutinou coordenações, secretarias e gerências que tratavam das questões ambientais. A partir de então, houve um grande avanço na política de meio ambiente e na proteção do meio ambiente no estado (AMAZONAS, 2010; VILLARROEL e TONI, 2012.).

Ainda nessa gestão do Amazonino o subprograma de Política de Recursos Naturais (SPRN) estabelecido pelo Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7) foi colocado em prática. Esse subprograma objetivava “[...] tecnicamente e institucionalmente, os estados do Amazonas, Acre e Pará para a implementação do Projeto de Gestão Ambiental Integrada (PGAI) [...]” (VILLARROEL e TONI, 2012, p. 103). No ano seguinte, foi reelaborada a Agenda 21, local, e incorporada, segundo Pressler (2012), à Lei 2.416/08/96 do Estado do Amazonas.

No ano de 2003, no Governo de Eduardo Braga, o IPAAM passa a ser vinculado a Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS), órgão responsável pela execução da Política de Controle Ambiental do Estado, pela coordenação do Programa Zona Franca Verde. Ao Instituto coube o licenciamento, a fiscalização e a monitoramento ambiental em todo o Estado (AMAZONAS, 2010; VILLARROEL e TONI, 2012).

Dois anos mais tarde foi instituído o Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEMA/AM) pela Lei 2.985/05 e, em 2006, os conselheiros foram nomeados. No ano seguinte, com Lei complementar nº 53, o Governo do Amazonas cria o Sistema Estadual de Unidade e Conservação (SEUC) criando os critérios técnicos e normas para as UCs tanto estaduais quanto municipais e a Lei 3.135/07 de Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável (VILLARROEL e TONI, 2012).

Outra medida importante ocorrida, em 2007 foi à criação da Agência de Desenvolvimento Sustentável (ADS) pela Lei Delegada nº 118/2007 a qual, substituí-o, a Agência de Agronegócio do Estado do Amazonas (AGROAMAZON) e absorveu as atividades da Agência de Florestas e Negócios Sustentáveis do Amazonas (AFLOAM). Houve, também, nessa época a criação da Fundação Amazônia Sustentável (FAZ), através de

um acordo público-privado, entre o Governo e o Banco Bradesco (VILLARROEL e TONI, 2012).

O Estado também avançou na participação das comunidades tradicionais e de povos indígenas na elaboração e acompanhamento das políticas ambientais com a Criação do Conselho de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais do Estado do Amazonas, criado pela Lei nº 3.525/2010, assim como na criação de Unidades de Conservação, um dos princípios do Programa Zona Franca Verde da gestão de Eduardo Braga (VILLARROEL e TONI, 2012).

O Estado do Amazonas é hoje um dos Estados da federação onde mais se criou UC. Uma auditoria operacional e ambiental do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas de 2013 concluiu que o Estado está com 54,8% de sua área território protegida 15% são de UC federais, 12% estaduais e 27,7% áreas indígenas. São 41 UCs estaduais gestadas por um marco legal e pelo SEUC. As UCs no Estado do Amazonas foram criadas no final da década de 1980 e a primeira delas foi o Parque Estadual de Nhamundá, depois a RDS Mamirauá. Assim, vieram outras até a RDS Amanã, a última desse ciclo (FERREIRA, REIS, *et al.*, 2013). Essa estratégia vem contribuindo para reduzir o desmatamento, assim como para conservar e preservar os recursos naturais no estado, afirma o Relatório do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, divulgado em 2013.

As políticas ambientais criadas pelo estado do Amazonas, se forem implementadas como estabelecidas nas normas e nas legislações pelos órgãos estaduais e pelo próprio governo podem trazer contribuições relevantes ao desenvolvimento com sustentabilidade do estado, assim como incentivar a criação de uma cultura conservacionista e preservacionista nas ações dos órgãos públicos e nas atitudes das pessoas.

CAPÍTULO II

2 NAVEGANDO NO MOVIMENTO AMBIENTAL RIBEIRINHO NO AMAZONAS: PERTENCIMENTO A ÁGUA, A TERRA E A FLORESTA

Este capítulo navega pelos movimentos ribeirinhos que se destacaram no estado do Amazonas, principalmente pelo movimento ambiental dos ribeirinhos (as) da Ilha do Paraná de Parintins, no município de Parintins (AM) dando ênfase às práticas organizativas de resistência e de pertencimento desse povo à própria localidade.

Para Tanto, desvela a trajetória de constituição do Grupo Ambiental Natureza Viva (GRANAV), as estratégias para resistir ao modelo capitalista de depredação dos recursos naturais, a partir de manifestações culturais que cantam, decantam a realidade das comunidades e pregam a conservação e preservação dos recursos da água, da terra e da floresta. Por fim discorre sobre o Projeto “Sistema Integrado de Produção Terra e Água” que o GRANAV desenvolveu com apoio financeiro externo, e, aponta o novo momento pelo qual passa o GRANAV e as estratégias para garantir um bem viver e a sobrevivência desses povos amazônidas.

2.1 MOVIMENTO RIBEIRINHO NA ILHA DO PARANÁ DE PARINTINS (AM)

O movimento ribeirinho no Amazonas nasceu por volta das décadas de 1960 e 1970 em defesa dos recursos da água e contra a pesca predatória e o estrago de pescado feito por pescadores comerciais (BATISTA, 2007). Entre as décadas de 1980 e 1990, os conflitos foram acentuados, mas deram visibilidade aos *empates*, técnica de enfrentamento usado com o propósito de impedir a pesca predatória e o desperdício (SPÍNOLA, 1997). Maybury-Lewis (1997), ressalta que os *empates* ribeirinhos foram inspirados nos *empates* promovidos pelos seringueiros do estado do Acre.

Os ribeirinhos (as) não viram outra estratégia na época a não ser fazer o enfrentamento. Os órgãos responsáveis por cuidar dos recursos pesqueiros no Estado não se posicionavam diante da pesca predatória. Esses movimentos contaram com o apoio das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), das Prelazias e Dioceses do estado do Amazonas (SPÍNOLA, 1997) e os ribeirinhos conseguiram realizar encontros para debater e procurar soluções conjuntas para o problema vivido.

Com o apoio da CPT, os encontros de ribeirinhos (as) tiveram a participação de especialistas em direitos sociais e representantes de outros movimentos sociais, como dos

seringueiros do Acre e indígenas que compartilharam suas experiências. Desses encontros, nasceu o desejo de criar organizações de ribeirinhos (as) para defender o pescado, seu principal alimento.

O enfrentamento da pesca predatória, também, está na memória dos entrevistados desta pesquisa.

[...] os nossos pais já faziam trabalho de enfrentamento dos pescadores que agiam naquela região. Essa região há uns 30 anos atrás era uma região bastante farta porque tinha uma outra atividade econômica que era a juta. As pessoas se dedicavam mais a plantar a fibra juta, cultivar a questão da juta do que pescar. Com a desativação da juta, a alternativa que sobrou era explorar a natureza, então, era caçar o jacaré, a capivara, os pirarucus, os tabaquis, os peixes e começar a vender. Isso aumentou muito o comércio de peixe pros grandes centros (ENTREVISTADO 04, 2015).

Com base nesse relato, a prática da pesca e a captura de animais silvestre tornou-se uma saída econômica para os ribeirinhos da Ilha do Paraná de Parintins, aumentando à procura desses recursos naturais e, conseqüentemente, a depredação. A abundância e a facilidade para a captura do pescado nos lagos da Ilha atraiu pescadores profissionais. Esses pescadores comerciais transitavam por lugares muito distantes das localidades de origem à procura de peixe. Sem a existência de orientações ou de fiscalizações de órgãos responsáveis, por isso capturavam os peixes de determinados lagos até exauri-los para, em seguida, navegar a procura de outros lagos, utilizando-se da mesma prática.

Enquanto um campo crescente de produção comercial, as indústrias pesqueiras contavam com incentivos fiscais do governo e financiamento para a pesca em grande escala para exportação. E, com a devastação dos recursos pesqueiros das regiões Sudeste-Sul, ressalta Diegues (2008), as geleiras se deslocaram para os rios da Amazônia.

Aos pescadores profissionais do Amazonas somam-se os pescadores paraenses e os do Sudeste-Sul que vinham para o estado pela foz do rio Amazonas (DIEGUES, 2008). A pressão pelo pescado era muito grande. Essa pressão se faz sentir na Ilha do Paraná de Parintins, que fica na divisa entre Pará e Amazonas, por possuir um complexo de lago e abundância de pescado.

[...] A frota pesqueira do Pará, até hoje, ela é muito, muito forte [...] e eles vinham muito pescar peixe liso e aproveitavam também para entrar nos lagos. E, o lago do Comprido, talvez um primeiro a ser protegido, fica lá naquela mediação, ali na boca do Pará. E aí, teve muita confusão, eles se uniram [...] e eles se uniram mais assim como (parentes) vamos lá parentada, vamos proteger isso e aí foram se organizando [...]. Eles tinham um relatório lá, de quanto tempo (passaram) dormindo lá dentro do lago, sabe? Eles faziam seus barracos, taperas, ali dormiam para não invadirem a noite, isso mais na época que o lago tá seco, por quê? Porque ficava muito fácil eles

(pescadores comerciais) entrar ali com os aparelhos, com o aparato que eles tinham, como o instrumento que o Pará tinha e secava o lago mesmo, tinha muito pirarucu lá, passava o arrastão e levavam tudo (ENTREVISTADO 16, 2015).

Essas práticas de resistência e enfrentamento levaram aos *empates* dos ribeirinhos e suas famílias contra os predadores profissionais e até mesmo os artesanais, em algumas situações como, por exemplo, quando utilizavam o timbó (veneno natural retirado de uma planta usado na captura de peixe). Diante da situação, organizaram-se em coletivos e, por iniciativa própria, começaram a impedir a pesca no lago do Comprido, principalmente a pesca comercial.

Para os (as) ribeirinhos (as) da Ilha do Paraná de Parintins, os lagos que estavam no limite da Ilha, pertenciam a eles. Portanto, quem não fosse da localidade não poderia pescar naqueles lagos. Pescadores de outras comunidades e da cidade de Parintins (AM) também pescavam nesses lagos. Isso provocou muitos conflitos. As comunidades ribeirinhas que não conseguiram fazer este enfrentamento no Amazonas, ressalta Maybury-Lewis (1997), sofrem até hoje com a escassez do pescado em suas localidades.

Os ribeirinhos (as) da Ilha do Paraná de Parintins sempre tomaram decisões por meio de um coletivo. Essa atitude ainda se mantém hoje nas comunidades ribeirinhas investigadas. Decisões que nem sempre agradam todo mundo, mas tem dado resultados duradouros e garantindo a permanência de atividades como a vigília do lago do Comprido.

A vigília na entrada do lago, feita pelos ribeirinhos, foi outra estratégia encontrada para obstruir a entrada dos invasores. No caso dos ribeirinhos da Ilha do Paraná de Parintins, a vigília era também um momento de diálogo e de planejamento de novos passos e estratégias para garantir a luta. “Essa questão da vigília nos lagos. Ela foi importante para o amadurecimento do grupo. Lá, eu diria, era a mesa redonda dos membros do GRANAV, onde se discutia, o outro passo, um outro passo, um outro [...]” (ENTREVISTADO 03, 2015).

A vigília ocorria com apoio dos comunitários que viviam na Ilha do Paraná de Parintins.

Primeiro foi sensibilizar a comunidade para importância dela reagir a esse tipo de prática, as reuniões, as assembleias. E, num segundo momento, foi mesmo ir para os lagos, pras bocas dos lagos pra impedir a entrada dos invasores. Então, na comunidade, num primeiro momento, o trabalho foi de sensibilização e, num segundo momento, da prática mesmo de resistência, de se reunir e ir pra boca do lago pra fazer a vigília. Era uma coisa que ocorria de acordo com a necessidade. Acontecia uma invasão, chegava um comunitário avisava outro, já avisava outro e o pessoal se reunia e, ia pra lá. Isso no início, depois já havia um planejamento, a comunidade já ia toda noite fazer a vigília. Uma noite ia uma equipe, e na outra noite, outra equipe, sempre um grupo de 10, 15 e 20 comunitários que iam pros lagos fazer a vigília [...] (ENTREVISTADO 02, 2015).

Os lagos, por estarem nas áreas das comunidades da Ilha do Paraná de Parintins, eram tidos como propriedades coletivas dos ribeirinhos (as). Baseados nesse pensamento, proibiam a entrada de quem não vivia nessa Ilha, principalmente dos que a depredavam. Foi assim no início, mas depois houve a compreensão do coletivo de que o lago podia servir a todos tanto aos residentes da Ilha quanto aos de outras comunidades ribeirinhas do entorno. Porém precisavam estabelecer regras e acordos para não destruírem as principais fontes de alimentos deles (as).

Diegues (2008), considera essa maneira dos povos ribeirinhos de se apropriar dos lagos, como um espaço comum à comunidade, uma necessidade de sobrevivência e permanência dos (as) ribeirinhos (as) nas localidades de origem. Eles precisaram construir normas e leis coletivas que excluía os (as) não moradores (as) dos territórios, os (as) quais só poderiam ter acesso aos peixes se fizessem parte da comunidade, ou obedecessem às regras estabelecidas pelos coletivos.

No início da organização, as regras começaram a ser estabelecidas pelos (as) ribeirinhos (as) da Ilha do Paraná de Parintins com o intuito de preservar. Essas regras previam a não utilização de grandes malhadeiras, gravador para capturar capivara, lanterna de carbureto, timbó e outras formas predatórias praticadas naquela época. Posteriormente, houve a abertura para a pesca artesanal necessária a alimentação desses povos. Com a pesca comercial proibida no lago do Comprido e nos outros lagos que estavam na área da Ilha, ribeirinhos (as) das próprias comunidades também passaram a fazer a pesca comercial, mas em pequena escala. O lago do Comprido, por ser mais próximo dos centros urbanos e farto de peixe, atraía muitos pescadores e grandes embarcações vindas do estado do Pará, de outros municípios do Amazonas e da cidade de Parintins (AM) para realizar a pesca comercial.

A pressão desses pescadores, no lago do Comprido, levou ao desaparecimento de muitas espécies de peixe, de pássaros e de caça que haviam em abundância. Os (as) ribeirinhos (as), então, recorrem aos “[...] mitos, valores e normas e interdições comunitárias que regulam o acesso aos recursos naturais, limitando sua degradação [...]” (DIEGUES, 2008, p. 68). Foi o que fizeram os (as) ribeirinhos (as) da Ilha do Paraná de Parintins, pois, além do estabelecimento de acordos particulares para conter essa devastação e realizaram fiscalizações para que fossem cumpridas regras.

Havia muita perseguição de lago, né? A gente via que os barcos entravam facilmente no lago, iam e voltavam, não tinha controle nenhum. E assim, a gente, nós vemos que nossos pais diziam pra nós, né? Há tempos atrás a gente ia lá, a gente brecava eles um pouco, né? Aí, foi incentivando a gente através de nossos pais, a gente

achou que devia acontecer isso, [...], fizemos a abordagem de vários barcos, foi muito difícil, porque não havia sensibilidade das pessoas lá da cidade, nem da área do Pará. Eram muitos barcos do Pará e do Amazonas, também; e, às vezes, da comunidade própria. Essa sensibilidade não existia de algumas pessoas da comunidade que viviam do peixe, principalmente, do peixe devido à cultura da juta ter acabado, né? E, a gente ter pensado uma alternativa. Então, foi ficando fácil a entrada deles e aí eles entravam, mas a gente conseguiu breçar e, em pouco tempo, a gente conseguiu sucesso, né? Assim nas abordagens, no movimento deles dentro do lago (ENTREVISTADO 01, 2015).

As abordagens nem sempre prezavam pelo diálogo, mas houve vários conflitos, com momentos muito tensos, inclusive, com utilização de espingarda (arma de fogo muito utilizada na caça pelos ribeirinhos), mas nunca houve incidente nessa localidade. Ninguém saiu ferido fisicamente desses conflitos. O diálogo e o convencimento foram fundamentais na mediação desses *empates*.

Essas práticas dos (as) ribeirinhos (as) da Ilha do Paraná de Parintins contribuíram para não esgotar os recursos naturais da água e impulsionaram a luta pela terra, pela floresta e por políticas públicas que os ajudaram a cuidar desse patrimônio natural, assim como para melhorar condições de vida nas comunidades ribeirinhas.

O lago do Comprido, nas épocas de 1980 a 1990, era o mercado do povo ribeirinho que vivia na Ilha do Paraná de Parintins e em seu entorno. Era nesse lago que iam buscar o alimento para passar a semana. Então, não podiam deixar destruí-lo, nem depredar a principal fonte de alimentos, os peixes.

Então, foi a partir daí que se criou o GRANAV. Se pensou primeiro não era GRANAV era GRENV e depois se mudou pra GRANAV porque achava que tinha um nome mais abrangente. E aí, foi uma geração mais, mais recente, né? Pessoas que têm 35 a 40 anos, atualmente, na época tinham 20 anos de idade, 25 anos de idade que se envolveram diretamente, que viram a necessidade. Se a gente não protegesse, não enfrentasse, nós íamos sofrer as consequências da depredação que estava bastante evoluída e a gente não tinha o apoio das autoridades. Então, fazíamos justiça ao nosso ver, ao nosso modo que era enfrentar essas pessoas (ENTREVISTADO 04, 2015).

O GRANAV nasceu com o propósito de preservar os lagos e garantir o principal alimento desses (as) ribeirinhos (as). No início da luta, os membros desse grupo não compreendiam a diferença entre a corrente preservacionista e a conservacionista. Mas as ações do GRANAV demonstram ideias enraizadas na concepção de preservação, de origem norte americana, a qual não aceitava a presença de seres humanos nas áreas definidas para a preservação (DIEGUES, 2008).

Diante dessa realidade, houve a necessidade de mudar a estratégia, até porque os (as) ribeirinhos (as) do GRANAV eram bombardeados por críticas, inclusive dos próprios

residentes da Ilha do Paraná de Parintins. Eles questionavam como iriam viver já que não poderiam pescar e não havia mais a juta para comercializar. Quando existia a juta, o peixe era só para o alimento das famílias, mas sem ela, a pesca e a caça se tornaram a única fonte de renda.

Essa falta de compreensão levou a ocorrência de situações conflitivas entre os invasores e os (as) ribeirinhos (as) que defendiam a preservação do culto ao silvestre (ALIER, 2012), criando muitas inimizades no interior das comunidades. Isso ocorreu também nas comunidades onde foi desenvolvida a pesquisa. Somente após a participação dos ribeirinhos nos encontros realizados pela CPT (SPÍNOLA, 1997), houve mudanças na filosofia do GRANAV.

Os (as) ribeirinhos (as) coordenavam o Grupo com a finalidade de defender a conservação dos recursos naturais, permitindo o uso para a sobrevivência dos (as) ribeirinhos (as), de forma a garantir a reprodução do pescado, a manter os igapós e as matas ciliares dos lagos, ou seja, conservando a biodiversidade, concepção chamada por Alier (2012) de ecologismo dos pobres.

Para Alier (2012), o ecologismo dos pobres nasceu de conflitos como esses vividos pelo GRANAV, ou seja, conflitos localizados. Além disso, é um ecologismo que preconiza a erradicação da pobreza, a justiça ambiental e social. Para mediar os conflitos locais, o GRANAV promoveu muitos encontros e debates sobre os objetivos e os propósitos de suas lutas. O objetivo era a promoção da tomada de consciência e à aglutinação de outros (as) ribeirinhos (as) na luta, principalmente daqueles que ainda não haviam se envolvido na defesa dos lagos ou eram contrários ao movimento coordenado pelo GRANAV.

A pobreza, nesse caso, deixaria de existir, pois os (as) ribeirinhos (as) dispunham de alimentos e recursos naturais para garantir um bem viver ao seu modo (BOFF, 2012). A justiça ambiental e social pode ser vista nos acordos particulares de conservação e preservação dos recursos naturais existentes na localidade. Assim, a maneira encontrada pelos (as) ribeirinhos (as) para resistir à depredação foi a vigilância na “boca” do lago, impedindo a entrada desses pescadores, e a reunião com os comunitários.

Os conflitos com os pescadores comerciais, os que vinham depredando os lagos e com os pescadores artesanais das comunidades ribeirinhas locais, que utilizavam os lagos como fonte de alimento e renda, motivou os (as) ribeirinhos (as) estabelecerem acordos coletivos e reivindicarem políticas públicas de conservação dos recursos naturais existente na localidade. A divergência local não inviabilizou a perspectiva de conservação e preservação. Com isso,

tempos mais tarde essa luta em defesa desses recursos, possibilitou o aumento de peixes, de pássaros, de caças e a floresta se regenerou.

Os (as) ribeirinhos (as) para garantir o cumprimento dos acordos, usaram como principal estratégia à vigilância dos lagos. A consciência dos ribeirinhos era de que, a pesca predatória, além de consumir os estoques da ictiofauna dos rios, alterava a produção de peixes nos lagos, e levava, inclusive, a extinção de algumas espécies, que começavam a diminuir. Isso, também, segundo Vitkoski (2007), provocou a união e mobilização dos (as) ribeirinhos (as), de muitas localidades na Amazônia, como essa que ocorre no Paraná de Parintins na Amazônia brasileira, dado visibilidade nessa pesquisa.

2.2 A RESISTÊNCIA COMO PERTENCIMENTO

Os (as) ribeirinhos (as), no início da luta, na década de 1970, em defesa dos recursos naturais aquáticos, não contavam com o apoio das autoridades, nem com políticas públicas e, nem com apoio jurídico, por isso faziam a justiça ambiental a seu modo. Essa prática chegou a ser considerada criminosa pelos invasores, os quais formalizaram denúncias com o argumento de que eram proibidos de entrar nos lagos e de que, quando os (as) ribeirinhos (as), encontrava-os, prendiam as malhadeiras.

Os movimentos de ribeirinhos (as) eram autônomos e protagonizavam na Amazônia brasileira muitos *empates*, como já foi mencionado por Maybury-Lewis (1997) e Diegues (2008). Para estes autores o movimento de fechamento de lagos na Amazônia destinava-se à proteção de territórios e controle de acesso aos recursos naturais. O GRANAV é um exemplo desse movimento.

O GRANAV surgiu de uma necessidade que as pessoas tinham na comunidade, de enfrentar ações predatórias dos pescadores profissionais, naquela época e a gente não tinha um instrumento de defesa, haja visto que, o IBAMA, o IBDF, na época, antes do IBAMA, eram órgãos mais de repressão do que, de conscientização e, a própria justiça. Então, os pescadores organizados, muitas vezes tinham mais força pra adentrar, no lago e às vezes não pagar nenhum processo criminoso das transações, que eles faziam. Então, diante dessa falta de apoio, político, jurídico. Somente a Igreja católica, através da Pastoral da Terra, que tinha trabalho social, assim, no sentido de conscientização, de formação das pessoas. Foi despertando nas pessoas a possibilidade de a gente criar uma instituição de defesa, exclusiva do meio ambiente (ENTREVISTADO 04, 2015).

Essa denúncia gerou um mandato de busca e apreensão nas comunidades ribeirinhas onde estavam os arreios dos pescadores comerciais. O promotor de justiça local, acompanhado da polícia militar de Parintins (AM), foi até as comunidades da Ilha para

resgatar as malhadeiras de arrastão. Um dos ribeirinhos que se encontrava na casa junto com outros colegas não aceitando entregar os arrastões foi espancado e preso pela polícia na presença do promotor e levado para a carceragem da polícia na cidade de Parintins (AM).

Inclusive nós, estivemos presente e fui um dos líderes desse movimento aí e acabamos sendo preso, fomos espancado pela polícia e respondemos um processo por resistência a prisão e tentar atrapalhar as ações da justiça, segundo as acusações deles. E, na verdade, a gente achou aquilo um abuso de poder, abuso de autoridade, da autoridade policial e judicial e nós protestamos, que tinha tantos assuntos que a justiça tratasse, cuidasse. Eles se deram o luxo de ir lá, repreender, em vez de apoiar, as ações que nós achávamos que era justo e de direito (ENTREVISTADO 4, 2015).

Um dos membros do movimento dos ribeirinhos, por ter sido muito espancado, precisou fazer vários exames no hospital da cidade e onde foram detectados hematomas pelo corpo e grave alteração no baço. Mesmo assim, ele permaneceu preso e só foi solto quando o Bispo da Diocese de Parintins, na época, entrevistou a seu favor por entender os motivos da resistência à ordem de prisão. O bispo também era conhecedor das lutas dos (as) ribeirinhos (as). Isso porque.

Já havia também o apoio muito forte da Igreja, através da CPT e CDDH, alguns acordos já haviam sido trabalhados, e também a inserção dos lagos da região dentro da Lei Orgânica (Nº 01/90 do Município de Parintins) como lagos de proteção ambiental, então, já tinha acontecido algumas conquistas, antes da criação do GRANAV. No momento em que apenas as comunidades estavam se unindo para fazer esse movimento (ENTREVISTADO 02, 2015).

As práticas de resistência do Grupo resultaram na abertura de um processo contra 13 ribeirinhos. Em uma das audiências, o ribeirinho que sofreu o espancamento relatou ao juiz responsável pelo caso, o que havia ocorrido e os motivos da resistência dele e dos seus companheiros para não entregarem os arreios à polícia e à promotoria, ressaltou o Entrevistado 02 (2015). Relatou ainda que não iria permitir que o homem destruísse os lagos, porque era a vida deles, dependiam desses lagos para sustentar a família.

No caso ocorrido, os ribeirinhos que respondiam ao processo, conseguiram sensibilizar o Juiz, a promotoria e o IBAMA de Parintins, os quais reconheceram a importância desse trabalho e declaram apoio as ações do GRANAV. Além disso, colocaram-se à disposição para receber as reivindicações, as denúncias, debater e também editar medidas para conter a pesca predatória no município de Parintins (AM). Não só nos *empates*, como contribuíram para que fossem implementadas políticas públicas na localidade, as quais serão descritas no capítulo III. Em um desses momentos de confronto houve a apreensão de arreios de pescadores comerciais pelos ribeirinhos, que não aceitavam o tipo de pesca realizado por esses

pescadores, e, por isso foram denunciados à polícia e ao Ministério Público Estadual do Amazonas.

Os ribeirinhos, mesmo contando com esse apoio, ainda eram impedidos de exercer seus direitos políticos e sociais, sem falar da desmoralização deles diante da sociedade e da comunidade. Demorou muito para que os processos judiciais fossem arquivados. E, quando a justiça os convocava, havia a divulgação dos nomes na rádio local. O que os fazia sentirem-se desmoralizados; responder processo judicial na época era muito constrangedor.

Com o reconhecimento pelo IBAMA das práticas socioambientais realizadas pelos (as) ribeirinhos (as) em defesa da natureza viva, declarou apoio e conseguiu que fossem arquivados todos os processos contra os 13 ribeirinhos. “[...] todo cara que estava citado no processo, ele não tinha asas pra nada [...] nós conseguimos tirar, arquivar esse processo primeiro com apoio, muito, muito de uma promotora [...] ela também se envolveu com o GRANAV [...]” (ENTREVISTADO 16, 2015).

O IBAMA, segundo Diegues (2008), não só reconhece as ações dos (as) ribeirinhos (as) na Amazônia em defesa dos recursos aquáticos, como passa a apoiar diretamente os movimentos que desejavam criar reservas pesqueiras “[...] como forma de conservação dos recursos naturais em benefício da população local” (p.140), um exemplo foi o apoio dado ao GRANAV, relatado pelo Entrevistado 04 (2015)

[...] o GRANAV teve reconhecimento do IBAMA que deixou de ser um órgão repressor e passou a ser um órgão aliado. A justiça também entendeu o movimento e também deixou de ser um órgão repressor e passou a ser um órgão aliado da comunidade através do GRANAV [...].

Antes do movimento dos (as) ribeirinhos (as) ser constituído como entidade de direito, houve estabelecimento de acordos particulares de pesca e a incorporação do Art. 232 na Lei Orgânica Nº 01/1990 do município de Parintins (AM), com apoio da CPT e do CDDH. O Art. 232 estabelecia a proibição da pesca profissional nos lagos do Zé Açú, Murituba, Comprido, Jauari e Miriti, ficando apenas liberados para a pesca artesanal e de subsistência, conforme foi registrado por Pereira (2004).

Com a reformulação da Lei Orgânica Nº 01/1990, pela Lei Orgânica 01/2004, de 30 de março de 2004, a prerrogativa da proibição da pesca profissional nos lagos foi revogada (PARINTINS, 2004). Contudo, por reivindicação dos ribeirinhos da Ilha do Paraná de Parintins foi incorporado no Plano Diretor do município de Parintins (AM), a recomendação da criação, da Unidade de Unidade de Conservação Ilha do Paraná de Parintins. No, Art. 22,

inciso II, alínea “i”, desse Plano, estabeleceu a implantação da Unidade de Conservação da Ilha de Várzea do Paraná de Parintins (PARINTINS, 2006). Essa UC, não chegou a ser regulamentada, mas através do INCRA e por reivindicação dos membros do GRANAV, a Ilha passou a ser um Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE).

A prática da resistência, na forma de vigília, não parou de ser realizada até hoje na Ilha do Paraná de Parintins. As perseguições aos lagos da Ilha continuam, mas não com tanta frequência com que ocorriam no passado. A vigília de pernoitar na boca do lago do Comprido como era feito para proibir a entrada de pescadores comerciais, não ocorre mais. A estratégia hoje é a realização de visitas periódicas e esporádicas a esse e a outros lagos que existem na localidade. Nessas idas são realizadas abordagens aos pescadores comerciais para orientá-los que a Ilha do Paraná de Parintins é um PAE de uso comum dos (as) ribeirinhos (as) assentados (as), mas não impedem a pesca para a subsistência.

Quando se aproxima o período da seca, os peixes ficam mais vulneráveis. Nesse período ocorre a concentração de cardumes (bando de peixes) nos lagos e os pescadores aproveitam para capturá-los (PEREIRA, 2004). Então, nesse período, o GRANAV planeja algumas visitas ao lago, as quais são reforçadas quando os comunitários atestam a presença de grande número de pescadores no lago do Comprido.

[...] Quando há invasão de lago, a gente convoca o pessoal, agora ficou mais fácil [...] todas as casas têm telefone, então, é só ligar e é rapidinho que chega lá no lago, mas é assim, a gente sente muita a falta dos órgãos ligados a essa questão. A questão do IBAMA, Secretária de Meio Ambiente. A gente vai lá, no IBAMA, mas a dificuldade é muito grande porque na porta do IBAMA, já tá escrito quais são os deveres do IBAMA, mas a gente tenta conciliar (sensibilizar) eles pra junto de nós (ENTREVISTADO 01, 2015).

O manejo de lago é uma parceria com a comunidade, a gente se reúne nos finais de semana, às vezes no meio da semana, a gente reúne com a comunidade e com o Grupo e vamos fazer a vistoria no lago, aí no lago. É uma parceria da comunidade com o GRANAV que tá dando certo também (ENTREVISTADO 10, 2016).

Os membros do GRANAV, para convencer os invasores da necessidade do manejo dos lagos, usam a estratégia do diálogo, mas nem sempre funcionou. Por isso, tiveram momentos que usaram arma de fogo para intimidar os invasores, mas ressalta o Entrevistado 01, (2015), que nunca foi preciso utilizá-la. Diferente, de outros lugares, no estado do Amazonas, que houve, esse tipo de abordagem, causando confronto, entre ribeirinhos e pescadores profissionais, que levou a destruição de equipamentos de pesca e até à morte de um ribeirinho (CASTRO e MCGRATH, 2001).

A facilidade dos meios de comunicação nas comunidades ajuda a mobilizar os comunitários para se deslocarem com urgência até o lago para coibir a pesca comercial quando identificada pelos moradores local. Essa atividade antes contava com o apoio do IBAMA, mas, nos últimos anos, o IBAMA está muito ausente dessas comunidades. Então, eles têm resolvido sozinhos, esse problema à maneira deles; Na conversa, no convencimento e, às vezes, com ameaças de denúncias formais ao IBAMA.

Dessa iniciativa dos (as) ribeirinhos (as) organizados (as), por meio do GRANAV, houve o desenvolvimento de muitas atividades práticas e também processo de formação escolar e não escolar. O resultado de todo esse trabalho foi o fortalecimento e a criação de novas organizações junto às comunidades.

O deslocamento de muitos ribeirinhos (as) da Ilha do Paraná de Parintins para a terra firme à procura de área para plantar o ano todo levou à criação de comunidades na Terra Firme, liderada por membro do GRANAV.

[...] a partir do Paraná de Parintins, criou outras comunidades como Jauari. As lideranças que foram feitas lá, antes do GRANAV, e, durante o GRANAV, fortaleceu o Laguinho, o Laguinho Santíssima Trindade, o Laguinho São José, o Laguinho Perpétuo Socorro. São pessoas que tiveram essa formação, essa capacitação e esse incentivo e fundaram outras comunidades. E as maiores lideranças politicamente de movimentos sociais hoje do município de Parintins tá nessa região da Gleba Vila Amazônia e tá nessa região do Paraná de Parintins/Valéria. [...] pessoas que criaram, foram criando essa consciência. São pessoas assim que resistem em suas comunidades. São assim os cabeças dos movimentos, do enfrentamento, da política, da boa política ambiental, agrícola. Enfim, são pessoas que são exemplo na comunidade, nessa resistência, na organização (ENTREVISTADO 04, 2015).

Essas estratégias dos (as) ribeirinhos (as) de resistência à depredação dos recursos naturais da Amazônia brasileira, no Baixo Amazonas do estado do Amazonas por meio de criação e fortalecimentos de organização sociais demonstram o quanto é importante a luta organizada dos povos da água, da terra e da floresta em prol de permanecerem nos próprios territórios com seus direitos garantidos para manter o modo de vida.

O modo de vida dos (as) ribeirinhos (as) das comunidades deste estudo se aproxima do modo de bem viver dos povos indígenas da Amazônia, analisado por Cavalcante (2009) nos estudos sobre indígenas. Também se percebeu semelhança com o bem viver dos povos indígenas da América Latina, apontado nos estudos e Leff (2010). Esses autores incluem o bem viver dos indígenas com exemplo de convivência harmoniosa com a natureza.

O povo ribeirinho também tem dado exemplo de como viver em harmonia com a natureza, com cuidado e respeito, para que nunca falem os recursos naturais da água, da terra

e da floresta e os recursos que sustentam esses povos amazônidas há séculos. A construção dessa harmonia os tem guiado sempre para uma sustentabilidade socioambiental, mas que correm sérios riscos se não analisarem bem as políticas públicas antes de serem implantadas em seus territórios.

2.3 O GRUPO AMBIENTAL NATUREZA VIVA (GRANAV)

O GRANAV foi um movimento organizado por jovens menores de 18 anos e contava com a poio dos pais, que os incentivavam e permitiam que os filhos participassem tanto das vigílias dos lagos quanto dos encontros de formação. No início da institucionalização do Grupo, na década de 1990, estavam à frente 32 jovens com escolaridade até a 4ª série.

O GRANAV vem de uma concepção de juventude e a gente quer incentivar a juventude do município. Onde quer que seja, a juventude é o principal caminho pra essa realização, né? Se você olhar assim têm poucas pessoas idosas assim no princípio da nossa luta, né? Mas a juventude estava em massa [...] (ENTREVISTADO 01, 2015).

Como o GRANAV nasceu em meio a conflitos, pelo desejo de proteger o principal alimento dos (as) ribeirinhos (as) que estava sendo ameaçado pelos pescadores, principalmente, os profissionais que praticavam a pesca predatória. Isso causou uma série de problemas, principalmente, para os (as) ribeirinhos (as) que por suas ações de apreensão dos equipamentos de pesca, passaram a responder processo na justiça. A partir daí decidem constituir a entidade, para representá-los de direito, pois de fato já existiam. Então, no dia 28 de fevereiro de 1992 é criado o Grupo Ecológico Natureza Viva (GRENV) que depois passou a se chamar de Grupo Ambiental Natureza Viva (GRANAV).

Então, na época nós pensamos em criar uma equipe, um grupo de pessoas que realmente pensasse, falasse a mesma linguagem, pensasse uma forma de organização. Por aí começou, tivemos o apoio da Igreja Católica na época, através da CPT e da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos. Ela nos deu apoio até a estratégia de trabalho de como fazer [...] (ENTREVISTADO 03, 2015).

Para sua constituição, houve a realização de muitas reuniões, encontros, assembleias, culto dominical nas comunidades tanto para sensibilizar as pessoas para a necessidade de lutarem organizados em defesa da natureza viva, quanto para pensar o estatuto, constituir os objetivos e os demais procedimentos burocráticos para a institucionalização da entidade. A ideia principal na constituição do grupo era que houvesse pelo menos um ou dois comunitários das comunidades envolvidas.

Objetivo era englobar todas as pessoas em torno da luta, então de cada comunidade se houvessem duas pessoas era muito mais fácil assim agregar adeptos a nós, né? Porque assim, todas as pessoas das comunidades pescavam no lago, né? Então, a gente tinha que abranger a sensibilidade de todas as comunidades. Era mais ou menos esse o nosso objetivo. Era de que ficasse sabendo do nosso trabalho, da nossa intenção (ENTREVISTADO 01, 2015).

O GRANAV nasceu para defender a floresta, a terra, a água e, principalmente, os povos ribeirinhos da Ilha do Paraná de Parintins, ressalta o Entrevistado 01, (2015). É certo que nasceu de questões locais como muitos movimentos no início do ambientalismo planetário (MCCOMICK, 1992). Contudo, os motivos para criação do GRANAV foi para garantir a sobrevivência e permanência dos ribeirinhos em suas localidades de origem, não apenas proteger os recursos naturais sem a presença humana, como o ambientalismo planetário defendia.

Outra diferença, do ambientalismo planetário é que o GRANAV foi protagonizado por uma juventude com baixa escolaridade, mas consciente do seu pertencimento àquele ambiente que lhe dava o alimento necessário para viver bem e sobreviver mantendo seu modo de vida. Nesse processo, a escola passou a ganhar ainda mais importância para os jovens. Porém, quando concluíam o nível de ensino oferecido na Ilha, ou seja, até 4ª série, eram obrigados a sair da comunidade para estudar. Na época conseguiram o telecurso do 5º ao 8º ano de ensino, para a localidade.

Além da saída desses jovens em busca de nível maior de escolaridade, houve também a saída de comunitários da várzea para a terra firme à procura de área para plantar o ano todo, já que na várzea, em razão do fenômeno das cheias, só podiam fazer plantio de ciclo curto. Hoje esses jovens já são pais de famílias, lideranças nessas localidades, outros que foram estudar se formaram e voltaram para suas comunidades, inclusive para o Paraná de Parintins.

[...] esses jovens, assim, pela falta de incentivo financeiro, pela dificuldade que houve no Paraná de Parintins. Eles migraram pra outras localidades e a gente teve sorte que eles migraram, assim, pra Valéria, Laguinho, Murituba, Santa Luzia [...] (ENTREVISTADO 01, 2015).

A luta tem seu início na década de 1970, mas vai ter seu auge na década de 1980 em diante, quando já há um combate a essa depredação, por meio de uma luta mais organizada e com o estabelecimento de estratégias. Estratégia, como o manejo dos lagos, por meio de acordos coletivos de pesca. Além dos acordos de pesca e da proteção à floresta, o GRANAV atua em outras questões sociais, ambientais, políticas, territoriais, culturais, econômicas. Na década de 1990, quando é institucionalizado, intensificou as denúncias anteriormente já feitas

por comunitários. Algumas denúncias que marcaram essa década de criação do GRANAV foi sobre a retirada ilegal de madeira no Rio Mamuru, que repercutiu no município de Parintins (AM) e deu visibilidade ao trabalho da entidade.

Com a fundação do GRANAV, no dia 27 de fevereiro de 1992, a luta dos (as) ribeirinhos (as), se tornou institucionalizada. O GRANAV passou a ser uma ONG autônoma como estabelece o estatuto.

Art. 2º- O GRANAV é uma organização autônoma, Não governamental e sua organização administrativa é exercida por membros ativistas e defensores do meio ambiente e tem por natureza o compromisso com a preservação e conservação do equilíbrio ambiental local, regional e nacional (GRANAV, 1992, p. 1).

Partindo deste princípio, o GRANAV estabeleceu uma série de objetivos no Art. 3º do estatuto a serem alcançados para garantir o bem viver do povo que vive na área de várzea e de terra firme. Dentre, os quais estão:

- a) Promover campanhas educativas de caráter ambiental que visam à formação e educação dos povos de nossa região e fazer cumprir os dispositivos da Constituição Federal em seu artigo 225, da Constituição do Estado do Amazonas em seus artigos 229 a 241, e da Lei Orgânica do Município de Parintins em seus artigos 203 a 210;
- b) Prestar apoio às lutas e iniciativas das comunidades na defesa do meio ambiente;
- c) Encaminhar e divulgar estudos e análises visando a correta compreensão da metodologia de desenvolvimento ambiental;
- d) Denunciar, protestar e lutar contra qualquer forma de agressão ao meio ambiente;
- e) Procurar desenvolver programas e projetos que visem melhorar a qualidade de vida das populações ribeirinhas, do homem do campo e das comunidades rurais, dentro das condições do “GRANAV” e/ou em convênio com entidades parceiras;
- f) Incentivar o associativismo, a solidariedade humana, a defesa e o uso correto do meio ambiente local e regional e a defesa constante da cidadania;
- g) Realizar, em conjunto com entidades co-irmãs, cursos e treinamentos que visem capacitar os cidadãos em educação ambiental e
- h) Contribuir para formação e informação de seus membros afim de alcançar seus objetivos.

Parágrafo Único: O GRANAV poderá estabelecer ligações e firmar convênios com organismos governamentais e não governamentais, nacionais e internacionais que busquem os interesses e os ideais de luta do grupo (GRANAV, 1992, p. 1).

Por isso, as atividades práticas socioambientais que já eram realizadas foram intensificadas. A partir deste momento, as lutas não eram mais somente dos (as) ribeirinhos (as) da Ilha do Paraná de Parintins, mas também de muitas outras pessoas, que viviam nas comunidades ribeirinhas circunvizinhas e também daqueles que residiam na terra firme. Essas atividades se expandiram para outras localidades, a exemplo do combate à exposição de animais silvestres na Comunidade de São Paulo da Valéria, em 1997, uma prática realizada pelos comunitários ao receberem turistas.

O GRANAV formalizou parceria com o IBAMA, em 1998, incentivou e acompanhou a primeira iniciativa de manejo de quelônio no município de Parintins (AM), na comunidade Santa Maria do Murituba, em 1998; promoveu capacitação para Agente Ambiental Voluntário (AAV), em 1998; Executou o Projeto Sistema Integrado de Produção “Terra e Água”; conquistou o primeiro Projeto de Assentamento Agroextrativista em área de várzea para o município de Parintins (AM).

2.4 OS ACORDOS COLETIVOS PELOS RECURSOS DA ÁGUA, DA TERRA E DA FLORESTA

O movimento dos (as) ribeirinhos (as) da Ilha Paraná de Parintins foi protagonistas, de três acordos de pesca, desde a década de 1980 até recentemente na década de 2000, sempre com o objetivo de garantir a conservação e preservação dos lagos, da floresta locais e mediar os conflitos. Na mediação desses dos confrontos, prevaleceu o diálogo, o qual possibilitou o estabelecimento desses acordos coletivos de pesca envolvendo as comunidades que possuíam lagos ou se serviam dos lagos com o propósito de garantir aos povos locais o alimento fácil e farto para seu sustento.

[...] sozinha uma comunidade, não tinha força. A ideia era reunir o maior número de comunidades possível dessa região, que abrigava mais ou menos 30 lagos dessa região, aí, do Paraná de Parintins, Valéria, Jauari. E essas comunidades todinhas, então, toda essa população sentia a necessidade desse enfrentamento, dessa proteção desses lagos, porque se a gente não fizesse isso a nossa vida piorava, por conta da falta de alimento que era assim, basicamente o peixe, a farinha. Já que a gente não tem muita tradição no feijão, no arroz. Então, se o peixe, diminuindo e também aquelas que usavam [...] parte desse peixe pra comercializar como uma fonte de renda. Isso era mostrado pras pessoas, a riqueza que era antes, a fartura que era antes, inclusive, o tamanho dos peixes. Vinte a trinta anos atrás era normal pegar um pirarucu de 80Kg, 70 Kg, hoje é uma admiração. Não existe mais, não consegue mais crescer o peixe [...]. Então, é essa a ideia, de unir as comunidades com esse intuito. Lembrando que lá adiante, lá diante (antes) do GRANAV, [...] houve um enfrentamento, antes do GRANAV (os comunitários tomaram as redes dos pescadores comerciais) eles foram intimados, a polícia tentou prendê-los, eles reuniram 70 homens e vieram aí na delegacia, quando o delegado viu os 70 homens, ficaram na verdade nervosos, né? porque nunca tinham sentido uma represália e acabou, liberaram as pessoas. [...] demonstrou que o povo unido, aquela antiga frase, jamais será vencido (ENTREVISTADO 04, 2015).

Essa união possibilitou resgatar uma luta pela preservação que iniciou pelos pais desses sujeitos que já vinham resistindo contra essa depredação das fontes de alimento. Os filhos seguem, então, esse exemplo e estabelecem acordos particulares para controlar o uso dos recursos naturais que existiam em abundância nessas comunidades e vinham sendo ameaçados de extinção. Os acordos de pesca foram meios encontrados por esses (as)

ribeirinhos (as) para mediar os conflitos e proteger o pescado que exista nos lagos, tanto da Ilha do Paraná de Parintins, nas comunidades onde o GRANAV atua.

O primeiro acordo foi registrado no ano de 1989 entre pescadores profissionais, pescadores ribeirinhos artesanais. Os pescadores profissionais, representados pela Colônia de Pescadores de Parintins (AM) e os (as) ribeirinhos (as), pelos presidentes de comunidades, mediado pelo Ministério Público Estadual Comarca de Parintins (AM). Nesse acordo, os lagos envolvidos foram Lago Grande (Ilha do Paraná de Parintins), Lago da Benedita, Lago Zé Açú, Lago do Máximo, Lago do Zé Miri, Lago do Parananema e Lago da Benedita. Ressalta-se esse primeiro acordo foi regulamentado pela Lei 7.244/1984, Art. 55, Parágrafo Único do Ministério Público (MPE/AM, 1989).

O segundo acordo foi um pouco diferente, porque os (as) ribeirinhos (as) já tinham uma organização chamada de Grupo Ecológico Natureza Viva (GRENVA), depois denominado GRANAV. Como GRENVA, a organização dos (as) ribeirinhos (as) consegue celebrar, em 29 de agosto 1993, um novo acordo particular de preservação e conservação de lagos nas comunidades Santa Rita, Betisemes, Samaria e São Paulo, na Valéria; Santa Maria e Santo Antônio, no Murituba; Nossa Senhora do Perpetuo Socorro, Santíssima Trindade, Nova Olinda na região do Laguinho; Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, São Sebastião e Menino Deus na Ilha do Paraná de Parintins (PEREIRA, 2004).

O acordo contou com o aval do Ministério Público Estadual e do IBAMA. Estabeleceu a proibição da pesca nos lagos da Ilha do Paraná de Parintins pelos pescadores que faziam uso das seguintes técnicas e/ou ferramentas: arrastão, malhadeira para captura de pirarucu, gravador na caça de capivara, lanterna de carbureto, rede malhadeira superior a 40 metros, bomba, timbó ou outros venenos, barco geleiro dentro do lago, corte de capim, queimada, batção (cercar uma quantidade de peixe e usar um pedaço de pau para bater no cerco provocando a morte dos peixes), comercialização de quelônios e matança de aves.

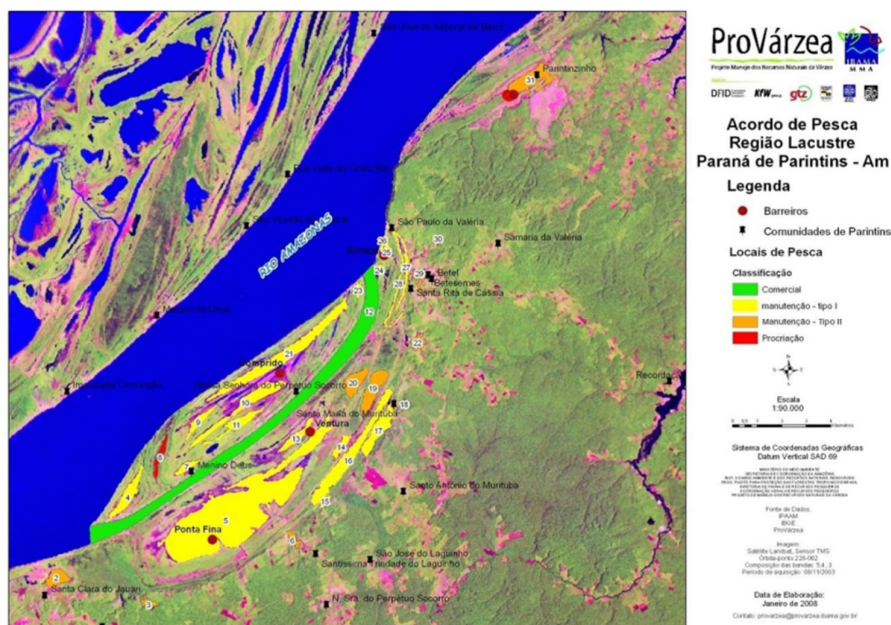
O uso dessas estratégias era comum nas décadas de 1980 a 1990, mas os ribeirinhos (as), organizados em coletivos, denunciavam e proibiam tais práticas no lago Comprido. Eles temiam a perda de sua principal fonte de alimento contida nos lagos e na floresta da Ilha.

Os membros do movimento conseguiram construir uma sistemática de abordagem, com horário pré-definido, anotações e a formatação de um discurso de defesa do trabalho realizado junto aos pescadores, fossem das comunidades locais ou de fora delas. Aliado a isso, o movimento tinha clareza de quem fazia parte do grupo ambiental.

[...] O grupo é sempre as pessoas da comunidade que estão ajudando desenvolvendo as atividades [...]. O grupo nasceu aqui, nasceu entre as duas comunidades, então que dizer, que o grupo é a comunidade e entorno, porque a gente fala, assim, o grupo, o grupo ambiental. Então, quer dizer que são todas as pessoas da comunidade, das comunidades, né? [...]. A gente fala o grupo, não é só os coordenadores, não é só o coordenador é a comunidade e entorno, é a comunidade em geral (ENTREVISTADO 6, 2016).

As comunidades do entorno são as que estão em volta da Ilha do Paraná de Parintins e as que são acompanhadas pelo GRANAV, localizadas na terra firme. Na década de 2000, houve a necessidade de envolver mais comunidades e colocar mais lagos a serem conservadas e protegidas, objeto do último acordo. Para a construção deste acordo o GRANAV promoveu uma grande mobilização que envolveu 25 comunidades e 22 lagos onde o Grupo tinha atuação, conforme pode ser visualizado na imagem abaixo.

Imagem 01 - Acordo de pesca



Fonte: Arquivo do GRANAV

Esse acordo, como envolveu uma quantidade grande de comunidades, precisou de pelo menos três anos de debate até ser concluído, em 2008.

Aqui a gente tem um mapa que é do acordo de pesca que foi construído a partir de toda uma discussão, foram três anos de discussão. Para que a gente pudesse chegar a esse resultado, então foram muitas reuniões, muitas assembleias, porque envolvia 25 comunidades para discutir apenas 22 lagos, que são lagos pequenos. Então, era necessário que a gente tivesse um cuidado muito grande pra definir as regras. Aí a gente tem [...] lagos de procriação [...] lagos de manutenção tipo dois, aquele que o pessoal pode pescar lá, mas com regras mais restritas, que são lagos pequenos [...]

lagos de manutenção onde o pessoal pode pescar com malhadeira, com instrumento, mas, mas, eu diria que o pessoal utiliza mais na pesca, né? [...] o Paraná onde apenas esse local foi definido pra, pra pesca comercial, né? (2015)⁴.

Esse acordo na época foi enviado ao IBAMA estadual, para regulamentação, mas infelizmente não aconteceu. Hoje, em 2016, o documento se encontra na Secretária Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS-AM), para que seja editada a portaria. Porém, até a conclusão dessa pesquisa, não houve à efetivação. Mas, segundo um dos membros do GRANA V, a instituição continua reivindicando essa portaria (2015)⁵.

Os acordos de pesca é uma estratégia dos (as) ribeirinhos (as), e que o estado do Amazonas vem legitimando. Mas, ao mesmo tempo, que o estado proporciona a organização da exploração dos recursos naturais, o controle e a conservação, também, esse processo pode levar o desaparecimento do modo de vida desses ribeirinhos. Pois, o zoneamento dos lagos, em comercial, de subsistência e de preservação, exigirá uma nova relação dos (as) ribeirinhos (as) com os recursos naturais. Portanto, Maybury-Lewis (1997), recomenda que esse modo de manejo deva ser tratado com ressalva pelos (as) ribeirinhos (as) e o Estado, precisará de um agente regulador.

Maybury-Lewis (1997), apresenta ainda, preocupações com a perda do modo de vida tradicional dos povos ribeirinhos, mas também ressalta que a coalização dos (as) ribeirinhos (as) com o estado pode ser uma aliada com potencial para contribuir com a resistência feita pelos ribeirinhos da Amazônia, a exemplo dos (as) ribeirinhos (as) da Ilha do Paraná de Parintins. Inclusive, na formação de agentes ambientais.

2.5 GRANA V E OS AGENTES AMBIENTAIS VOLUNTÁRIOS

Uma parceria entre IBAMA e GRANA V proporcionou a realização, em 1998, de um Curso de Capacitação para Agentes Ambientais Voluntários (AAV), na Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, assim como a aprovação e execução do Projeto Sistema Integrado de Produção “Terra e Água”, no período de 2002 a 2007, com recursos financeiros do Pró Várzea/IBAMA.

Para realização do curso de capacitação de AVV,

⁴Palestra proferida por Eraldo Albuquerque. II Seminário Internacional de Questões socioambientais e Sustentabilidade na Amazônia, Manaus-AM, em dezembro de 2015.

⁵Palestra proferida por Eraldo Albuquerque. II Seminário Internacional de Questões socioambientais e Sustentabilidade na Amazônia, Manaus-AM, em dezembro de 2015.

[...] veio sociólogo, veio o próprio superintendente do IBAMA, todo o estafe do IBAMA, um curso mais consistente lá dentro da comunidade, lá no Paraná de Parintins, lá dentro. Nós passamos...o quê? Uma semana. Veja bem, então uma coisa muito grande, tudo patrocinado. A comunidade entrou com o peixe. Isso tudo motivava. Uma semana que a gente ia pra lá, bora pescar pra aguentar a uma semana. O IBAMA entrava com o aparato: gasolina, com transporte, com essa coisa toda, material didático, mas a comunidade participava, a comunidade, o GRANAV [...]. Isso começou a aumentar a área de atuação do GRANAV, porque não ficou mais restrito ao Paraná de Parintins, porque eles já convidavam gente da Valéria, principalmente, pra esse curso [...] pra todos os efeitos era o GRANAV que fazia isso, tá entendendo? E era, em parte, [...] tudo fruto de discussão da gente (ENTREVISTADO 16, 2015).

Os participantes desse curso eram lideranças comunitárias que receberam a formação e voltaram para as suas comunidades como AAV, credenciados pelo IBAMA. Os AAVs eram devidamente identificados com uma carteira, um colete de identificação, um manual dos AAV e auto de constatação.

Imagem 02 - Carteira do AAV

	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS-IBAMA DIVISÃO DOS REC. HÍDRICOS E PESQUEIROS-DIRHP	
	AGENTE AMBIENTAL VOLUNTÁRIO	
	Nome: NILSON CÂNDIDO GOMES C.I.: 494.453 / SSP/AM C.P.F.: 049.788.032-68	
	<hr/> Assinatura do Portador	
<p>O portador da presente está credenciado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, a exercer de forma voluntária a fiscalização para o cumprimento da legislação ambiental em vigor nos limites da comunidade a qual pertence.</p>		
MUNICÍPIO / UF TEFÉ / AM		DATA DE EMISSÃO 15 / 01 / 98
<hr/> Presidente da Comunidade		 Hamilton Nobre Casaja Superintendente do IBAMA/AM Port. N° 618

Fonte: Arquivo GRANAV

Quando um AAV abordava o infrator, se identificava, tomava nota de seus dados e da infração no *auto de constatação*, o qual era encaminhado ao IBAMA para as medidas cabíveis. Esses AAVs agiam como representantes do IBAMA em suas comunidades, porém não tinham autonomia para autuar o infrator, apenas constatar o fato.

[...] as organizações comunitárias ainda se ressentem do fato de terem poderes limitados de fiscalização dos acordos de pesca, uma vez que o IBAMA restringe a competência dos Agentes Ambientais Voluntários apenas à constatação e não à atuação. Portanto, a viabilidade prática dos acordos de pesca comunitários depende do amparo jurídico que as comunidades deveriam receber das várias instâncias do poder público (PEREIRA, 2004, p. 24).

O trabalho dos AAVs era tão sério que houve casos de apreensão de arreios de pesca, inclusive de AAV que desobedeceu às orientações e o compromisso assumido, via documento assinado para receber a credencial de agente. Outro caso, foi à notificação feita por um membro do GRANAV ao seu próprio pai, por ter desobedecido ao acordo coletivo de pesca.

Além do curso que receberam para atuar nas comunidades, os AAVs participaram de encontros para avaliação, diagnóstico, planejamento e formação. No período de vigência do Pró Várzea, foram realizados dois encontros na Cidade de Parintins (AM), um em outubro de 2003 e outro no mês de fevereiro de 2004. O primeiro encontro teve como objetivo “Conhecer as atividades que vem sendo desenvolvidas pelos Agentes Ambientais Voluntários em suas comunidades ou áreas de atuação, bem como temas, metodologias e recursos utilizados durante os trabalhos” (PROVARZEA/IBAMA, 2003). E o segundo objetivou “elaborar de maneira participativa materiais didáticos de E. Ambiental que possa colaborar no trabalho dos agentes em suas comunidades de atuação” (PROVARZEA/IBAMA, 2004).

A capacitação dos Agentes Ambientais Voluntários foi o passo importante nesse processo de formação de liderança, na época eles não foram só capacitados para atuar na parte ambiental, mas também nas questões sociais e políticas das comunidades. Então, hoje, a gente percebe que mesmo com a fragilização desse programa dentro do IBAMA, esses Agentes Ambientais capacitados naquele momento, continuam atuando como liderança importante em suas comunidades. Então, a gente percebe que isso foram conquistas importantes (ENTREVISTADO 02, 2015).

O Programa de AAV deixou de existir no IBAMA, mas muitos Agentes Ambientais continuam atuando nas comunidades de maneira informal. Contam com o respeito e o reconhecimento dos residentes das localidades, contudo reclamam da ausência do IBAMA, pois antes havia um pouco de assistência do órgão e também uma carteirinha. As carteirinhas não foram mais atualizadas pelo IBAMA. Mesmo assim o trabalho de abordagem é feito junto aos invasores, os quais respeitam a liderança dos AAVs, uma vez que esses agentes têm o apoio de suas comunidades. Assim, continuam evitando a depredação dos recursos naturais locais.

É necessário que se diga que os AAVs acabavam fazendo o trabalho do IBAMA, sem nenhuma remuneração correndo, inclusive, risco de serem agredidos. Por outro lado, os

AAVs faziam este trabalho porque acreditavam que ajudariam na preservação e conservação dos recursos naturais existentes em suas localidades, cujos frutos poderiam ser usufruídos por filhos e netos como forma de sustento para as famílias e critério de permanência nos territórios de várzea e de terra firme, palco de múltiplas experiências culturais.

2.6 GRANAV E AS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS E RELIGIOSAS

O GRANAV, com as práticas socioambientais, incentivou à promoção e à criação de manifestações culturais e religiosas nas comunidades, tanto de várzea, quanto de terra firme. Uma das primeiras promoções culturais que esse grupo realizou foi um culto ecumênico que passou a ser realizado todos os anos na Boca do Lago (entrada do lago) do Comprido, embaixo de um apuizeiro (árvore morácea da Amazônia (*Ficus fagifolia*)), abrigo onde os ribeirinhos passavam as noites, em vigília, para coibir a entrada dos invasores no lago.

As atividades eram assim; a gente ía pra Boca do Lago de manhã. Tinha uma árvore, uma árvore grande lá, um apuizeiro, e a gente ía seis horas da tarde. A gente ía pra lá, levava o caderninho, e quando chegava lá abordava as pessoas, principalmente da região mais local aqui, da Valéria, do paraná mesmo e os barcos pesqueiros que passavam. A gente abordava e dizia pra eles que agora existia um trabalho e a coisa ía ser diferente, pra eles era uma novidade grande assim e, logo no início, foi até uma coisa de causar espanto pra todo mundo. Logo no início, surgiu uma alternativa nossa de mostrar pras pessoas que preservando a gente ia ter pra nós mesmo, mas a gente tinha que preservar alguma coisa, que lutar para existir alguma coisa. E aí a gente fazia os cultos ecumênicos, todos os meses de setembro (ENTREVISTADO 01, 2015).

A religiosidade como estratégia para sensibilizar comunitários, órgãos ambientais e a justiça possibilitou o envolvimento de muita gente que, uma vez participando, acabava se envolvendo na luta pela preservação e conservação da natureza viva no município de Parintins (AM). O culto fortalecia e animava os membros do GRANAV em continuar o seu trabalho com afinco e muito mais esperança.

[...] nós realizamos por alguns anos a celebração ecumênica em favor da preservação dos lagos. O que era isso? Era um momento que se fazia uma celebração lá na Boca do Lago do Comprido. Foi onde iniciou todo o trabalho, toda a luta, né? e se reunia as comunidades católicas, evangélicas, as autoridades dessas religiões, também as lideranças das comunidades, daquelas que eram envolvidas, daquelas que não eram envolvidas, as instituições do Município, Ministério público, polícia, vereadores, as universidades. Então, era um momento em que a gente socializava todo o trabalho e aproveitava pra fazer um trabalho de conscientização também sobre a importância dessa luta para a sociedade como um todo. Então, foram assim algumas das estratégias que a gente utilizou pra sensibilizar as pessoas, a outra era usar bastante a imprensa, pra fazer com que a sociedade pudesse reconhecer o trabalho que vinha sendo feito (ENTREVISTADO 02, 2015).

Uma estratégia que marcou a trajetória do GRANAV também foi à realização do I Encontro Ecológico do Baixo Amazonas, aliado ao I Festival da Canção Natureza Viva, realizado, em 1992, na Comunidade de Santa Rita, na Valéria. O evento reuniu membros de várias comunidades onde o GRANAV atuava na época e também moradores dos municípios de Nhamundá, Barreirinha e Boa Vista do Ramos. Foram dois dias de encontro, em que se debateram as questões ambientais, proferiram palestras e se realizou um concurso de canções que cantavam a natureza viva. As músicas⁶ mostram as situações em que viviam as comunidades na época.

“Lamento pelo êxodo rural: não venda as suas terras”

As condições hoje não estão muito boa
Só terra nua, não temos onde morar
Têm muita terra mais tá toda demarcada,
É dos latifundiários que tiram pra criar.
O pobre homem se desloca lá pras matas,
Faz seu barraco e começa trabalhar,
E lá um dia aparece um tal fulano,
Com a ordem do tirano,
Desocupe esse lugar.

O Pai humilde fica logo pensativo,
Chama a família e começa a dizer,
Meus filhos, pra onde nós vamos agora?
Daqui vamos cai fora que se não vamos morrer.
Vai pra cidade, mais não muito satisfeito,
Morar em favela e fazer apelo pra prefeito,
Pra ser vigia,
Trabalhar a noite e dia,
E depois pra passar fome,
Porque lá não tem outro jeito.

Meu irmão escute o que vou lhe dizer,
Quem tem suas terras, por favor, não vá vender.
Fique no sítio que aqui é mais barato,
Um pouquinho que se arranja, mas já dá pra se viver. (2 vezes)
(*Onezinho Ramos Muniz*)

A canção “Chora mãe Natureza” foi a vencedora do I Festival da Canção Natureza Viva. Produzida e cantada pelos próprios autores, membros da comunidade Santa Rita da Valéria, a letra mostra o quanto a natureza está indefesa diante das ações predatórias do ser humano, cujo raciocínio não acompanha os sentimentos da mãe natureza.

“Chora mãe Natureza”

⁶Essas letras de música tiveram autorização dos autores para estarem nessa publicação.

Caminhando nessa longa estrada
 Como pai da terra
 Defendo o verde das queimadas
 Combato esta guerra
 Coisas que eram tão lindas que nosso pai deixou,
 O homem com seu egoísmo quase alucinado não respeitou

Chora mãe natureza, choras assim ei ei ei, ei ei ei

As aves pedindo socorro,
 A sua linguagem bem clara,
 O canto do uirapuru, o auto grito das araras,
 O bem-ti-vi canta triste,
 Não tem a alegria que quer,
 De baixo da laranjeira chora o carachué

Chora mãe Natureza, choras assim ei ei ei, ei ei ei

O Homem não se raciocina
 Tem olhos, mas não pode ver.
 Que no verde dessa floresta alguém quer sobreviver
 A anta e o porco do mato
 A lebre, o pato e o tatu
 O macaco e onça pintada forjem para não morrer.

Chora mãe Natureza, choras assim ei ei ei, ei ei ei

Triste é a vida de quem sofre
 A força desse mal querer
 A preguiça e o jabuti morrem calado, não sabem correr.
 As belezas dos nossos igapós sofreram devastação
 Os peixes sumiram dos lagos, não tem alimentação.

(José Antônio de Oliveira Ferreira e Braulino)

Essas canções dizem por si só qual a realidade vivida pelos povos das áreas de várzea e de terra firme, na década de 1990, a qual não é muito diferente da realidade de hoje, em pleno século XXI.

O I Festival da Canção Natureza Viva, que foi na época um negócio fantástico, tivemos dificuldade, [...] mas a gente acreditou. Era uma maneira de a gente conscientizar também as pessoas da preservação do meio ambiente através da música. Começamos a ter essa visão de buscar novas metodologias, eu diria de trabalho. Isso foi fundamental, e a gente nunca mais realizou, o que é até uma deficiência. Hoje é um negócio a pensar novamente para começar a reestruturar (ENTREVISTADO 03, 2015).

O I Festival da Canção Natureza Viva deu certo. Foi algo contagiante. Inspirou a criação de novos eventos culturais nas comunidades como a “Dança do Mauary”, que nasceu da preocupação de preservar os pássaros Mauary, constantemente ameaçados de extinção em função da caçada praticada. Outra importante iniciativa foi a criação do Grupo Gavião Real que também vinha sendo ameaçado de desaparecer pela caça desordenada, comentou o

Entrevistado 01 (2015), destacando ainda que foram criados na comunidade da Independência no Projeto de Assentamento Vila Amazônia.

No Laguinho São José a manifestação cultural é o Cavalo Encantado. Em Santa Maria, do Murituba é o Festival do Tracajá, que reúne todos os anos centenas de pessoas para prestigiar a soltura de quelônios. O festival é decantado na canção abaixo.

U u u u u u (2X)
 Quanto tempo se passaram
 Eu agora vou cantar
 Tanto sonhos perdidos
 Hoje vamos realizar
 Nesse lugar nesse Murituba
 No Murituba nasceu um povo

Na coragem de lutar
 Que tem na veia um sangue novo (2X)

Aqui tem a fartura
 Acredite quem quiser
 Pirarucu molhava a gente
 Tracajá dava no pé
 Hoje tudo é passado
 As lembranças ficam em segredo

De peixe a caça do mato
 Capivara fazia medo (2X)

Eu vou fazer, eu fazer, eu vou fazer o meu apelo
 Vamos juntos preservar
 Sejam todos bem vindos ao festival do tracajá (2X)
 U u u u u u (2X)

(José Pedro Sá da Silva)

Esses momentos significaram e ainda significam processos de fortalecimento dos laços de amizades, companheirismo, compadrio familiar, troca de experiências e ajuda mútua entre as comunidades. Essas se ajuntam para realizar suas atividades, por meio de visitas e pagamentos de visitas (troca de visitas entre as comunidades). Essa vivência comunitária valoriza a identidade local, os costumes e as tradições, representando uma dimensão da sustentabilidade, defendida por Sachs (2009).

Essas atividades geram união e possibilitaram muitas lutas conjuntas, como a realização das vigílias nos lagos, eventos culturais e religiosos nas comunidades. Fortaleceram as lutas do GRANAV, em defesa da conservação e preservação da natureza vida. No município de Parintins (AM), entidades como a Cooperativa de Pescadores e a Colônia de Pescadores Z 17, que deveriam apoiar essa prática de conservação dos lagos para não permitir

a depredação, não se posicionaram. Não, havia preocupação com a escassez do pescado que já vinha sendo sentida a cada ano, inclusive, pelos associados.

O GRANAV é uma entidade de referência ambiental em Parintins (AM) que tem feito *empate* em defesa do meio ambiente, sendo contrária à devastação da floresta, à invasão de lagos criadouros, às queimadas e a outros crimes ambientais. Por meio de suas práticas organizativas e socioambientais, motivou a criação de outras entidades que apoiaram essas práticas socioambientais e as reproduziram nas localidades de origem.

[...] algumas organizações como o Grupo Gavião Real na Gleba de Vila Amazônia, num projeto de Assentamento do INCRA criado lá, a partir da experiência do GRANAV; o GRUPACOM também no complexo Macuricanã que abrange uma parte de Parintins e uma parte do Município de Nhamundá, também foi criado espelhado na experiência do GRANAV; e também a ASASE 3⁷ nas comunidades de Aninga, Parananema e Macurany próxima da sede do Município que também foram criadas a partir da experiência do GRANAV (2015)⁸.

Muitas lideranças de outras comunidades procuravam conhecer as práticas socioambientais desenvolvidas na Ilha do Paraná de Parintins e participavam de treinamentos promovidos pelo GRANAV, depois organizavam ações em suas comunidades.

[...] todas essas lutas que tem por aí nessas comunidades - Tracajá, tudo foi colado daqui. Parananema, Murituba, Parintinzinho, tudo começou por aqui. Eu lembro que quando começou, eles vieram fazer um treinamento aqui com a gente, nas reuniões aqui e daqui eles espalharam [...]”(ENTREVISTADO 14, 2016).

As lutas em defesa das questões ambientais se multiplicaram no município de Parintins, principalmente, com a criação de novas organizações e com a disseminação de novas experiências, inclusive culturais, tão necessárias à construção de consciências socioambientais.

Essas experiências demonstram que a natureza é forte, resistente e se contar com o cuidado e apoio dos que se servem dela pode se regenerar e se transformar. Esse processo de regeneração da natureza parece ter ocorrido na Ilha do Paraná de Parintins. Área que foi quase toda desmatada e queimada para o plantio da juta, depois para a pecuária extensiva, com a criação de bubalino e para outras atividades agrícolas, com o trabalho do GRANAV e o sentido de pertencimento dos (as) ribeirinhos (as) à sua localidade possibilitou não só a

⁷Associação de Sustentabilidade Social e Econômica das Comunidades do Aninga, Parananema e Macurany (ASASE 3), criada em 2001 no município de Parintins (AM).

⁸Palestra proferida por Eraldo Albuquerque. II Seminário Internacional de Questões socioambientais e Sustentabilidade na Amazônia, Manaus-AM, em dezembro de 2015.

regeneração, como também a conservação dos recursos naturais que hoje podem ser perceptíveis quando se visita a Ilha do Paraná de Parintins.

A presença de mais de 50 famílias na Ilha é a comprovação que o modo de vida adotado não só tem garantido a sobrevivência e a permanência na localidade como vem proporcionado um bem viver que pode levar a uma sustentabilidade socioambiental possível e necessária. Caminho apontado por Cavalcanti (2009), Sachs (2009) e Chaves (2013, 2014) que vêm em práticas como essas condições reais para uma nova sustentabilidade, uma sustentabilidade integral.

2.7 PROJETO SISTEMA INTEGRADO DE PRODUÇÃO “TERRA E ÁGUA”

As práticas organizativas e socioambientais do GRANAV foram e continuam sendo realizadas com recursos próprios, na base do voluntariado. Algumas vezes ainda precisavam pagar para fazer os trabalhos, arcavam com as despesas com dinheiro em espécie ou com frutas e alimentos para realizar encontro, reunião, assembleia, aniversários do Grupo, visitas aos lagos e às comunidades.

O GRANAV só foi contar com recurso externo depois de 10 anos de trabalho como instituição de direito em Parintins (AM). Em 2002, teve a provação do Projeto Sistema Integrado de Produção “Terra e Água” junto ao ProVárzea/IBAMA (ENTREVISTADO 2 2015). Esse projeto foi viabilizado por meio da parceria entre o GRANAV e o IBAMA local e, possibilitou manter as atividades e estabelecer novas, no período de 2002 a 2007.

Dentre, as atividades estavam a “[...] agricultura de várzea, manejo de lago, capacitação, reflorestamento. Dessas atividades, hoje têm algumas que continuam: a agricultura, a criação de abelha sem ferrão, o manejo de lago também [...]” (ENTREVISTADO 02, 2015). A execução desse projeto viabilizou além dessas atividades, a expansão das práticas socioambientais e produtivas que o GRANAV já vinha desenvolvendo para outras comunidades.

[...] foi da criação do ProVárzea que surgiu do ProManejo, como aqui a aptidão do município é muito madeireira [...] nós tinha um pouco de apoio do ProManejo [...] mas com o ProVárzea, que veio depois do ProManejo, foi quando [...], dentro da filosofia do ProVárzea tinha uma linha de ação que era iniciativas promissoras. O ProVárzea, tinha várias linhas e, dentro delas [...] tinha aquela que tinha apoio financeiro, bastava que tivesse um projeto. [...] o GRANAV era como se fosse o “corpo do IBAMA”. E aí o que aconteceu? Abriu-se esse edital, foram elaborados aqui em Parintins três projetos, um do IBAMA que era o GRANAV, era feito aqui dentro do IBAMA (com a participação dos coordenadores do GRANAV) (ENTREVISTADO 16, 2015).

Esse apoio financeiro intensificou as práticas socioambientais pela conservação da natureza e criou alternativas econômicas para as famílias que viviam na Ilha do Paraná de Parintins. As alternativas econômicas vieram atender a antigos questionamentos feitos ao GRANAV pelos (as) ribeirinhos (as), em razão de pregar a preservação, mas não apresentar alternativas de renda para os (as) ribeirinhos (as), que só viviam da pesca. Alternativas para que deixassem de depredar os lagos e fossem trabalhar na agricultura.

[...] Veja uma questão interessante da luta do GRANAV, que influenciou o GRANAV. Alguns anos atrás a área rural, o setor de várzea tinha duas produções só: o pescado e a juta. Nós temos na várzea uma terra muito fértil e o ribeirinho que morava lá não sabia aproveitar, não tinha influência de plantar a hortaliça, de trabalhar na hortaliça, na melancia e outras culturas que são rápidas, exatamente próprias da várzea. Com a questão da atuação do GRANAV desse projeto, as pessoas passaram a ter outra consciência, a trabalhar na hortaliça, de plantar a melancia, de cultivar pequenas culturas, que exatamente é de curto prazo (ENTREVISTADO 03, 2015).

O Projeto “Terra e Água” desenvolveu várias experiências como alternativas de renda para os (as) ribeirinhos (as) da Ilha do Paraná de Parintins. Entretanto, poucas foram as que deram certo e se mantiveram até hoje. A criação de capivara como não era uma atividade que os ribeirinhos faziam, não deu certo e tiveram prejuízo. Outras atividades precisam de recursos financeiros, assistência técnica e acompanhamento. Na época da execução desse projeto, existia tudo isso e contribuiu para que as famílias melhorassem a renda. No contexto atual, até há financiamento, mas precisa de assistência técnica periódica para orientar o (a) agricultor (a) ribeirinho (a) como na época da realização desse projeto.

O GRANAV trouxe, o ProVárzea [...], que chegou e trouxe técnico agrícola pra nós, trouxe técnico [...] de criação de abelha e trouxe técnico pra nós em criação de capivara e outro em desenvolvimento. Então, nós fomos (fomos) desenvolvendo, mas antes disso, aqui não tinha como [...] você melhorar a sua vida. [...], trouxe até gente do INPA (Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia) pra nos ensinar plantar tomate e aí melhorou muito às coisas [...]. Tivemos escola, um flutuante-escola que está aqui no meu porto, o flutuante funcionou, mas não funcionou como a gente precisava, [...] de ter uma ajuda, alguém bancar essa coisa. Por isso, que acabou [...]. O GRANAV não tem fundo é uma associação sem fundo. É união que faz força pra gente viver, a gente tem que ter força, vontade de ter isso aqui [...] (ENTREVISTADO 05, 2016).

Essa agricultura na várzea de ciclo curto deu muito certo, porque os ribeirinhos contavam com assistência técnica. Eles continuaram a ir ao lago pegar o alimento para sua família, mas não mais para comercializar. Em pouco tempo, os lagos que existem na ilha voltaram à fartura de peixes. Outros trabalhos de sensibilização foram realizados juntos aos ribeirinhos para conservarem a floresta, evitando queimar e desmatar.

A expansão das ações do GRANAV levou suas práticas socioambientais para mais de 25 comunidades ribeirinhas e de terra firme no município de Parintins (AM) e outros municípios “A base de atuação do GRANAV [...] a gente atua intensivamente em 25 comunidades, mas a gente, já tem atuação fora dessa região também” (2015)⁹.

O apoio do ProVárzea foi importante, mas com o fim do recurso financeiro, as ações em comunidades localizadas fora da Ilha do Paraná de Parintins ficaram comprometidas. Além disso, a falta desse suporte, foi responsável por mudanças de estratégia do movimento ribeirinho que, no início, era, prioritariamente, voluntária, baseada no trabalho coletivo e comunitário que representava um estilo de vida pautado na solidariedade, na partilha e no companheirismo. Isso foi abalado, mas não deixou de existir, porque o GRANAV tem membros nas comunidades por onde atua. Dessa forma, consegue manter algumas atividades mesmo sem o recurso do projeto “Terra e Água”, não com a mesma intensidade.

É urgente a necessidade de continuar resistindo à cultura do capitalismo, resistir em movimento, considerando o contexto atual e valorizando o potencial produtivo e criativo desse povo amazônida.

2.8 O GRANAV E UM NOVO MOMENTO

O GRANAV vive um novo momento em sua atuação. Está presente e atuante na Ilha do Paraná de Parintins e em mais de 25 comunidades espalhadas pelo Assentamento Vila Amazônia, do município de Parintins (AM). No dia 13 de setembro, em Assembleia realizada na Comunidade Nossa Senhora do Perpetuo Socorro, foi eleita uma nova diretoria que irá conduzir os rumos da entidade nos próximos dois anos.

Existem muitas expectativas e planos para que essa nova diretoria retome ações que estavam atrofiadas. Para isso, contam com o apoio das comunidades. Dentre as ações previstas, estão a realização da segunda etapa do projeto habitação do INCRA para os assentados, a busca por parcerias com os órgãos ambientais, a cobrança dos órgãos competentes para a efetivação da portaria referente ao último acordo de pesca, aprovado por 25 comunidades, envolvendo 22 lagos.

Além dessas ações, estão previstas a retomada das bandeiras de luta pela regularização fundiária que ainda não foi concluída, a manutenção do manejo dos lagos, a preservação e a conservação da floresta amazônica, a reivindicação de assistência técnica tanto para

⁹Palestra proferida por Eraldo Albuquerque. II Seminário Internacional de Questões socioambientais e Sustentabilidade na Amazônia, Manaus-AM, em dezembro de 2015.

agricultura quanto para a produção de mel, e a regularização da produção de mel para que seja comercializado com certificação.

Também estão previstas a luta por formação técnica para os próprios agricultores e meliponicutores, a construção de poço artesiano para fornecer água potável para as comunidades, a regularização do Plano de Uso da Ilha do Paraná de Parintins, já aprovado pelos ribeirinhos. A luta por crédito subsidiado para a produção da agricultura familiar de várzea e terra firme e por cursos de graduação nas universidades existentes em Parintins (AM) que atendam às demandas locais e contribuam com o bem viver e a subsistência desse povo.

Esses anseios dos membros do GRANAV podem ser traduzidos na fala do Entrevistado 04 (2015)

[...] aqueles que defendem a preservação da Amazônia têm que entender as pessoas lá no seu habitat, no meio da floresta. [...] têm muitos ambientalistas que têm renome mundial, que eles querem preservar a Amazônia achando, assim, que a Amazônia tem que está intacta. Eles têm que saber que no meio da floresta existe uma população ribeirinha. Os povos da Amazônia que vamos dizer, assim, são os guardiões da Amazônia, que precisam preservar o lago, os rios, as florestas, enfim a fauna, a flora, mas essas pessoas precisam de saúde, precisam de educação, precisam ter acesso à tecnologia. O quanto custaria para o mundo hoje pagar para a população que vive na floresta Amazônica pra ter acesso a formação, a faculdade, a educação, enfim que os filho dos trabalhadores, os filhos do homem da mata pudesse ser um doutor, daqui uns dias, entendeu? Quanto custa para o mundo manter a Amazônia intacta e essa experiência do GRANAV ser levada pra outro lugar? Então, seria muito barato, alguns milhões seria muito pouco, sob os milhões que são gastos em arma de guerra, né? Que só traz destruição e desgraças para o mundo, para as pessoas. Se usasse esses recursos para educar, para cuidar, conscientizar, pra preservar a floresta Amazônica, investindo no povo. Pra proteger a floresta tem que proteger primeiro o homem que mora nela. Porque nós não queremos fazer aquela preservação da contemplação. Nós queremos contemplar, nós queremos utilizar de forma gradativa, de forma equilibrada, de forma sustentável.

Essa narrativa resume as razões desse povo resistir ao modelo capitalista, predador, cujos impactos têm destruído a Amazônia brasileira com a pecuária extensiva e as indústrias de mineração, pesqueira, madeireira, e de grãos. Tudo em nome de um desenvolvimento sustentável. Reafirma-se a palavra do entrevistado “Pra proteger a floresta tem que proteger primeiro o homem que mora nela.” É necessário protegê-los por meio da garantia de direitos sociais, culturais e políticos há muito tempo negados.

O movimento ribeirinho protege os recursos naturais com as forças sociais, culturais e políticas construídas nas suas experiências de enfrentamento aos processos de depredação, tentam contribuir para que a natureza se reconstitua. Mas denunciam que quem realmente depreda a Amazônia não são os povos amazônidas, “[...] quem depreda a Amazônia são o

grande capital, as grandes mineradoras, a indústria do peixe que só explora e não investe na criação, na preservação disso [...]” (ENTREVISTADO 04, 2015).

O GRANAV tem conseguido nas mais de três décadas de existência e resistência integrar as comunidades por um objetivo comum, cuidar dos recursos naturais dos territórios ribeirinhos, fonte de sobrevivência. Isso reforça a ideia de Chaves e Coelho (2014) de que o povo amazônida, seja indígena ou tradicional, como as comunidades ribeirinhas da Ilha do Paraná de Parintins, guarda uma ética ambiental fundamentada nos modos de vida do povo com capacidade de adaptação e habilidade no relacionamento com o ecossistema local e com as experiências construídas nesses ambientes.

As autoras ainda consideram que “[...] A vivência histórica dos povos tradicionais é sustentada por uma ética de conservação sobre as práticas de manejo dos recursos de maneira sustentável” (CHAVES e COELHO, 2014, p. 52). Essa ética tem garantido a resistências dos ribeirinhos para conservar os recursos naturais da Ilha do Paraná de Parintins, manejando-os de forma equilibrada para as presentes e futuras gerações.

As práticas de manejo e as práticas organizativas podem ser consideradas também práticas de sustentabilidade socioambiental desenvolvidas pelo GRANAV junto aos ribeirinhos que vivem o dia a dia das comunidades. Isso reforça a ética da conservação, por meio de ações concretas e práticas de cuidar dos recursos naturais da água, da terra e da floresta.

As formas de mobilização, instigadas pelo GRANAV, demonstram processos claros de construção de identidades coletivas, cujo significado está pautado pela ideia de territorialidade específica, conforme estudos de Almeida (2008). Para ele,

Os recursos naturais, sintetizados então na idéia de “terra” e as mobilizações no sentido de sua conservação, servem de reforço à reivindicação da identidade coletiva. As novas formas de interpretar a “natureza” e de defendê-la fazem parte de seu novo significado, que não pode mais ser dissociado das mobilizações e de processos diferenciados de territorialização, que levam os sujeitos sociais a construir suas próprias territorialidades específicas, segundo seus critérios culturais intrínsecos e seus conhecimentos profundos das realidades localizadas. Rios, igarapés, olhos d’água, reservas de mata, castanhais, babaçuais, campinas, campinaranas, açazais, buritizais e/ou terras agriculturáveis passam a compor um conjunto considerado indispensável para a reprodução física e social (p. 38-39).

O conhecimento acrescentado às comunidades pela parceria com o GRANAV, também, se deveu ao contato com outros movimentos sociais, como a CPT, as universidades e pesquisadores. Isso, além de fortalecerem a luta, preservou a identidade, gerou renda e tem garantiu o protagonismo desse povo amazônida. O GRANAV pretende continuar fortalecendo

as parcerias com entidades públicas e privadas, cooperativas, movimentos, no intuito de conter a devastação dos ecossistemas amazônicos, de valorizar os saberes locais e de potencializar as vocações produtivas dos comunitários.

Essas parcerias são importantes para aumentar a rede de troca de conhecimentos entre ribeirinhos e agentes externos comprometidos com a conservação e preservação dos recursos naturais. “[...] A produção de conhecimentos especializados, a produção de tecnologias sociais apropriadas, o incremento de insumo, produtos e serviços inovadores representa um campo e um domínio que apenas iniciou seu desbravamento na região” (CHAVES e COELHO, 2014, p. 53). Esses acréscimos de conhecimentos fortaleceu o sentimento de pertencimento e, a necessidade da permanência na localidade de origem.

Os membros do GRANAV estão espalhados por muitas comunidades tanto de várzea quanto de terra firme. Eles lideram e, participam de outros movimentos e comunidades no município de Parintins (AM), compartilham e praticam a mensagem dos ribeirinhos que constituíram o GRANAV, onde quer que morem. A prática de uma consciência ambiental é um dos significados das práticas de sustentabilidade socioambiental desenvolvida nessas localidades, aliada a conquista de escolas de Ensino Fundamental e Médio, estradas, energia elétrica, habitação, crédito, mercado para a produção, tanto na Ilha do Paraná de Parintins, como no Assentamento de Vila Amazônia, por onde o GRANAV também atua.

Para o GRANAV, o Zoneamento Ambiental é outra necessidade a ser consolidada. Possibilitará a organização das áreas na Ilha do Paraná de Parintins, demarcará os limites físicos territoriais dos assentados e, definirá as áreas para uso na produção familiar, criação, extração e preservação. Cada assentado (a) poderá respeitar esses limites de forma consciente e organizada. Para isso, o GRANAV conta com um estudo de Albuquerque (2012) que apresenta uma proposta de Zoneamento da Ilha do Paraná de Parintins, com as discussões do GRANAV junto às comunidades. O Grupo pretende utilizar esse trabalho e realizar o ordenamento da Ilha do Paraná de Parintins.

Na proposta de Albuquerque (2012), a Ilha do Paraná de Parintins teria três zonas que corresponderia em Zona de Uso Produtivo (ZUP) (Diques Fluviais, Rio Amazonas e o Paraná); Zona de Uso Restrito Comunitário (ZURC) (Lagos Circulares/Ovais, Lagos Crescentes, Lagos Compostos e Lagos Dendríticos) e Zona de Preservação Integral Ambiental (ZPIA) (Lago de Procriação, Área de Colmatação Lacustre, Margens dos Furos e Margens dos igarapés).

Essa proposta de Zoneamento Ambiental nasceu a partir de proposta que o GRANAV já vinha discutindo, mas não tinha um estudo que a viabilizasse. O estudo de Albuquerque (2012) apresentou essa proposta de Zoneamento do território físico da Ilha, poderá resolver os problemas conflitantes e organizar as atividades produtivas, extrativas e de criação no PAE.

Acredita-se que com o Zoneamento Ambiental, os (as) ribeirinhos (as) contarão com mais um instrumento legal para conservação e preservação dos recursos naturais da Ilha, com o uso controlado desses recursos. Contudo, este controle é importante, mas que precisa ser visto com desconfiança, pois vai influenciar o modo de vida desses povos, como adverte (MAYBURY-LEWIS, 1997).

As políticas de regulação têm influenciado o modo de vida tradicional do povo ribeirinho que, nos últimos anos, vêm perdendo o companheirismo, a solidariedade, o trabalho voluntário, os hábitos alimentares, porque tem diminuindo os trabalhos em puxiruns, os encontros depois dos cultos, às visitas entre amigos e compadres nos finais de semana, inclusive a estratégia de resistência à invasão de lagos, que antes, era feito aos seus modos, proibiam a entrada de pescadores nos lagos e hoje, não podem mais agir dessa maneira, pois temem as leis.

Esses impactos, tanto sociais, quanto culturais, só não foram tão fortes, porque esse povo sempre esteve organizado em coletivos e hoje conta com o GRANAV que media essas políticas públicas, por meio de realização de encontros, debates e assembleias. Assim como aproximá-las do modo de vida dos ribeirinhos. As decisões, por exemplo, referentes à construção das habitações, por meio do Programa Federal “Minha Casa, Minha Vida”, a elaboração do Plano de Uso do PAE, e o acordo particular para a conservação dos recursos pesqueiros, todas foram acompanhadas e monitoradas pelo GRANAV, para que atendessem aos interesses dos ribeirinhos (as). Portanto, as práticas organizativas e socioambientais desenvolvidas pelo GRANAV têm contribuído para os ribeirinhos (as) manterem seu modo de vida e própria subsistência.

CAPÍTULO III

3 POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS NA AMAZÔNIA E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: NA ÁGUA, NA TERRA E NA FLORESTA

Esse capítulo apresenta olhares dos sujeitos sociais e históricos que vivem na Amazônia, mais especificamente, dos (as) ribeirinhos (as) que residem nas comunidades Menino Deus e Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, na Ilha do Paraná de Parintins hoje, Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Ilha do Paraná de Parintins. Se, realizou uma descrição e analisou o modo de vida dos ribeirinhos (as) das comunidades *lócus* da pesquisa; interpretou as políticas públicas implementadas a partir das diferentes territorialidades e seus contextos sociais, políticos, educacionais, culturais, ambientais e econômicos.

Descreveu as relações do GRANAV com o poder público e com outras organizações parceiras no processo de promoção de práticas organizativas e socioambientais; navegou por uma descrição histórica sobre o envolvimento do GRANAV nas políticas ambientais e sociais de Estado e seus desdobramentos

Enfatizou as práticas organizativas do GRANAV e suas interferências na relação dos (as) ribeirinhos (as) nas comunidades e com a natureza viva; navegou pelas estratégias de organização política, social, ambiental, cultural, educacional e econômica construída por meio da parceria com a CPT, a Secretária Municipal de Educação (SEMED) e com outras instituições que apoiam a realização das práticas socioambientais desenvolvidas junto às comunidades de várzea e terra firma pelo GRANAV.

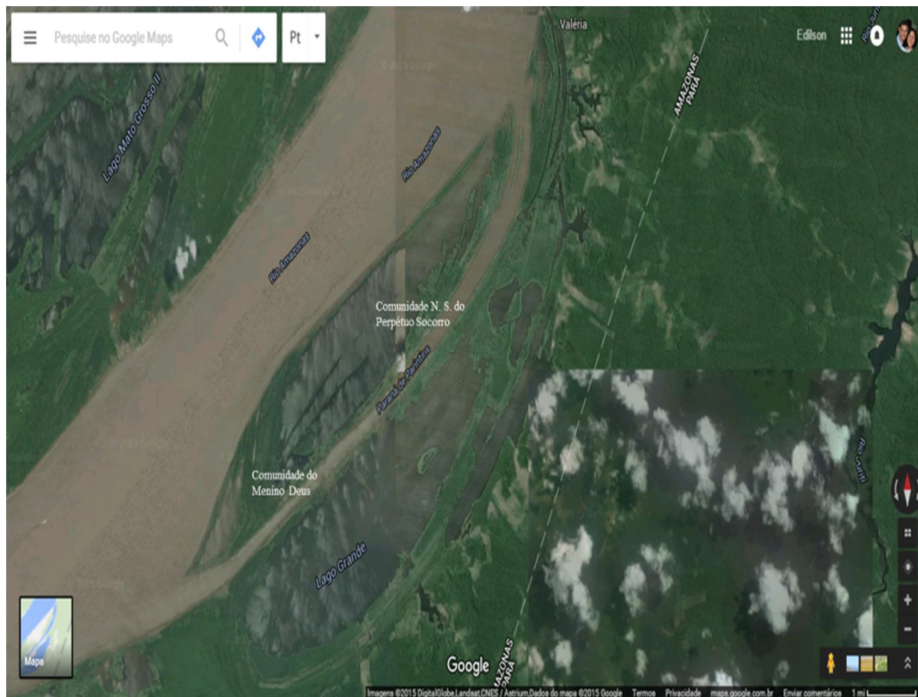
Navegou pelo envolvimento comunitário dos (as) ribeirinhos (as) nas práticas socioambientais do GRANAV e por fim, navegou por um breve relato das principais fontes de renda deste povo que vem contribuindo para o bem viver e sua sobrevivência na Ilha do Paraná de Parintins. Portanto, aportou nos significados das práticas de sustentabilidade socioambientais e sua inserção na vida dos ribeirinhos da Ilha do Paraná de Parintins, as quais podem inspirar outras localidades a buscarem caminhos similares de bem viver e sobrevivência para o povo ribeirinho que vivem na Amazônia.

3.1 AS COMUNIDADES RIBEIRINHAS *LÓCUS* DA PESQUISA

As comunidades Ribeirinhas Nossa Senhora do Perpetuo Socorro e Menino Deus, localizadas na Ilha do Paraná de Parintins, hoje, Projeto de Assentamento Agroextrativista

(PAE) Ilha do Paraná de Parintins distante 35km da sede do município de Parintins (AM), foi o *locus* dessa pesquisa e estão localizadas, conforme o exposto.

Imagem 03 - Locus da pesquisa



Fonte - <https://www.google.com/maps/@-2.5209643,-56.4749733,15137m/data=!3m1!1e3>

O deslocamento para as comunidades é feito por “barco de recreio” (barco de passageiro que passa nas comunidades) duas vezes por semana. Essa viagem dura em média duas horas e meia. As comunidades ribeirinhas estão em uma área de planície “[...] inundada na margem direita do rio Amazonas, a oeste de Parintins (AM), localizada entre os paralelos 02°28’ e 02°36’ S e os meridianos de 56°36’ e 56°24’ W, [...], na divisa do estado do Amazonas com o Pará” (ALBUQUERQUE, 2012, p. 25).

A Ilha do Paraná de Parintins é palco de muitas lutas socioambientais protagonizadas pelos (as) ribeirinhos (as) que vivem nessa localidade em defesa da conservação e preservação dos recursos naturais da água, da terra e da floresta. O GRANAV nasceu nessa Ilha e é a principal entidade de luta e reivindicação por políticas públicas. O protagonismo o grupo inspirou a criação de outras organizações comunitárias que possuem objetivos similares no município de Parintins (AM).

O GRANAV tem sua base nas comunidades ribeirinhas da Ilha do Paraná de Parintins. Segundo o Entrevistado 08 (2016), a “[...] comunidade, GRANAV e GRANAV e comunidade é só uma coisa [...]” contudo, as práticas organizativas e socioambientais extrapolam esse

limite físico, chegando a atuar em mais de 25 comunidades. São comunidades tanto da área de várzea, quanto de terra firme. Esse envolvimento possibilitou a construção de um acordo de pesca envolvendo 22 lagos localizados nessas comunidades. Por questão de delimitação da área de estudo, optou-se por duas dessas comunidades.

As comunidades ribeirinhas sujeitas da pesquisa levam uma vida tranquila, simples e tem bom relacionamento entre os comunitários e com a natureza, os membros que residem na Ilha se encontram todos os finais de semanas, seja no culto dominical, seja na atividade esportiva, ou ainda nas reuniões para tratar questões religiosas, sociais, educacionais, ambientais, políticas, territoriais e econômicas.

As observações e as coletas de informações levantadas na pesquisa de campo, pode se inferir que existem alguns hábitos desses (as) ribeirinhos (as) semelhantes a dos povos indígenas, como a interação respeitosa com a natureza e o modo de se relacionar com os recursos naturais. Nesse sentido, essa “[...] interação com meio ambiente, a pessoa comunitária extrai saber; um saber ser, saber estar ou saber fazer que através da convivência vai expressando o modo (ético) comunitário de estar no meio” experiência que vivem os maya-Tzeltal dos altos de Chiapas de San Cristóbal de Las Casas e traz contribuições para entender o modo de vida dos (as) ribeirinhos (as) sujeitos da pesquisa (MUÑOZ, 2010, p. 286).

Nas comunidades ribeirinhas onde foram feitas as coletas de informações, os (as) ribeirinhos (as) se reúnem sempre que necessário para tratar dos assuntos de interesse do coletivo. As convocações são feitas pela coordenação da comunidade ou mesmo pela diretoria do GRANAV, se o assunto for geral e envolver questões de toda a Ilha do Paraná de Parintins. Nesses encontros, reuniões, assembleias e eventos são informadas as ações realizadas, são feitas avaliações, são traçadas estratégias, são elaborados os planejamentos e tomadas às decisões delegando responsabilidade. Os participantes definem o que compete a coordenação da comunidade e a coordenação do GRANAV. Nesse momento são planejadas atividades que envolvem o todo e definido um coletivo que representará a totalidade das comunidades.

Uma outra estratégia, eram as Assembleias do GRANAV. As assembleias do GRANAV serviam exatamente para traçar essas metas de trabalho, discutir a problemática, a conjuntura do país, a conjuntura do município, os problemas do município, [...]. A partir daí, fomos (fomos) até criando uma sensibilização das pessoas para participar mais das decisões. Dessa luta do GRANAV, por exemplo, participamos de vários movimentos, pessoa que surgiu daí até na política como candidato a vereadores e foi exatamente dessa base (ENTREVISTADO 03, 2016).

Os (as) ribeirinhos (as) que vivem nessas comunidades são movidos (as) pelo espírito de resistência, de pertencimento, de se sentir parte daquele ambiente, onde nasceu o pai, ele próprio e muitos dos parentes e amigos. Os exemplos dos mais velhos inspiram a vivência no ambiente natural com harmonia. Esse estilo de vida lembra a filosofia de Nobre (2015) quando tratou da “estrela de cinco pontas”, capaz de levar a uma nova sustentabilidade, e soma-se também ao estilo de vida indígena estudado por Muños (2010) o qual

[...] revela a harmonia de uma humanidade que se familiariza e torna costume o recurso do sentido comum e da percepção. A comunidade se mostra num mundo holístico: onde *tudo* forma parte, o sentido e a existência da vida e as coisas se ordenam à imagem do ciclo da natureza, do dia e da noite, do sol e da lua e a sua energia (p.287).

O povo indígena e o povo ribeirinho, ambos representam um povo que, por pertencer ao ambiente, a “mãe terra”, procura cuidar, respeitar e valorizar porque sabem que dependem dela para viver bem e sobreviver. “Se nos inspirarmos na Natureza, se imitarmos seus métodos inteligentes e elegantes, se nos aliarmos a ela - em vez de combatê-la sempre -, encontraremos o caminho para um convívio rico e saudável. Para um convívio sustentável.” (LUTZENBERGER, 2012, p. 149)

Esse convívio e pertencimento é demonstrado pela prática de manejo e pela criatividade dos (as) ribeirinhos (as) que, além de se adequarem às sazonalidades que existem na Amazônia, buscam criar meios para viver bem e sobreviver, com a agricultura familiar e a criação de abelha.

[...] um trabalho em andamento ainda é o trabalho com o negócio da parte de abelha, então, é um trabalho que estamos desenvolvendo que traz um pouco de resultado pra gente. O retorno que a comunidade tá tendo não é da comunidade, mas, sim, nosso, né? É um trabalho que tá valendo pra gente, o GRANAV só dá aquele apoio pra comunidade pra você crescer e até agora tá dando certa [...] (ENTREVISTADO 10, 2016).

Os (as) ribeirinhos (as) têm a consciência de que só cuidando dos recursos naturais, que existem na Ilha do Paraná de Parintins, será possível garantir a permanência daquele povo ali e de seus descendentes, como já ocorreu no passado e a geração mais nova que vivem nessa localidade são frutos da resistência iniciada na década de 1970.

Uma resistência movida pela necessidade de garantir o alimento na mesa da família, por um bem viver e pela sobrevivência. Até hoje, a luta não deixou de ser por alimento, mas também por educação de qualidade, por água potável, assistência técnica, financiamento subsidiado para a agricultura familiar de várzea, habitação, telefonia e outros direitos.

[...] nós vivemos preservando, se tem, por exemplo, as coisas no lago desse pessoal tarem [...] (depredando), mas a gente conversa, chama, conversa, explica num momento desse [...] têm muitos assim que não entende sabe? São incompreensivos, mas a gente chega esse ponto, de a gente chegar com aquela pessoa pra se unir, porque é muito bom, como eu converso até com os meus próprios filhos, eu converso com eles eu chamo eles e digo - filho é muito bom a gente ir no lago e rapidinho a gente pegar um peixe pra gente ter na nossa mesa, pra nossa família. Mas se a gente ver aquele fulano, por exemplo, tá desgastando o lago, devastando, por exemplo, [...] a se gente ajuda, aí mais tarde nós não vamos ter na nossa mesa, né? Eu sou uma pessoa desse lado aí, de não querer acabar, querer incentivar mais (ENTREVISTADO 09, 2016).

Os (as) ribeirinhos (as) da Ilha do Paraná de Parintins dão exemplo de conservação da natureza, ao seu modo, à sua maneira de se relacionar com a mãe terra, se servindo dela, mas permitindo que ela se regenere e se transforme gerando vida, por meio de uma convivência comunitária.

O (a) ribeirinho (a) entende que deve existir uma harmonia entre eles, a natureza e as questões sociais. Dessa relação nasce, segundo Witkoski (2007), um modo de vida possível e de construção de uma vida sustentável. Viver sustentavelmente na cultura indígena é viver segundo seus princípios, em comunidade, respeitando todas as formas de vida. É na comunidade que os saberes são compartilhados; é na comunidade que as pessoas se apropriam dos saberes; é na comunidade que as pessoas vivem e fazem parte; é na comunidade que se constroem e reconstroem valores por meio das práticas e dessas relações (MUÑOZ, 2010).

No outro lado do Paraná, onde estão concentradas as fazendas de gado, há um modo de vida insustentável: Os fazendeiros derrubam os restantes das florestas que ainda existem nas restingas de sua “suposta” área, ateam fogo em aningais e nos poucos fragmentos de floresta que ainda restam para fazer mais pasto para o gado. Prática registrada quando do deslocamento para a pesquisa de campo.

No lado da Ilha da os (as) ribeirinhos (as) resistem a todas as formas de depredação da natureza, procuram evitar queimadas, derrubada de floresta, protegem um complexo de lagos que alimenta aquele povo e as comunidades vizinhas.

A nossa relação [...] com a natureza também, nós estamos lutando pras coisas melhorarem, você pode observar bastante queimada por aí, e prejudica muito, então aqui, a gente senta, conversa. [...]. Hoje em dia aqui nessa área aqui no Paraná de Parintins de baixo a gente não ver quase queimadas [...] (ENTREVISTADO 10, 2016).

[...] nossa relação com a natureza é muito melhor do que antes. Hoje, a gente já não faz mais quase queimadas, agente já não desmata mais, é, agente tenta cuidar da natureza [...] sem queimadas, sem derrubada [...]. E, o GRANAV contribui com isso todo tempo, dès da época que surgiu o GRANAV, ele vem contribuindo tanto na área de manutenção de lago de, dessas coisas aí [...] (ENTREVISTADO 07, 2016).

Quem visita essas comunidades e permanece por um tempo na localidade vai perceber este modo de vida simples, mais cheio de significados mantendo uma relação de respeito com a natureza. “O nosso modo de vida aqui é [...] muito bom [...], a gente vive todo tempo é assim próximo as pessoas, agente conhece todo os vizinhos, né? Aí, a gente sempre vai na casa dos vizinhos conversar, é diferente do modo de viver na cidade grande [...] (ENTREVISTADO 06, 2016).

Portanto, é esse modo de vida que quem vive o dia dia da cidade grande, procuram quando tem folga do trabalho. Eles buscam esses lugares para descansar, renovar suas energias e, poder voltar com mais energia ao trabalho. Mas, para os ribeirinhos, esse modo de vida lhe proporciona um bem viver e garante a sobrevivência de seus descendentes.

3.1.1 Comunidade Ribeirinha Menino Deus

Do diálogo das águas, das terras, das florestas e a dinâmica que vive a Comunidade ribeirinha Menino Deus, na Ilha do Paraná de Parintins revela um modo de vida sustentável.

Fotografia 01 - Quadro da Comunidade Menino Deus



Fonte: Albarado 05/06/2016

Quem visita a Comunidade de Menino Deus, na Ilha do Paraná de Parintins, encontra um povo acolhedor, solidário, amigo e extrovertido que trata o estranho, inicialmente, com

um ar de desconfiança, mas, “conversa vai, conversa vem” o ribeirinho começa a se interessar pela conversa e passa a falar da vida na comunidade, dos problemas que enfrentam: falta de políticas públicas, descaso do poder público com as comunidades ribeirinhas enfim, a conversa se a longa, o (a) ribeirinho (a) oferece um café e procura saber sobre a intenção do visitante e que está fazendo na comunidade.

Com forme o diálogo vai fluindo, em um momento e outro tira uma brincadeira, conta uma história e volta a falar dificuldades que enfrentam na comunidade, dos trabalhos que fazem coletivamente, da falta de interesse de algumas pessoas pela questão da preservação dos lagos, das florestas e do interesse de outros em cuidar e respeitar a natureza que lhe dá vida.

Para os povos indígenas, “o respeito à terra é de origem ancestral e está na memória de todos” (MUÑOZ, 2010, p.303). Os (as) ribeirinhos (as) dessas comunidades têm o mesmo respeito à “mãe terra”, trazem consigo o espírito do cuidado, revelado em, suas práticas individuais e também coletivas.

Observando a residência e convivendo com os ribeirinhos foi possível perceber que houve melhorias nas moradias, as quais hoje dispõem de divisórias (quarto, sala, cozinha) fossa construída em alvenaria, evitando o despejo dos dejetos diretamente na água. As moradias dos (as) ribeirinhos (as), comumente mostradas por estudos anteriores na Amazônia, eram grandes salões. Essa realidade melhorou na Ilha do Paraná de Parintins para algumas famílias, em razão da criação do Projeto de Assentamento Agroextrativista Ilha do Paraná de Parintins, por meio da implementação do Programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal, através da parceria INCRA e GRANAV.

Fotografia 02 - Casa do Programa Minha Casa Minha Vida

Fonte: Albarado 30/01/216

A impressão logo de quem chega à comunidade Menino Deus, é que ali existe um povo acomodado e desinteressado, pois pelo tempo que residem na Ilha do Paraná de Parintins deveria ter bastante produção e árvores frutíferas nos seus terreiros. Contudo, tendo um olhar clínico e, também, estar disposto a ouvir mais do que opinar, perceberá que essas comunidades já foram muito fartas, mas que as grandes enchentes têm destruído as plantações e lhes desmotivado a continuar plantando.

É possível, registrar *in loco* árvores frutíferas que duraram em média 04 a 08 anos morreram, devido às enchentes que ocorrem todos os anos.

Fotografia 03 - Árvores frutíferas mortas em razão da cheia

Fonte: Albarado 26/02/2016

Muitas árvores frutíferas, como as da foto, não resistiram às últimas cheias. O mesmo ocorreu com o plantio de mandioca, macaxeira, banana e outras culturas que foram destruídas pelas enchentes. Mesmo assim, muitos ribeirinhos procuram encontrar outros meios para ter uma vida boa e garantir a sobrevivência.

Essa realidade de cheias e secas na Amazônia, na qual vive os (as) ribeirinhos (as) amazônicas, segundo Witkoski (2007), revela o quanto esse povo tem sido criativo para se manter existindo na várzea amazônica. Conforme esse fenômeno natural acontece, precisam exercer funções diferentes, por vez são agricultores, criadores e extrativistas e, assim, conseguem sobreviver às margens dos rios da Amazônia.

Para Witkoski (2007), o povo ribeirinho é criativo e procura encontrar alternativas para garantir uma vida boa nas localidades de origem. A produção de mel, por exemplo é uma alternativa promissora. O mel tem sido fonte de renda e que vem crescendo, podendo inclusive passar a ser a fonte principal, a longo prazo, se continuar esse aumento na produção, como vem ocorrendo nos últimos anos nas duas comunidades, além do cultivo de hortaliças, em canteiros, suspensos e a pesca artesanal. Na comunidade ribeirinha de Menino Deus, muitos residentes cultivam hortaliças, pescam, produzem mel e continuam plantando.

Essa é uma atividade que precisa de assistência técnica especializada e o GRANAV vem buscando parceiros para oferecer assistência aos produtores. Na época da pesquisa

contava com um técnico que tem dado assistência aos produtores, mas ainda é insuficiente. Apesar das dificuldades, já existem famílias nessa atividade com mais de 80 colmeias produzindo.

Na comunidade de Menino Deus, os assentados não criam gado, mas arrendam as áreas para terceiros criarem. A justificativa é a idade avançada e o salário da aposentadoria ser pouco, então, o arrendamento da área para um fazendeiro da cidade criar 500 reses. Esse tipo de arrendamento tem desagradado os ribeirinhos que precisam plantar, pois o gado invade as plantações e destrói tudo. O problema alegam os produtores é a falta de cerca, pois o comunitário que arrendou sua área, não fez cerca, para impedir que os animais invadam as plantações dos vizinhos.

Os agricultores familiares acreditam que a implementação do Plano de Uso, aprovado no Assentamento, possa resolver esse problema, pois o plano prevê áreas para o plantio e áreas para a criação. Os interessados em arrendar área para criação terão que cercar a área para que os animais não destruam as plantações dos agricultores.

Os (as) ribeirinhos (as) também apostam na proposta de Zoneamento Ambiental da Ilha do Paraná de Parintins de Albuquerque (2012), que o GRANAV vem discutindo com as comunidades. Esse Zoneamento Ambiental ajudará na definição de zonas com características distintas. Para plantar, criar, conservar e preservar.

Na comunidade Menino Deus, existe uma preocupação em orientar e dialogar os residentes para não queimarem e nem derrubarem a floresta para fazer agricultura e utilizem as áreas já desmatadas. Esse trabalho, diálogo tem dado certo, pois não se vê mais queimada na localidade e nem derrubada, segundo o Entrevistado 07 (2016), para quem foi graças ao trabalho feito pelo GRANAV, com apoio da comunidade, os ribeirinhos, entendeu que as consequências negativas seriam para eles mesmos e para seus filhos.

3.1.2 Comunidade Ribeirinha Nossa Senhora do Perpétuo Socorro

Da mesma forma a Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, vem mantendo uma relação harmoniosa e respeitosa com a natureza.

Fotografia 04 - Quadro da Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro**Fonte: Albarado 30/01/2016**

A comunidade, não é tão diferente da co-irmã Menino Deus. Ambas têm um povo acolhedor, extrovertido, amigo e solidário, que também recebe o visitante, como estranho, com receio e cautela. Mas, se o visitante vai à residência de um comunitário acompanhado de um (a) ribeirinho (a) da localidade é recebido como alguém de casa. É convidado a entrar e conduzido à cozinha, onde lhe é servido um café. Foi como fomos recebidos nessa comunidade.

Durante o bate papo, querem saber sobre a vida do amigo, parente e enteado. Falam dos tempos que eram jovens, do tempo que viviam na mesma localidade e das coisas que faziam juntos e o que veio fazer na comunidade enfim a uma intimidade, facilitou a investigação pelo pesquisador, a realizar a entrevista, o que gera confiança do ribeirinho e possibilitou a coleta de informações.

Em Nossa Senhora do Perpétuo Socorro às atividades agrícolas se repetem com menos intensidade, mas as dificuldades enfrentadas, em razão das grandes cheias e secas são as mesmas. Nessa localidade uma boa parte dos assentados são criadores de gado, de vários donos, familiares, com quantidade média de 25 a 40 cabeças cada família. Este ano de 2015, como água da enchente demorou a secar, os proprietários desse gado precisaram mantê-los nas áreas mais altas da propriedade, impedindo assim de os ribeirinhos que todos os anos

cultivam agricultura de ciclo curto, plantarem. Depois da retirada do gado o solo não estava mais em condições de plantio, a falta de chuva agravou mais ainda a situação.

Esses fatores contribuíram para que a produção familiar, até para a subsistência, fosse comprometida na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Todavia, com a chegada da chuva e previsão, de alguns comunitários de que esse ano 2016 as áreas mais altas da Ilha do Paraná de Parintins não irão no fundo, estão plantando a banana, a macaxeira, o milho e o jerimum, mas que se essas áreas forem emundadas irão perder a produção.

Enquanto, não tem esses produtos, os (as) ribeirinhos (as) recorreram ao plantio da hortaliça, a produção do mel, a captura do pescado e o trabalho informal para terceiros. Alguns têm criação de pequenos animais no terreiro de casa, enquanto outros vivem dos benefícios sociais como a Bolsa Família e aposentadoria e, assim vão sobrevivendo.

[...] tem famílias aí que vive praticamente só da Bolsa Família. Tem família que não recebe nada. Tem família que planta melancia. Tem pai de família que vive da pesca, né? [...] quando não tem outro meio, a gente vive praticamente da pesca às vezes. [...] no tempo da cheia, praticamente, é da hortaliça, que aí fica em cima, né? E, é só o que dá pra plantar (ENTREVISTADO 11, 2016).

Os (as) ribeirinhos (as) procuram se adaptar em cada período que a várzea passa e usam criatividade e a sabedoria tradicionais para sobreviver no período de cheia que é mais escasso na várzea, pois não é possível plantar, com exceção hortaliça em canteiro suspenso; o peixe fica difícil ser capturado.

Na comunidade no que tange à educação formal. A Escola Municipal Nossa Senhora do Perpétuo Socorro atende até o nível médio, funciona em calendário especial, organizado pela Secretária Municipal de Educação de Parintins (AM). O ensino é desenvolvido por três professores. Pela manhã, funciona o Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano e conta com uma professora formada em Pedagogia. No horário da tarde funciona do 6º ao 9º do Ensino Fundamental com duas professoras, uma delas é pedagoga que volta a ministrar aula no horário da tarde e a outra é formada em Química. As professoras dividem as disciplinas e também o horário. Elas trabalham de maneira seriada, tanto no horário da tarde, quanto no horário da manhã. E a noite ocorre o Ensino Médio televisado, chamado de Tecnológico, que conta com uma monitora que faz o acompanhamento das aulas e aplica as atividades.

Essa modalidade de ensino, multiseriada e televisada, tem contribuído com a formação de muitos (as) ribeirinhos (as) na Ilha do Paraná de Parintins e em todo o território interiorano do Estado do Amazonas, mas em Parintins (AM) o GRANAV vem criticando o modelo porque não tem atendido às necessidades dos povos da floresta, tanto de várzea, quanto de

terra firme, pois, apesar de ter o ensino dito do campo, não há a garantia da permanência dos estudantes na escola. O grupo luta por um currículo da terra, da água e da floresta com aprendizagem crítica, reflexiva e prática.

[...] por exemplo, quando nós como GRANAV pensamos em trazer o Ensino Médio, foi exatamente pensando pra que pudesse contribuir com o desenvolvimento das nossas comunidades, e a gente observa que, que se você for andar em todas as comunidades, dentro dessa nossa região, 85% dos jovens hoje tem Ensino Médio e a gente observa, parece que esse conhecimento que eles adquiriram, dentro da sala de aula, não tem sortido efeito nas comunidades. Essa é a impressão que temos [...] a gente ver que é uma educação, que ela foi criada, uma educação pra mercado. Nós estamos pensando, já, inclusive, nós vamos agora promover [...] o seminário sobre a educação do campo e nós estamos pensando, nós estamos repensando a questão da educação na região, porque essa educação que está aí, ela não vai nos ajudar, em absolutamente nada, os efeitos nós já estamos sentindo. Então, a gente precisa dá uma sacodida para que uma coisa nova (educação do campo), mais com a nossa participação, a gente colocando as nossas ideias, porque a gente tem condição de apontar caminho sim (ENTREVISTADO 07, 2016).

Portanto, não basta só ter níveis de ensino e o próprio ensino se a aprendizagem, quando acontece não tem garantido permanência dos formados nas localidades de origem, por falta de conteúdos práticos sobre a terra, a água e a floresta, pois é nesses ambientes que esse povo vive, aprendeu a se relacionar e pretende permanecer, mas precisam de ensino de qualidade, saúde, assistência técnica, água potável, habitação adequada à própria realidade, financiamento, tecnologias limpas e entre outras necessidades.

3.2 O GRANAV NAS POLÍTICAS DE ESTADO E ELEMENTOS PARA REFLETIR UM DESENVOLVIMENTO INCLUDENTE, SUSTENTÁVEL E SUSTENTADO

O GRANAV não limitou suas práticas organizativas e socioambientais às comunidades ribeirinhas onde foi criado. Expandiu suas práticas por meio de parcerias, como com a CPT - importante mediadora com ações jurídicas, formativas e organizativas - as quais possibilitaram o estabelecimento de políticas públicas de estado em diferentes níveis.

Em nível Federal, o Grupo participou da discussão e da proposição da Instrução Normativa 29, do Ministério da Pesca. Essa norma estabeleceu critérios oficiais para que os acordos de pesca fossem elaborados por pescadores organizados em associação. Esses acordos, segundo Fraxe, Pereira e Witkoski (2007), não poderiam impedir a entrada de pescadores de fora da área do acordo, porém estabelecia o tamanho das embarcações, época e instrumentos para a captura dos peixes e, até, a quantidade por pescador.

Os governos são instigados a aceitar o envolvimento dos povos amazônidas na proposição de políticas públicas, uma vez que esses povos podem contribuir com o sucesso das políticas de conservação.

A necessidade de flexibilidade para lidar com os numerosos dilemas na definição da política de conservação na Amazônia é evidente. Envolvimento dos povos locais está se mostrando cada vez mais ser uma chave ao sucesso de esforços de conservação, inclusive a definição e defesa de zonas totalmente protegidas dentro das unidades de conservação que incluem usos de recursos renováveis (FEARNSIDE, 2003, p. 23).

O GRANAV é um exemplo de participação na construção de políticas de estado. Foi protagonista no município de Parintins (AM) da criação do Conselho Municipal de Meio Ambiente (CMMA) e esse órgão de controle reconhece o GRANAV como membro fundador. Além disso, tem assento no Conselho de Saúde e no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS). O Grupo também participou da elaboração do Código Municipal de Meio Ambiente e do Plano Diretor do Município de Parintins (AM), propôs a criação de várias Unidades de Conservação e Áreas de Proteção Ambiental a serem regulamentadas pelo município de Parintins (AM). Essa atuação do GRANAV deu visibilidade e reconhecimento às suas lutas no município de Parintins, no Amazonas, no Brasil, e até, no exterior, por meio do Projeto “Terra e Água”, financiado com recursos do Banco Mundial.

Para Sachs (2004), a criação de espaços como esses é uma forma de exercício democrático efetivo e direto, pois interfere nas formulações de políticas públicas e no controle exercido pelos conselhos e estabelece o empoderamento das comunidades que passam a assumir um papel efetivo e criativo. Isso é o que tem ocorrido com as comunidades acompanhadas pelo GRANAV. Elas podem contribuir para o alcance de um desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado, a partir dessas iniciativas e experiências locais.

As práticas do GRANAV junto as comunidades de várzea e terra firme na construção de formas de organização política e socioambiental no município de Parintins (AM), vem contribuindo para a valorização das experiências comunitárias, para o fortalecimento do pertencimento à localidade. Por isso, os (as) ribeirinhos (as) procuram viver em equilíbrio com a natureza e a vida em comunidade, permitindo que a natureza evolua, se regenere, e se mantenha conservada. É o que percebeu nas comunidades de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e Menino Deus na Ilha do Paraná de Parintins.

Acredita-se que é possível criar um mundo sustentável, mas é preciso superar a ideia de sustentabilidade criada pelo grande capital, no qual o outro sempre é deixado de lado. O tripé da sustentabilidade de mercado que envolve o econômico, o social e o ambiental, tão falado e defendido até hoje, não foi alcançado. E, dificilmente, o será, pois não depende de cada um, do pessoal, dos indivíduos isoladamente, mas sim de governos, de empresas, de indústrias, do outro, conforme advertiu Antônio Nobre (2015)¹⁰.

Antônio Nobre, pesquisador do INPA sobre o clima da Amazônia, há várias décadas, se diz preocupado, desapontado e desacreditado do tripé da sustentabilidade, que dificilmente terá viabilidade junto aos representantes do grande capital. Esses representantes se fazem de cegos ou não querem dá atenção os alertas dos cientistas sobre os rumos da Terra face às crises ambientais sem precedentes.

Para Nobre (2015), há um descrédito na filosofia veiculada pela ideia de desenvolvimento sustentável cunhada pelo “Nosso Futuro Comum”, porque deixa a desejar na construção de estratégias coletivas que cuidem da Terra, a “Casa Comum”. Tratando da Terra como nossa “Casa Comum”, a Igreja Católica, por meio do Santo Padre, o Papa Francisco vem se manifestando em favor do cuidado com a “Casa Comum”, inclusive, publicou a Carta Encíclica, *Laudato si'*, em que, pede a humanidade para cuidar da Terra, numa grande união de “[...] toda a família humana na busca de um desenvolvimento sustentável e integral [...]” (FRANCISCO, 2015).

A crítica à filosofia do tripé da sustentabilidade (social, econômica e ambiental), feita por Nobre (2005), fundamenta na dependência, na vontade de terceiros, inclusive, do estado e, por isso não vislumbra processos de mudanças culturais, experimentadas, por diferentes povos que vivem em intensas trocas com a natureza. Na dimensão social, só o governo ou seus órgãos podem mexer; na dimensão econômica, só os economistas; e, na ambiental, só o Mistério do Meio Ambiente, o IBAMA e as ONGs. Nesse viés não há espaço para os sujeitos coletivos, ou individualmente, interferirem, agirem dentro dessas dimensões. O tripé está pronto com normas e regras definidas de forma isolada, por área.

A filosofia defendida por Antônio Nobre segue o seguinte caminho:

Começa pelo feminino, que é o PERTENCER, a mãe da gente é a matriz, que envolve, abriga, nutre, concebe e dá a luz. A gente pertence, antes de ser alguma coisa. Sempre, a gente pertence, a nossa mãe. Os povos indígenas dizem que nós pertencemos à mãe terra e a Terra pertence ao sistema solar. E, uma agricultura, seja grande, seja pequena, pertence à paisagem, pertence à comunidade que tá lá, e o

¹⁰Palestra proferida por Antônio Nobre. IX Congresso Nacional de Agroecologia/IV Seminário Estadual de Agroecologia: diversidade e soberania na construção do bem viver, Belém-PA, em setembro e outubro de 2015.

pertencer tem sido a forma mais violada de toda a nossa existência atual familiar, que se desconectou da natureza. A gente precisa recuperar isso, recuperar o feminino, e ter o senso de pertencimento. Só depois do pertencer é que vem o ser. O SER é a consciência, que pertence, que permeia, que inventa, que colabora, que agradece e que retribui. Sem o pertencer, yin e yang¹¹ da sociedade, cultura oriental, dos chineses, e na sinergia entre os dois surge o EQUILIBRIO. Você pertencendo, você sendo, você EVOLUI, evolui como tudo. Não existe nada na natureza que não evolui, porque isso é uma lei do universo [...] e, quando você evolui, você consegue compreender, não é que organismo surge na consciência, evolui, a gente compreende e, no compreender, a gente CONSERVA e só seguindo e respeitando essas cinco atitudes que nós podemos manipular. A nossa sociedade desaprendeu isso, ele já quer manipular antes de entender, antes de pertencer, antes, só quer ser, um ser egoístico, e é, por isso que a gente tem tanta discricção quanto a ela (2015)¹².

Essa filosofia o autor está chamando de “estrela de cinco pontas”, que é de origem indígena, já existe no modo de vida do povo indígena e se confirma no estudo realizado, em 1993, por Muñoz (2010) junto aos povos maya-tzeltal, que vivem nos Altos de Chiapas de San Cristóbal de Las Casas. O estudo etnográfico das práticas e dos saberes comunitários desse povo revela.

[...] uma memória marcada que se expressa em estratégias identitárias de trajetórias compartilhadas em um entorno eticamente significado por noções de mundo ligado à *sagrada mãe terra*. Idéia que, além da metáfora, representa um estilo de convivência e uma filosofia do respeito a toda vida que dela emerge (MUÑOZ, 2010, p. 282).

Portanto, pode se inferir que os povos amazônidas, como os ribeirinhos da Ilha do Paraná de Parintins, vivem um pouco dessa nova sustentabilidade, defendida por autores como Antônio Nobre (2015) e Muñoz (2010). Eles retratam o modo de vida indígena que respeita e cuida da mãe terra. Nessa pesquisa se percebeu que as comunidades ribeirinhas têm um modo de vida muito parecido com a dos indígenas da Amazônia brasileira e com o dos que vivem nos Altos Chiapas.

Essa filosofia dialoga com o pensamento de Cavalcanti (2009), sobre a busca da nova sustentabilidade, a qual para o autor perpassa pela “[...] harmonia entre seres humanos e a natureza [...]” (p.61). E, como exemplo prático dessa vivência, retrata o modo de vida dos indígenas da Amazônia como um caminho para essa sustentabilidade. Isso porque, no modo de vida indígena

[...] existe um circuito, de tal forma que tudo o que o homem subtrai daí para seu sustento, seja pescando, caçando ou coletando, deve retribuir poupando energia por

¹¹ “Yin Yang é um princípio da filosofia chinesa, onde yin e yang são duas energias opostas [...]. Segundo os chineses, o mundo é composto por forças opostas e achar o equilíbrio entre elas é essencial”. <http://www.significados.com.br/ying-yang/> acessado 24/08/2016, as 01h29.

¹²Palestra proferida por Antônio Nobre. IX Congresso Nacional de Agroecologia/IV Seminário Estadual de Agroecologia: diversidade e soberania na construção do bem viver, Belém-PA, em setembro e outubro de 2015.

intermédio de sacrifício pessoal. Este princípio de ‘poupança’ consiste na conservação consciente e planejada dos recursos naturais (CAVALCANTI, 2009, p.161).

Os povos ribeirinhos trazem consigo a herança cultural indígena que os têm ajudado a conseguir resistir, ao longo do tempo, ao estilo de vida capitalista, e transmitir saberes e práticas socioambientais às novas gerações. Todavia, já revelam fragilidades que podem levar a perda desse modo de vida (MAYBURY-LEWIS, 1997).

Toledo e Bassols (2015) reforçam que esses povos da Amazônia possuem conhecimentos da natureza, que pertencem à coletividade e são diacrônicos e holísticos. Eles possuem “[...] uma longa história de prática no uso dos recursos naturais de seu próprio entorno que são transmitidos de geração para geração [...]” (p. 92-93). Apesar dos indígenas não terem seus conhecimentos escritos e nem serem guiados pela lógica da sociedade, que se diz civilizada, é um povo que aprendeu “[...] como viver nos limites de sua realidade. Numa palavra, tinham aprendido a se adaptar ao meio ambiente - e como viver sustentavelmente [...]” (CAVALCANTI, 2009, p.159).

Aliado a isso, o conhecimento acumulado e sistematizado pelas sociedades no contexto atual pode contribuir para mudar o modelo de produção e consumo.

[...] Durante milênios, aprendemos a transformar ecossistemas naturais em campos e jardins auto-sustentáveis quando geridos convenientemente. Com a contribuição da ciência contemporânea, podemos pensar em uma nova forma de civilização, fundamentada no uso sustentável dos recursos renováveis [...] (SACHS, 2009, p. 69).

Leff (2010) também aponta os povos indígenas da América Latina como descendente desse modo de vida sustentável. No caso da Amazônia, cita os seringueiros e outros povos organizados. No caso de Parintins (AM), apresenta-se o modo de vida dos (as) ribeirinhos (as) da Ilha do Paraná de Parintins que caminham em direção a uma sustentabilidade socioambiental que o planeta precisa. Aportam em práticas consolidadas em um bem viver e por uma sobrevivência, sem esgotar os recursos naturais, como a civilização atual tem feito em nome de uma “vida melhor” ou de uma “qualidade de vida”.

Em um encontro, em Lapaz, na Bolívia, estiveram presentes vários intelectuais, incluindo Carlos Walter Porto, Boaventura Santos e Henrique Leff para debaterem a construção da sustentabilidade, em diálogo com os saberes e modos de vida dos povos indígenas. Esses estudiosos defendiam uma “[...] sustentabilidade forjada na diversidade cultural e em uma ética da autridade” (LEFF, 2010, p. 104). De outro lado, os indígenas

rebatiam essa ideia dos intelectuais. Eles afirmavam que aquilo que os intelectuais “[...] chamam de sustentabilidade, convivência e equidade; para nós, isso significa simplesmente ‘viver bem’, e se nos deixam ‘viver bem’, segundo nossas visões de mundo e de forma de vida seremos sustentáveis” (LEFF, 2010).

Essa civilização, não indígena, mesmo consciente de que o prolongamento da vida no planeta depende da boa convivência entre os seres humanos e a natureza, tem se mostrado insustentável. Os não “civilizados” desconsideram os limites da natureza e desrespeitam a capacidade de regeneração.

Os esforços presentes visando o progresso material, e mesmo a maneira de satisfação das necessidades básicas do homem no mundo de hoje, revelam-se simplesmente insustentáveis. O uso, para esse fim, de matéria e energia em doses excessivas e crescentes, exaurindo recursos ambientais acima de sua capacidade de regeneração, obviamente tende a torná-los menos disponíveis para as futuras gerações, anulando assim a idéia de que desenvolvimento sustentável é o processo que ‘satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazer as suas próprias’ (CAVALCANTI, 2009, p. 160).

Com espécies inteligentes e com grande capacidade de adaptação, o homem pode, criar uma economia de permanência no planeta por mais tempo. “[...] Na economia de permanência, a satisfação das genuínas necessidades humanas, autolimitadas por princípios que evitam a ganância, caminha junto com a conservação da biodiversidade. [...]” (SACHS, 2009, p. 69). Isso exige, portanto, das políticas de governos e da ONU, muito mais do que as medidas estabelecidas no Nosso Futuro Comum, que, apesar de terem sido um importante aliado na preservação e conservação da natureza, não propuseram mudança precisas no modelo de produção e consumo diante das crises ambientais.

Enquanto não houver interesse e vontade política desses órgãos, será muito difícil construir um desenvolvimento com sustentabilidade. Contudo, há muitas experiências locais de povos amazônidas e de outros povos espalhados pelo mundo que vão na contramão desses órgãos e procuram viver bem, respeitando os limites impostos pela natureza, fazendo uso de economia não só permanente, como sugere Sachs (2009), mas, também, solidária (BOFF, 2012).

Deveríamos confiar o máximo possível no fluxo de renovação dos recursos. Entretanto, capacidade de renovação dos recursos – significando este termo o suporte básico da vida, água, solo, e clima – requer uma gestão ecológica prudente, pois não se trata de um atributo concedido de uma única vez, para sempre (SACHS, 2009, p. 70).

Os povos amazônidas não só confiam, como guardam saberes, que, ao longo do tempo, têm servido de suporte para suas vidas e permanência na localidade de origem, vivendo um bem viver, segundo seus princípios e tradições. Princípios que respeitam os ciclos naturais e a vida natural, responsável pelo sustento e pela sobrevivência por muito mais tempo das pessoas.

3.3 DEMANDAS POR POLÍTICAS PÚBLICAS NAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS

3.3.1 Emergência de água potável e tratamento de resíduos sólidos

Os (as) ribeirinhos (as) das comunidades da Ilha do Paraná de Parintins ainda sofrem por não contar com serviço de água. Algumas famílias precisam se deslocar uma ou duas vezes por semana até à comunidade de São Paulo, na Valéria, distante aproximadamente 10km, para pegar água limpa, de poço para beber, caso contrário a única alternativa é água barrenta do rio Amazonas.

Para suavizar o barro contido na água, a estratégia de alguns ribeirinhos é deixar a água armazenada de um dia para o outro. No dia seguinte coa e armazena a água em garra PET, alguns acrescentam o hipoclorito; outros, usam pedra hume (alúmen de potássio é o sulfato de alumínio e potássio) para purificar a água.

Segundo o Entrevistado 06 (2016), eles bebem água do rio Amazonas e nunca tiveram problema de doença “[...] a gente aqui, a gente consome da água, a gente tomamos a água daqui do rio, mas ela não tá contaminada, porque ela é uma água corrente, nós estamos usando agora pedra hume pra tratar a água”.

Outra situação das comunidades ribeirinhas da Ilha do Paraná de Parintins refere-se a necessidade de solução para a destinação adequada dos resíduos domiciliar produzido. Esta é uma realidade de muitas comunidades de várzea na Amazônia brasileira. A alternativa encontrada pelas comunidades da Ilha era à queima dos resíduos. Depois que participaram de palestras, promovidas pelo GRANAV, chegaram à conclusão de que a saída mais viável seria a queima desses resíduos. Não existe coleta de resíduos nas comunidades e não tem como transportar para a lixeira pública na cidade. “O lixo aqui em casa, eu sei que polui, mas a gente queima, o nosso é queimado aqui [...] se enterrar vai poluir quando a água vem” (ENTREVISTADO 12, 2016). Em outro relato, um ribeirinho reafirma essa prática de tratamento dos resíduos “[...] antes a gente enterrava o lixo, agora não pode mais enterrar tem

que queimar, ou queimar ou levar pra lixeira em Parintins (AM), mas todo mundo sabe que em Parintins o lixão tá precário [...]” (ENTREVISTADO 06, 2016).

Em duas comunidades ribeirinhas observou-se que já vem sendo feito um tratamento como a separação dos resíduos plásticos, papel, vidros e ferro, conforme se constata na foto abaixo.

Fotografia 05 - Separação de resíduo seco



Fonte: Albarado 05/06/2016

Num cenário marcado pela conservação e preservação da natureza viva, cresce a consciência de tratamento e destinação adequada dos resíduos. Isso é fruto do trabalho de educação ambiental realizado pelo GRANAV, o qual pode facilitar a implementação de projeto nessa área.

Os problemas identificados a respeito da necessidade de água potável e tratamento de resíduos das comunidades indicam demandas por políticas públicas específicas. No caso da água, os ribeirinhos vêm reivindicando poços artesianos, com água encanada, respeitando a realidade de várzea vivida por eles. No caso dos resíduos o GRANAV pretende desenvolver ações de coleta seletiva para destinação adequada, pois a queima feita na comunidade, também, prejudica o meio ambiente, os animais e as pessoas.

3.3.2 Energia nas comunidades de várzea e terra firme

Com as políticas públicas do Governo Federal, por meio do Programa “Luz Para Todos”, hoje, todas as comunidades do Assentamento Vila Amazônia, na área de terra firme e nas comunidades de várzea na Ilha do Paraná de Parintins, dispõem de luz elétrica.

O Programa melhorou muito a vida do homem e da mulher do campo dessas áreas. Mas, ao tomar como referência o acesso a esse direito pelos moradores da cidade, o Programa chega tardiamente para atender à necessidade dos sujeitos do campo, que há muito tempo reivindicavam energia elétrica para melhorar suas atividades produtivas e só conseguiram esse acesso, mesmo tardio, com luta coletiva.

O GRANAV fez uma força [...] ajudou nas nossas casas, ajudou aqui no Baixo Amazonas de luz elétrica. Hoje, a gente tá bebendo água gelada, tá desenvolvendo por causa da força da presidência do GRANAV, da nossa união, [...] eu briguei muito, por [...] luz pra trabalha, à noite. Eu disse, aqui, porque é muito quente e carregar água pra molhar horta, molhar um pé de planta tudo bem, mas molhar meio hectare de hortaliça não dá, não tem condição, mas já chegou. Pra mim já chegou tarde, infelizmente, eu não vou mais acabar o resto da minha vida cavando terra com uma enxada [...] (ENTREVISTADO 05, 2016).

Por um lado, a energia nessas comunidades tem sido muito importante, principalmente na conservação de alimento, na redução de tempo em alguns serviços e outras necessidades. A energia contribuiu para melhorar a qualidade de vida das pessoas que vivem nessas áreas. Por outro, comunitários relatam que não podem aceitar um serviço precário e esporádico, pois vem faltando energia constantemente nas comunidades. Já houve mês de elas passarem 15 dias com energia e 15 dias sem energia. Isso causa transtorno para os (as) ribeirinhos (as) que contam com a energia para conservar seus alimentos e realizar algum serviço que depende da energia para otimizar o tempo e até a força humana.

O acesso à luz elétrica traz a cultura da televisão, cujo uso, sem uma leitura crítica da realidade, mais tem deseducado e manipulado do que educado. O mais perverso é a imposição da cultura do consumismo de produtos supérfluos, descartáveis. A cultura da obsolescência programada, presente nos produtos, se impõe como forma a ser reproduzida na vida social e comunitária pela ordem capitalista; as relações são passageiras sem compromisso para com a permanência e pertença.

Em alguns momentos, a presença da televisão nas comunidades tem interferido no tempo dedicado às ações coletivas. Há os que passam mais tempo assistindo a programas de televisão do que com a própria família ou se dedicando à comunidade, muitos vêm encurtar

o tempo que dedicavam aos trabalhos comunitários, às reuniões após os cultos dominicais, assim como às visitas à casa do compadre, da comadre, dos pais, do amigo, da amiga.

As pessoas estão muito mais apressadas, não querem conversar sobre questões sociais da comunidade, não tanto como em tempos atrás. As reuniões são encurtadas, as pautas reduzidas e debates pouco aprofundados. As comunidades já dialogaram mais para decidir sobre esporte, celebrações, manifestações culturais, festas religiosas, realização de puxiruns, trocas de visitas. É claro que esse encurtamento do tempo às questões sociais não se deve apenas à presença da televisão, favorecida pela energia elétrica, mas pelo próprio sistema capitalista que cria o individualismo e o consumismo, o “cada um por si”, estratégias para desestabilizar os sujeitos coletivos.

A realidade da vida comunitária se mostra bastante contraditória. Logo, há a necessidade de as comunidades fortalecerem os valores ainda existentes como a amizade, o companheirismo e a solidariedade. O puxirum ainda é uma prática importante entre os (as) ribeirinhos (as). Esses eventos acontecem principalmente quando há programação das atividades comunitárias e, ou em plantações como relata o Entrevistado 08 - “[...] a gente têm aquele diálogo de trocar dias, aqui vem se resumir num puxirum. A gente convida dois, três, quatro, cinco companheiros, a gente troca dias, não paga diária, a gente troca dias. E se forma num puxirum. É assim que acontece” (ENTREVISTADO 08, 2016). Mas é uma prática que não acontece com tanta frequência.

Contudo, as questões trazidas pela televisão, não podem ser vistas como impedimento para que as comunidades de várzea e terra firme possuam energia elétrica em suas residências. Isso é mais que um dever do Estado, é um direito do povo que vive nessas áreas. O fornecimento desse bem não pode ser inconstante como tem ocorrido na Ilha do Paraná de Parintins durante o trabalho de pesquisa na localidade.

3.3.3 Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Ilha do Paraná de Parintins (AM)

Essa Ilha foi muito rica em diversos recursos naturais: peixes, caças, pássaros e floretas. Riqueza que não acabou, mas diminuiu muito por causa do maior dos predadores, o homem, segundo relato do Entrevistado 05 (2016), seus pais, tios e a avós, ajudaram na derrubada da restinga e no desmatamento, pois na época deles, não tinha um grupo como o GRANAV para lhe dizer, que essa atitude prejudicaria eles e seus descendentes mais tarde. Hoje, as pessoas ainda destroem a natureza, mas são repreendidas e sensibilizadas das

consequências para as presentes e futuras gerações, se continuarem destruindo os poucos recursos naturais que ainda existe.

Além do homem, há os animais como os búfalos que contribuíram para destruir igapós e lagos na Ilha. Problema que levou o GRANAV a elaborar pautas voltadas para a regularização fundiária. O PAE é fruto dessa luta do GRANAV. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 06 de dezembro de 2007, por meio da Portaria nº 061, Art. 2º criou o Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Ilha do Paraná de Parintins, no município de Parintins (AM), com o código SIPRA AM107000 (INCRA, 2007).

Esse PAE foi uma novidade para os (as) ribeirinhos (as) e para os órgãos governamentais. O INCRA tradicionalmente, tratava de Assentamentos Agroextrativistas na Amazônia apenas nas áreas de terra firme. A partir do ano de 2005, essa realidade começou a mudar. Novos PAEs foram criados nas áreas de várzea. O PAE Ilha do Paraná de Parintins, do município de Parintins (AM), é um desses PAEs localizados na várzea. Ele abrange uma área total de 2.162,99 ha, com capacidade para assentar 60 famílias. Desse contingente, já foram assentadas 53 famílias, compreende as comunidades de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e Menino Deus distante 35km da sede do município de Parintins (AM). Objetiva garantir regularização fundiária das propriedades dos (as) ribeirinhos (as) e proporcionar a eles (as) acesso as políticas públicas (GRANAV/INCRA, 2005).

O PAE é uma conquista de muitos anos de luta do GRANAV junto ao INCRA e à Secretaria do Patrimônio da União (SPU). O fator decisivo para ser criado o Assentamento foram os estudos realizados pelo Programa de Manejo da Várzea (ProVárzea/IBAMA), no período de 2000 a 2007, aliado ao trabalho que o GRANAV vinha desenvolvendo, cuja intensificação ocorreu com o Projeto “Terra e Água” (GRANAV/INCRA, 2005). Com a transformação da Ilha do Paraná de Parintins em Assentamento, foi elaborado um Plano de Uso (PU) para,

[...] organizar e regulamentar a utilização sustentável dos recursos ambientais existentes na Ilha pelos moradores que dela se utilizam para sustento de suas famílias e servir de modelo para que outros projetos sejam implementados nas várzeas do município de Parintins (GRANAV/INCRA, 2005, p. 4).

Esse PU foi reelaborado recentemente e aprovado pelos (as) ribeirinhos (as). Em 2015, e encaminhado ao INCRA/AM para registro junto ao órgão. O PU tem um Conselho Gestor formado pelo coordenador do GRANAV e mais 09 assentados, responsáveis pelo

gerenciamento do PAE Ilha do Paraná de Parintins e pela fiscalização para o cumprimento das regras desse Plano.

O Plano de uso é um fruto nosso, é uma conquista, é mesmo que ser uma Lei orgânica pra ti. Então, é o que vai nortear as pessoas para terem a noção do que elas podem fazer. O Plano de uso pra nós é mais que importante, quando for homologado a gente tentará se apegar a ele, mas que é uma das opções pra nós, porque no Plano de Uso tem conflitos, ribeirinho com criador, agricultores, pecuarista, agricultores, então, no Plano de Uso, se delimita assim, o que tu pode fazer, o que o agricultor pode fazer, o que o pecuarista pode fazer. Eu acredito que vai mudar muito a concepção das pessoas. Como a gente sabe o arrendamento [...] nos Assentamentos, o arrendamento eles são proibidos, né? E a gente tem um pouco de criadores de gado do município de Parintins, grandes pecuaristas e a gente tentou fazer o Plano de Uso assim, proibir, tentar fazer com que a Lei aconteça. Lei dos Assentamentos já proíbe (arrendamento de lote), E aí isso causou muito impacto nas pessoas (ENTREVISTADO 01, 2015).

O PAE trouxe muitos benefícios para os (as) ribeirinhos (as) da Ilha do Paraná de Parintins. Mas o acesso a esses benefícios não está acontecendo, principalmente, porque dependem da presença e encaminhamento do INCRA-AM, seja da presença física do órgão no Assentamento para a demarcação dos lotes e informar os benefícios e como acessá-los, seja por meio de atos administrativos, como Portaria reconhecendo o PU reformulado e aprovado pelos assentados, dentre outros procedimentos que façam valer os direitos dos assentados.

Para Sachs (2004), o desenvolvimento de um país de maneira incluyente, sustentável e sustentado passa por uma reformar agrária que proporcione muito mais do que a posse da terra.

A experiência mostra que as reformas agrárias não funcionam enquanto a distribuição da terra não for complementada por medidas que quebrem o poder dos agiotas e comerciantes estabelecidos no campo e ofereçam aos camponeses [...] acesso a tecnologia apropriadas [...] serviços de extensão e de capacitação eficiente; créditos subsidiados para a produção e investimentos; garantia de preço mínimo, acesso ao mercado e atendimento preferencial nos mercados institucionais (compras públicas); assistência na identificação de nichos de mercados locais, nacionais e internacionais [...] (SACHS, 2004, p. 53).

É possível ver o reflexo positivo da criação do PAE Ilha do Paraná de Parintins, no que diz respeito às políticas públicas como: melhoria em algumas habitações, energia elétrica, educação, linhas de financiamentos, compra de produção dos assentados pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), entre outros benefícios. A falta de conhecimento dos assentados sobre seus direitos, ocasionada, em parte, pela omissão do INCRA em prestar tais informações aos assentados, impede que esses acessem os benefícios a que têm direitos.

Contudo, ainda são incipientes para que ocorra o desenvolvimento includente, sustentável e sustentado, defendido por Sachs (2004).

Portanto, a conquista dessas políticas públicas ainda está longe de atender as necessidades deles (as). Maybury-Lewis (1997, p. 57), em estudos na década de 1990, também apontou a “[...] ausência de cumprimento dos deveres das autoridades políticas para com os *ribeirinhos* - falta de infra-estrutura de saúde, educação, energia elétrica, e comunicação telefônica[...].”

As comunidades pesquisadas, ainda carecem de infraestrutura, transporte, saúde, telefonia, habitação, água potável, educação de qualidade, pois as poucas políticas que existem, ainda, não atendem as necessidades dos (as) ribeirinhos (as).

3.3.4 Habitação na Várzea

O projeto de habitação realizado na Ilha do Paraná de Parintins é fruto da luta do GRANAV junto ao INCRA. O Programa chegou para os ribeirinhos graças à criação do PAE Ilha Paraná de Parintins. Das 53 famílias assentadas, 22 foram contempladas numa primeira etapa. As habitações foram construídas em madeira, com divisória e banheiro em alvenaria dentro da residência.

[...] depois veio o projeto de assentamento que é uma atividade que veio através do GRANAV. Por um lado, beneficiou várias famílias, que hoje tem uma habitação própria através do GRANAV, né? Tem uma moradia melhor, mas não foram também todas as famílias que alcançaram isso, né? Tem ainda aí várias famílias que está na lista de beneficiários, mas que ainda não foram beneficiadas até hoje, espero, que daqui com mais um tempo todas essas pessoas sejam beneficiadas também (ENTREVISTADO 07, 2016).

A construção dessas casas melhorou muito a vida desses (as) ribeirinhos (as). Para Sachs (2004), políticas públicas como essas, de garantia de direitos, representa um desenvolvimento includente. A habitação de 22 ribeirinhos dessa Ilha agora é outra, há cômodos nas casas e fossa.

[...] se você olhar as casas do morador hoje lá, você vê que ele tem uma fossa muito melhor do que tinha antes, você tem divisão de quarto que é uma coisa fantástica [...]. Como é a casa do caboclo? É um paredão, uma sala e uma cama ao lado, essa era aí, como era aqui na cidade, eu vi isso aqui, minha casa era assim (ENTREVISTADO 16, 2015).

Existe uma segunda etapa prevista a ser realizada para atender as demais famílias assentadas, mas que, por questões burocráticas, está atrasada. O GRANAV vem mediando

esse processo para que tão logo sejam resolvidas as questões, ainda referentes à primeira etapa, seja dado prosseguimento à construção da etapa seguinte. O “[...] projeto do INCRA trouxe essas casas, né? [...]. Uma parte foi boa e outra não, [...] não foi, porque não terminei a minha casa como queria, né? Não veio toda a madeira pra cá que eu esperava e aí ficou pela metade (ENTREVISTADO 13, 2016).

Para o Entrevistado 11 (2016), as famílias agora podem viver numa casa bem melhor que antes “[...] Se as pessoas vivem assim numa casa mais ou menos, com fossa, com banheiro, tudo dentro, graça ao GRANAV [...]”. O Entrevistado 08 (2016), assentado no PAE Ilha do Paraná de Parintins ressalta “[...] estou nessa casa, foi o GRANAV que entrou em projeto no INCRA, lá, e aí o INCRA fez, aí veio e fez essas casas pra nós [...] ainda tem muitos projetos que ainda tá parado, mas se Deus quiser ainda vai funcionar.”

Para Sachs (2004), a moradia é um direito e uma necessidade básica de todo cidadão é só por meio de um desenvolvimento incluyente que essas pessoas terão acesso a uma moradia digna. Ao melhorar a habitação, melhora auto estima do ribeirinho (a) e se torna mais um motivo para continuar em sua localidade.

Daí, a importância de políticas de moradias populares e, em particular, de esquemas baseados na autoconstrução assistida, nos quais as autoridades públicas se juntam aos esforços dos futuros moradores, cujo trabalho se constituiu numa forma não monetária de poupança (SACHS, 2004, p. 40).

Para a construção das casas na Ilha do Paraná de Parintins, o INCRA entrou com os recursos financeiros e o GRANAV organizou os puxiruns junto aos assentados. Aqueles interessados em ampliar a estrutura de sua casa poderiam fazê-la, desde que tivessem condições de adquirir mais materiais e os disponibilizassem no dia do puxirum.

Portanto, as reivindicações dos (as) ribeirinhos (as) e organização social e política deles possibilitou essas e outras políticas públicas, o que mostra que a luta coletiva e organizada dos povos da Amazônia torna-se uma estratégia de resistência pela permanência nas localidades de origem e pelo acesso às políticas.

3.4 COMUNIDADES, ORGANIZAÇÃO E ATORES SOCIAIS E HISTÓRICOS AMAZÔNIDAS

3.4.1 Práticas Organizativas do GRANAV

As comunidades ribeirinhas desenvolveram diversas e complexas atividades socioambientais que se entrelaçam pelos múltiplos conhecimentos e formaram uma rede de

relações socioambientais e de práticas organizativas também complexas. O GRANAV vem sabendo lidar com essa diversidade e complexidade de saberes, contribuindo para um pertencimento e um protagonismo autônomo de muitos povos na Amazônia (OLIVEIRA, 2003).

Os movimentos organizados nessa perspectiva, têm um protagonismo nas inovações e nas mudanças sociais (GOHN, 2010). O movimento ambiental é um processo educativo que por meio da práxis está voltado para a construção de uma comunidade ativa, que reivindicam os seus direitos e defendem as suas ideias. Esse processo educativo deve estar voltado para a comunidade, no sentido de orientar os comunitários a serem sujeitos da resolução de problemas vivenciados na comunidade (REIGOTA, 2009).

As práticas organizativas e socioambientais comunitárias trazem implicações para os “[...] processos de desenvolvimento social local, gerando mais capacidade de perceber problemas, pensar as conseqüências ambientais das escolhas coletivas e decidir sobre a qualidade de vida das populações” (CARVALHO, 2008, p. 157). Entende-se, então, que as experiências e as práticas organizativas do GRANAV implicaram em mudanças socioambientais capazes de proporcionar um bem viver aos povos ribeirinhos.

No início da luta, os ribeirinhos da Ilha do Paraná de Parintins não contavam com o apoio do IBAMA e nem da promotoria como já mencionado, por isso tiveram de lutar, inclusive, contra a força repressiva da polícia e da justiça para garantir a conservação e preservação dos lagos da Ilha do Paraná de Parintins. Esse foi objetivo do GRANAV quando decidiram constituir. E, nasceu da preocupação de um grupo de ribeirinhos (as) ao perceberam que os peixes nos lagos, fonte de sua subsistência, estavam diminuindo em tamanho e quantidade. Um deles, chamado Pedro Albuquerque, inquieto com a situação

[...] dizia não entender como aquela gente não encontrava os peixes grandes que, durante tantos anos, ele costumava pescar no lago do Comprido e em outros lagos da região. As coisas estão ficando difícil mesmo. Se nós não abrimos os olhos, podemos ter um destino triste (ALBUQUERQUE, LINS e ALBUQUERQUE, 2004, p. 12-13).

Diante, dessa situação, os moradores mais experiente, na companhia dos mais jovens que viviam na Ilha, tomaram a decisão de realizar vigília nos lagos para impedir a depredação e a pesca predatória “[...], os lagos foram mantidos sob vigilância de fiscais comunitários, em sistemas de rodízio e os instrumentos de pesca passaram a ser rigidamente fiscalizados” (CHAVES, 2001). “- A luta foi um meio que nós achamos para proteger o lago contra as invasões [...]”, relatou o senhor Arinos Carvalho (ALBUQUERQUE, LINS e

ALBUQUERQUE, 2004, p. 15) e a vigília foi uma estratégia que impediu a depredação dos recursos pesqueiros, assim como, os acordos particulares de pesca, também, foram importante no manejo desses recursos.

Os comunitários defendiam a função de cada lago de acordo com sua capacidade e tipo de recurso existente. Os lagos de preservação ou ‘santuários’ são considerados intocáveis mesmo para os comunitários, por serem habitat de reprodução das espécies [...] (CHAVES, 2001, p. 103)

Depois, que entidade passou a contar com o apoio do IBAMA e da promotoria, tanto a vigília, como os acordos de pesca passaram a ter um caráter legal e ser respeitados pelos invasores e, também, viabilizou a formação dos (as) ribeirinhos (as), como AAV credenciado e, passam a representar o IBAMA em suas localidades, podendo constatar danos ambientais e levar ao conhecimento do IBAMA para as medidas cabíveis. A atuação desses agentes coibiu muito a depredação dos lagos e o desmatamento das matas ciliares na Ilha e em outras localidades, resultando no aumento da população de peixes nos lagos.

Com a formalização do GRANAV, ocorreu uma expansão das práticas organizativas por meio de apoio prestado a outras comunidades do município de Parintins (AM), como Paranema, Macurany, Aninga. Assim o grupo ajudou na organização desses (as) ribeirinhos (as) para impedirem a depredação dos lagos existentes na localidade deles, assim como organizá-los, via instituição, para também representá-los junto aos órgãos do governo e à sociedade civil.

Com a aprovação do projeto “Terra e Água”, apoiado pelo ProVárzea/IBAMA - PPG7, o GRANAV intensificou e ampliou suas práticas organizativas na Ilha e também expandiu essas práticas para outras comunidades fortalecendo as lutas das comunidade que estavam iniciando os trabalhos em defesa da natureza.

Os objetivos do GRANAV eram manter o bem viver e a sobrevivência do povo ribeirinho que viviam na Ilha, buscando alternativas, como de produzir agricultura na várzea, manejar os lagos, incentivar a produção não agrícola e promover a conservação da biodiversidade (ALBUQUERQUE, LINS e ALBUQUERQUE, 2004, p. 79-80).

3.4.2 Organização Política e Mobilização do Movimento Ambiental na Amazônia Brasileira

A realização da Conferência sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável no Brasil, de 1992, contribuiu para o surgimento e fortalecimento dos movimentos ambientais no

Brasil. Pois ocorreu em favor de um meio ambiente conservado e preservado. Mas não se pode retirar o mérito de outros acontecimentos marcantes na história da redemocratização do país.

Foi por causa, dos movimentos ecológicos, segundo Sirkis (1992), que a Constituição Federal de 1988, pautou a questão ambiental como direito e dever da sociedade e do poder público. Outros acontecimentos marcantes foram: a vitória de ambientalistas nas eleições municipais pelo país afora; os índices altíssimos de queimadas na Amazônia; e a repercussão nacional e internacional da morte de Chico Mendes. Por intermédio do Conselho Nacional dos Seringueiros, os movimentos ecológicos representados por seringueiros, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caboclos, atingidos por barragem, pescadores, ecologistas urbanos do Brasil e do exterior estabeleceram uma Aliança, a conhecida Aliança dos Povos da Floresta, em 1989.

Essa Aliança foi importante para os movimentos dos seringueiros obterem apoio político e “[...] técnico de entidades como o Instituto de Estudos Amazônicos, de Curitiba, dirigido por Mary Alegretti, e estabeleceu ligações com entidades ambientalistas norte-americanas e europeias” (SIRKIS, 1992, p. 222) vindo a fortalecer os movimentos no Brasil.

A Aliança dos Povos da Floresta ficou conhecida, segundo Santilli (2005), por conta das lutas de diferentes sujeitos coletivos e históricos em defesa da floresta. Essa aliança contribuiu para alavancar ainda mais a necessidade da sustentabilidade socioambiental na Amazônia e no Brasil. Segundo Almeida (2008), essa aliança sintetiza-se em um processo social e identitário dos povos da floresta representado por identidades coletivas reveladoras de movimentos sociais arraigados por mobilizações e atuações organizativas,

[...] de etnias, de comunidades extrativistas, que agrupam famílias de produtores diretos com consciência ambiental aguçada e laços profundos, recolocando o significado de ‘natureza’. Neste processo os agentes sociais deixam de ser vistos como “indivíduos biológicos”, de existência serial e atomizada, para assumir sob condições de existência coletiva uma posição de sujeitos sociais (p.38).

Um sujeito social e histórico importante no fortalecimento das identidades coletivas da Amazônia. Essa aliança revela, inclusive, uma consciência cultural, ambiental, política, educacional, social, territorial e econômica no fortalecimento de suas lutas pela água, pela terra e pela floresta e contrastam com o modelo estatal que não consegue mudar essa realidade por falta de ações concretas para mudar o atual modelo de desenvolvimento insustentável (VEIGA, 2005).

E quem seriam os sujeitos? Os sujeitos desta questão ambiental na Amazônia têm se constituído na última década e meia. Eles não têm existência individual ou atomizada. A construção destes sujeitos é coletiva e se vincula ao advento dos vários movimentos sociais que passaram a expressar as formas peculiares de uso e de manejo dos recursos naturais por povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, ou seja, pelas denominadas ‘populações tradicionais’ (ALMEIDA, 2013, p. 27).

A aliança desses sujeitos, para Santilli (2005), além de garantir uma cultura própria, valoriza o modo de vida, proporciona uma unidade em defesa da água, da terra, da floresta e dos povos da Amazônia, e envolve tanto os movimentos que lutam por questões sociais quanto os que lutam por questões ecológicas.

Esses movimentos, aliados a outros como os atingidos por barragem, pescadores artesanais na Amazônia brasileira, representam um marco para o socioambientalismo e que teve seu auge quando foi realizado o I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, realizado, em 1989, na cidade de Altamira, no estado do Pará (WALDMAN, 1992 *apud* DIEGUES, 1996). Um socioambientalismo, que foi construído a partir das lutas dos povos amazônidas por políticas públicas ambientais que incluam e envolvam as pessoas locais, pois também são detentoras de saberes e práticas de manejo ambiental.

[...]. Mais do que isso, desenvolve-se a partir da concepção de que, em um país pobre e com tantas desigualdades sociais, um novo paradigma de desenvolvimento deve promover não só a sustentabilidade estritamente ambiental - ou seja, a sustentabilidade de espécies, ecossistemas e processos ecológicos - como também a sustentabilidade social - ou seja, deve contribuir também para a redução da pobreza e das desigualdades sociais e promover valores como justiça social e equidade. (*apud* SANTILLI, 2005, p. 14)

Nesse sentido, nasce um novo paradigma de desenvolvimento com sustentabilidade socioambiental que “[...] deve promover e valorizar a diversidade cultural e a consolidação do processo democrático no país, com ampla participação social na gestão ambiental” (GUIMARÃES *apud* SANTILLI, 2005, p.14), assim como na gestão social, cultural, territorial, política, educacional e econômica.

A organização de grupos ecológicos e movimentos ambientais em defesa dos recursos naturais e por qualidade de vida toma corpo e se expande pelo Brasil, após a ECO 92. O GRANAVAL é um dessas instituições, cuja formalização ocorre em 1992, apesar de existir como movimento de ribeirinho (as) desde a década de 1970, com a missão de garantir a conservação do meio ambiente e da biodiversidade na Ilha do Paraná de Parintins.

A premissa do movimento é garantir a sobrevivência dos povos ribeirinhos e descendentes por meio da conservação e preservação dos recursos naturais existentes. Pois o

“[...] modelo predatório de exploração de recursos naturais colocava em risco a sobrevivência física e cultural das populações tradicionais da Amazônia [...]” (SANTILLI, 2005, p. 13). O agravamento tanto dos problemas sociais quanto ambientais, enfrentados pelos povos da Amazônia, levou-os a se organizarem, o que não foi muito difícil, pois já viviam em comunidades e em grupos de parentesco.

A aproximação desses sujeitos pelos vínculos de parentesco e o sentimento de pertencimento dos povos amazônidas permitiu traçarem estratégias, pautar necessidades consensuais, fundar associações e cooperativas; e criar redes de comunidades de ajuda mútua para manterem seu modo de vida e serem atendidos pelas políticas públicas. O cidadão consciente dos seus direitos e deveres e ao conhecer as problemáticas que o aflige tanto local quanto global, saberá atuar em sua comunidade. Essa atitude promove mudanças na vida cotidiana dos comunitários.

As práticas organizativas e socioambientais do GRANAV junto às comunidades, significou o fortalecimento e o amadurecimento da cultura do pertencimento dos (as) ribeirinhos (as) ao seu território, também, o seu reconhecimento como sujeitos sociais e históricos com capacidade de construir um bem viver e manter a sobrevivência, respeitando os limites impostos pela natureza e o ciclo natural, mantendo o equilíbrio ambiental e social.

3.4.3 O GRANAV e a Comissão Pastoral da Terra (CPT)

A igreja católica, por meio da CPT regional do Amazonas e Roraima, teve papel muito importante no fortalecimento das lutas sociais nesses Estados. De maneira pioneira, fortaleceu o movimento ribeirinho, promoveu encontros e cursos de formação com reflexões sobre a constituição e o fortalecimento de organizações de base em defesa da água, da terra e da floresta.

O GRANAV contou com apoio e acompanhamento da CPT por muitos anos. Muitos membros fundadores do GRANAV eram membros da CPT local de Parintins (AM) e participaram de vários encontros de ribeirinhos promovidos pela CPT Regional do Amazonas e Roraima.

Nos registros da CPT, relatados na tese de Spínola (1997), consta que Parintins sempre esteve presente nos encontros de ribeirinhos desde 1987, conforme segue: IV Encontro de pescadores ribeirinhos, em 1987; V Encontro de Pescadores, em 1988; VI Encontro de pescadores ribeirinhos, em 1989; VII Encontro de Ribeirinhos e pescadores, em 1990; VIII Encontro Estadual de Ribeirinhos, em 1991; IX Assembleia Regional dos Ribeirinhos, em

1992; X Encontro Regional de Ribeirinhos em busca da reforma aquática, em 1993; XI Encontro dos Ribeirinhos da CPT AM/RR em 1994; e 12º Encontro dos Ribeirinhos da CPT AM, em 1996.

Esses encontros ocorreram na cidade de Manaus (AM) e foram promovidos pela CPT. Os membros fundadores do GRANA V foram formados nesses encontros, os quais também foram determinantes para a constituição desse grupo.

As atividades eram os cursos de capacitação em Manaus, curso de ribeirinho, curso de animador, eram vários cursos de formação jurídica e de lideranças daquelas comunidades, daquela região, dessa região toda. E a CPT, ela tinha, assim, ações em vários municípios, então, geralmente, os encontros eram na localidade e depois eles eram feitos encontros estaduais. Tinha uma figura, chamado o agente de área. Agente da Comissão Pastoral da Terra de área, a partir disso, se amadureceu a ideia de se criar o GRANA V, uma entidade exclusiva, uma ONG exclusiva. Nessa época também tinha uma onda mundial das ONGs, de formação das ONGs, de financiamento pra proteção da Amazônia. Então, foi muito importante a presença da CPT e nessa onda de criação das ONGs que financiavam instituições no Brasil, na Europa, França, Canadá, Alemanha, também achamos importante que através do GRANA V nós poderíamos captar recursos, né? Captar recursos para fazer as nossas ações (ENTREVISTADO 04, 2015).

Nessa época, também, no Brasil estavam ocorrendo debates entorno das questões ambientais em preparação a Conferência do Rio 92 e, a Amazônia estava no foco desses debates. No Estado do Amazonas eram registrados muitos conflitos entre ribeirinhos e pescadores, como o que ocorreu na Ilha do Paraná de Parintins (AM) (SPÍNOLA, 1997).

A CPT dava assessoria e apoio a esses movimentos e proporcionou no caso dos membros do GRANA V a participação em diversos debates, encontros, sobre essas questões e, inclusive na discussão para a elaboração da Constituição do Estado do Amazonas. Nessa época, a linha progressista da Diocese de Parintins (AM) dava total apoio às lutas e aos trabalhos sociais e ambientais desenvolvidos pelo GRANA V. A igreja local foi fundamental para o fortalecimento e divulgação das ações do grupo.

[...] a única instituição que apoiava a gente era a Igreja [...] através da Comissão Pastoral da Terra, que tinha um projeto de financiamento, que nós tínhamos um advogado naquela época contratado através da Comissão de Defesa de Direitos Humanos [...] o Bispo que era Dom João Rizate que deu apoio grande pra esse movimento (ENTREVISTADO 04, 2015).

No contexto atual, a igreja católica local não tem o mesmo espírito progressista para apoiar e acompanhar as questões sociais e ambientais nas comunidades eclesiais. Houve um distanciamento da Diocese de Parintins (AM) dessas questões, inclusive, com a extinção da própria CPT como órgão da Diocese, fragilizando as lutas sociais das comunidades. A linha

progressista fundada na teologia da libertação unia fé e vida, fé e política, orientavam os católicos a uma leitura crítica da realidade, por meio do ver, julgar e agir dentro do contexto religioso e da vida social.

3.4.4 GRANAVE e o processo educativo

A educação formal sempre foi desafio nas áreas de várzea. Se na cidade já é perceptível o quanto a escolarização é precária, imagine nas vastas áreas de várzea e de terra firme da Amazônia. A Ilha do Paraná de Parintins é marcada pelo típico fenômeno das cheias e das secas que afeta as comunidades amazônicas. As experiências decorrentes desse fenômeno exigem calendário diferenciado, atenção aos deslocamentos das crianças, e aos processos de deslocamentos dos adultos para áreas de terra firme, quando as cheias são grandes.

A alternativa encontrada pelo GRANAV foi construir um flutuante para atender à necessidade de formação dos membros do GRANAV quanto ao ensino formal e não formal. O flutuante denominado pelos (as) ribeirinhos (as) de “Casa do Saber Popular” ficou ancorado na comunidade do Menino Deus. E, com estrutura apropriada para se deslocar nos rios, quando fosse necessário, era levado para comunidade de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. A construção do flutuante foi possível em razão do Projeto “Terra Água”, com financiamento do ProVárzea/IBAMA (DUTRA, 2005).

A “Casa do Saber Popular” foi um espaço onde ocorreram cursos, oficinas, formação de liderança e reuniões. Também foi onde funcionou o Ensino Fundamental, por meio de Telecurso na modalidade de Educação de Jovem e Adulto. As escolas situadas nas localidades atendiam aos (às) ribeirinhos (as) apenas na primeira etapa do Ensino Fundamental, ou seja, até o 5º ano (DUTRA, 2005). Essa casa foi onde muitos (as) ribeirinhos (as) estudaram e puderam dar prosseguimento aos estudos na cidade ou na terra firme (Assentamento Vila Amazônia).

Hoje, inclusive, há jovens com faculdade e retornaram para a comunidade de origem, a Ilha do Paraná de Parintins.

[...] a preparação das lideranças que hoje estão contribuindo com a comunidade foi um passo super importante, nós conseguimos (o GRANAV). Era uma preocupação nossa, a formação, a capacitação, a educação. Nós conseguimos pra região aqui do laguinho. Na época não existia o Ensino Fundamental completo, através do EJA, reivindicando para a SEMED, fazendo parceria com a SEMED, conseguimos também depois o Ensino Médio aqui, para a região do laguinho, pra Valéria, no Paraná de Parintins [...] E, lá (no Paraná) foi interessante, porque nós colocamos à

disposição uma estrutura que a gente tinha, que era a casa do saber popular, né? Uma estrutura flutuante com sala de aula, com todos os equipamentos, colocamos à disposição da SEMED pra que funcionasse a escola ali de Ensino Fundamental e um outro resultado importante nesse processo de educação foi a formação de nível superior de alguns membro do grupo. A estratégia era que a gente pudesse ter a formação superior e pudesse depois voltar pra cá, pra base do grupo e poder contribuir com sua organização. Hoje a gente já tem o Adilson, o Valdemar, eu também, e algumas outras pessoas que ainda estão cursando, né? Isso como estratégias de fortalecimento da organização e a gente percebe que isso tem dado resultado. O Adilson está atuando lá no Paraná de Parintins, voltou, o Valdemar está atuando lá na Valéria na região dele. Então, isso daqui são resultados importantes (ENTREVISTADO 02, 2015).

Para o funcionamento da escola flutuante, foi necessário formalizar parceria com a Secretaria Municipal de Educação. A comunidade disponibilizou o espaço para funcionar uma sala de aula para atender as referidas comunidades. Na parceria, segundo (DUTRA, 2005), o GRANAV sediaria a “Casa do Saber Popular” e ainda era responsável de fazer o transporte dos ribeirinhos até a escola, já a SEMED entrava com um professor, material didático, combustível para o motor de luz e para transportar os estudantes.

Na Casa do Saber Popular, que é um flutuante, que tinha um ambiente ali para a formação, para a formação do grupo, que foi disponibilizado para a formação educacional formal que eu trabalhava, nós fazíamos sim uma permuta, nós nos ajudávamos ali, os transportes do próprio GRANAV eram cedidos para as atividades escolares e o nosso material escolar também cedido a eles, nossa parceria com a secretaria sempre que eles solicitavam essa parceria ela ocorria (ENTREVISTADO 15, 2015).

Nessa parceria, a SEMED foi quem mais usou o flutuante. Depois de certo tempo e sem recursos para manutenção, o GRANAV acabou abandonando o flutuante. Nesse momento, também finda o Projeto “Terra e Água”, e, sem outras parcerias para captar recursos, a “Casa do Saber Popular”, foi desativada, mas, permanece no porto da comunidade ancorada, como demonstrada na foto.

Fotografia 06 - Flutuante "Casa do Saber Popular"

Fonte: Albarado 26/02/2016

Os membros do GRANAV foram alfabetizados e cursaram as séries iniciais do Ensino Fundamental no flutuante, um espaço que contribuiu para a formação de lideranças, treinamentos, oficinas e para o fortalecimento da luta dos ribeirinhos na Ilha.

No início, o processo de ensino na “Casa do Saber Popular” reproduzia o livro didático correspondente ao funcionamento de cada série. A SEMED apenas mandava o professor para ministrar as aulas, mas não dava formação, nem apoio, havia muita desistência (DUTRA, 2005). Com a formalização da parceria, o professor foi escolhido pelo GRANAV e era oriundo da própria localidade, isso facilitou o envolvimento do professor com os comunitários, assim como trouxe os conhecimentos dos ribeirinhos, dos membros do GRANAV para a sala de aula, havia ali uma socialização de saberes e consequentemente a aprendizagem, relata o Entrevistado 15.

No início de 2005, eu fui convidado pelo professor e, então, secretário, professor Rener, [...] atendendo um pedido dos nossos colegas do GRANAV. Eles aproveitaram o momento do lançamento do livro *O Homem em Sintonia com a Natureza* (sobre a história do grupo), para estreitar os laços de parceria com a SEMED, na época. Como o professor Rener sempre foi a favor da qualidade educacional, ele não teve nenhum problema, não hesitou em nenhum momento em contribuir. E a contribuição que eles pediram naquele momento era um profissional que se identificasse com aquela região e com a preservação e conservação, e, como eu era oriundo daquela região, toda a minha família, inclusive ainda mora ali, eu fui convidado pelo professor Rener e pelo GRANAV para trabalhar ali naquele

ambiente [...] alguns projetos dentro da sala de aula como, por exemplo, nós fizemos com os nossos alunos, da turma multiseriada pela manhã, um de nossos Agentes Ambientais do GRANAV, [...] Ele ensinou os nossos alunos a fazerem uma horta em forma de espiral, e ele ensinou eles a cuidar dessa horta, como é que funcionava, o porquê daquela formação. Não é um desenho atoa, é porque ali você começando a trabalhar a irrigação ali em cima por ela ser espiral, aquela água que poderia ser desperdiçada ela vem e é utilizada em toda a plantação. Então não há um desperdício, há uma organização, há uma melhor estrutura, por isso melhores resultados (2015).

O GRANAV foi responsável por muitas conquistas para os (as) ribeirinhos (as) do Paraná de Parintins e para as comunidades do Assentamento Vila Amazônia no que tange a formação formal e não formal, de muitas pessoas que atuam como liderança nessas localidades.

Hoje, as comunidades na Ilha dispõem do Ensino de Jovens e Adultos (EJA), o Ensino Fundamental presencial; e o Ensino Médio Tecnológico, que só funciona em Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

[...] através do GRANAV veio o EJA, né? Que foi que eu estudei também, que a gente conseguiu se formar. Aí, de lá, teve do EJA aluno que continuou [...] essas pessoas já estão formadas. Depois veio o Tecnológico que atende outra turma que já são formados, Tem o 3º ano completo, só que eu fiquei também, parei, né? Não continuei mais (ENTREVISTADO 07, 2016).

Por meio das reivindicações do GRANAV, as conquistas na área da educação foram expandidas para comunidades do Assentamento Vila Amazônia, onde o grupo tinha atuação. Nas escolas de várzea, da Ilha, já havia o Ensino Fundamental e Médio.

Para Sachs (2004), a educação traz ao povo consciência, desperta a cultura e os leva a compreender que têm direitos e a criarem instrumentos para exigir acesso a eles. Portanto, a educação é um dos caminhos promissores e eficazes para alcançar um desenvolvimento incluyente e sustentável ambientalmente, socialmente e economicamente, “[...], pelo seu valor intrínseco, na medida em que contribui para o despertar cultural, a conscientização, a compreensão dos direitos humanos, aumentando a adaptabilidade e o sentido de autonomia, bem como a autoconfiança e a auto-estima (SACHS, 2004, p. 39).

Na área de terra firme, uma das escolas conquistada por meio de reivindicação do GRANAV e das lideranças das comunidades do Laguinho, tem o nome de um dos fundadores do Grupo, senhor Fernando Rocha Carvalho.

[...] aqui na região do Laguinho na Escola Municipal Fernando Carvalho, hoje funciona o Ensino Médio é luta do GRANAV, foi reivindicação do GRANAV. Com isso as pessoas, através do GRANAV, se você for olhar hoje na nossa região aqui, a região da Valéria, região do Paraná de Parintins, as pessoas que fizeram faculdade,

que estão trabalhando como professores, são pessoas oriundas exatamente da base do GRANAV. Quer dizer, conseguiu aquela influência educacional lá dentro do GRANAV. Influência educacional que eu digo, dos movimentos populares, de fazer parte da vida da comunidade, de fazer parte da política do município, da política da comunidade. Isso contribuiu para que as pessoas fossem cada vez mais estudando, fazendo faculdade (ENTREVISTADO 03, 2015).

O Ensino Médio e Tecnológico é uma realidade em algumas comunidades de várzea e terra firme por insistência e reivindicação do GRANAV com apoio das comunidades. A educação, tanto popular, quanto formal, contribuiu para melhorar a vida de muitos jovens, inclusive daqueles que tiveram condições de prosseguir os estudos e concluir uma faculdade. Alguns hoje, são professores nas comunidades ou atuam como técnicos.

Com a chegada da energia, da luz, melhorou consideravelmente a qualidade de vida das pessoas, a formação delas, por exemplo, quem tinha a quarta série naquela época, hoje tá estudando o ginásio, tem gente que fez faculdade tudo em função do GRANAV. Tem a casa do saber popular [...]. Então, através dos técnicos que vieram pra comunidades, muitas pessoas sentiram incentivadas a estudar, poder fazer faculdade, uns já concluíram, outros estão na faculdade. Isso é uma coisa importante pra comunidade (ENTREVISTADO 04, 2015).

A luta continua, hoje, é pela qualidade do ensino existente, pois os comunitários têm percebido que, apesar de já ter muitos jovens formados no Ensino Médio, não houve mudanças nas comunidades com o envolvimento dessa juventude junto às questões sociais, ambientais, educacionais, culturais e políticas.

A gente agora está fazendo uma mobilização, pra fazer uma grande discussão entorno da questão da Educação do Campo, porque nós entendemos que não, não precisamos avançar no nível de educação, mas nós precisamos ter uma educação que esteja conectada com a nossa realidade, né? Porque aqui a gente tá tendo lá, não está servindo pra nós, né? (2015)¹³.

A preocupação é com o modelo de educação imposto às comunidades de várzea e terra firme que tem formado uma juventude que pouco se envolve na vida comunitária ou se importa com os problemas sociais locais. Parece existir uma perda de identidade da juventude sobre sua localidade, o pertencer, o ser da localidade.

Constata-se, nesse caso, que a educação é uma instância reguladora do estado, seu papel no meio da comunidade torna-se contraditório, porque serve a interesses externos, de veiculação de valores e normas da classe dominante. Os conteúdos são selecionados para estimular à competitividade, o individualismo, à formação de desenvolvimento sustentável a

¹³Palestra proferida por Eraldo Albuquerque. II Seminário Internacional de Questões socioambientais e Sustentabilidade na Amazônia, Manaus-AM, em dezembro de 2015.

serviço do mercado. O ensino nas comunidades precisa conduzir os sujeitos sociais e históricos à transformação de sua realidade, a partir de suas necessidades e vocações locais.

3.4.5 Impactos das práticas organizativas e socioambientais do GRANAV nas Comunidades Ribeirinhas

Assim como muitos movimentos protagonizados pelos povos da Amazônia brasileira, o GRANAV, no município de Parintins (AM) tem sido uma experiência desse protagonismo na construção da identidade socioambiental nas comunidades ribeirinhas, ao longo de mais de três décadas atuando junto às comunidades ribeirinhas da Ilha do Paraná de Parintins.

O GRANAV é formado por sujeitos sociais e históricos, com identidade de base comunitária. E, tem protagonizado muitas práticas organizativas e socioambientais valorizando os saberes locais e o modo de vida do povo amazônida buscando criar alternativas possíveis para que este povo permaneça nas localidades de origem e possam viver bem, segundo os próprios princípios. Um exemplo desse tipo de prática é o manejo de quelônio, iniciado na comunidade de Murituba, em 1999, no município de Parintins (AM), por um Agente Ambiental Voluntário e membro do GRANAV. Essa prática se tornou mais sistemática a partir da troca de experiência com o Projeto Pé-de-Pincha, implantado pela primeira vez no município de Terra Santa, no Estado do Pará.

A gente criou na comunidade do Murituba a primeira soltura dos (de) quelônios, né? Foi idealizado pelo GRANAV, quer dizer, criar os tracaiazinhos dentro dos tanquezinhos, lá, eram feitos nos tanques pequenos ainda. Então, foi à primeira ação do GRANAV junto às comunidades, aqui, na região do Muirituba, ali. E da região do Muirituba que a gente tinha lições lá de Terra Santa, né? A gente tinha visto lá a criação. Então, foi trazido pra aí a mostra de como era feito e aí, dela fizemos a primeira soltura. Lá, no Murituba, deu certo e aí depois da soltura, nós partimos pra preservação do lago do Murituba também e aí a comunidade da Valéria já pegou a soltura de quelônios e aí foi expandindo para outras comunidades [...] (ENTREVISTADO 01, 2015).

Essa é uma prática de conservação e repovoamento de quelônios que conta com apoio dos comunitários e do Programa Pé-de-Pincha da Universidade Federal do Amazonas, ocorre em várias comunidades como “[...] o Parintinzinho e a comunidade de Murituba, eles fazem a preservação de tracaías” (ENTREVISTADO 06, 2016).

As comunidades Santa Maria do Murituba mais cinco comunidades da área da Valéria, no início dos trabalhos de manejo dos quelônios e manejo de lagos, foram as que se destacaram. Isso tomou uma dimensão muito grande e serviu de exemplo para muitas outras comunidades. Inclusive, quando enfraqueceu esse trabalho, principalmente nessa área da

Valéria, outras comunidades se destacaram, e hoje são referência, no município de Parintins (AM). Um exemplo é a comunidade do Parintinzinho.

No início do manejo de quelônios em Parintins (AM), a técnica que utilizavam era o próprio conhecimento tradicional que os (as) ribeirinhos (as) possuíam. Com a criação do Programa Pé-de-Pincha pela Universidade Federal do Amazonas, inspirado na experiência do município de Terra Santa. Segundo o Entrevistado 16 (2015), alguns membros do GRANAV contando na época com o apoio do IBAMA local, visitam essa experiência *in loco*, que contribuiu no fortalecimento das ações de manejo de quelônio em Parintins.

Outro exemplo de socialização da experiência do GRANAV, ocorreu na comunidade São Paulo, na Valéria. Os comunitários não tinham preocupação com os recursos naturais existentes na comunidade, havia muita derrubada de florestas e queimadas para fazer pasto, bem como a captura de animais silvestres para uso como atrativo turístico que ocorre nessa área. A Valéria é uma área com potencial turístico, em função das belezas naturais, sítios arqueológicos e a confecção de artesanatos. Para chamar atenção dos turistas, os comunitários capturavam animais silvestres (papagaios, macacos, jacarés, preguiças, dentre outros) para exposição no dia da visita dos cruzeiros.

Depois de um intenso trabalho de sensibilização do GRANAV junto aos comunitários, essa prática foi reduzida, mas ainda há pessoas praticando.

[...] houve uma discussão grande na Valéria [...] era uma verdadeira loucura de navio turista que parava lá e eles prendiam (os animais). E aí começou uma ação interventiva do GRANAV em cima da Valéria (Comunidade de São Paulo), por exemplo, eles amarravam jacaré, passava o navio, tinha temporada, janeiro, fevereiro [...] mas se eles pegassem um jacaré, por exemplo (julho), o navio ia passar em dezembro, mas eles tinham pegado jacaré em Julho eles deixavam amarrado, quando eles chegavam, eu cheguei a ver isso aí. Eles matavam pra ver o jacaré pro turista tirar foto, eles cobravam um dólar, coisas terríveis tudo amarrado lá, papagaio, periquito, tudo preso, a atração era trazer os bichos. Foi quando o GRANAV, inclusive, interferiu muito nisso aí, o IBAMA interferiu (ENTREVISTADO 16, 2015).

O GRANAV promoveu cursos de artesanatos aos comunitários de São Paulo na Valéria que tem um número considerado de artesãs, mas que precisavam melhorar os produtos. Na comunidade, o GRANAV assessorou a fundação, em 2003, da Associação dos Artesãos de São Paulo (ARTESAMPA). A associação vem organizando e orientando os comunitários para receber bem os turistas. Dentre as atividades oferecidas aos turistas estão passeios de canoa, caminhada pela floresta, apresentação e comercialização de uma variedade de artesanatos locais. São Paulo recebe em média, uma frota de sete navios transatlânticos por ano.

3.4.6 As mulheres ribeirinhas nas práticas organizativas e socioambientais do GRANA V

A mulher teve papel relevante na construção do ambientalíssimo no Brasil, com destaque para Hilda Zimmermann, Giselda Castro e Magda Renner que representam o pioneirismo da ecologia no Brasil, junto com outras figuras ilustres como Lutzenberger (BONES e HASSE, 2002).

Zimmermann foi considerada uma das ativistas ecológica mais importante do Rio Grande do Sul. Ajudou na formação da AGAPAM e teve uma vida dedicada à defesa do meio ambiente. Castro foi fundadora da Ação Democrática Feminina Gaúcha, uma mulher aguerrida, enfrentou pessoas poderosas e governos em defesa do meio ambiente saudável. Já Renner, também mulher de fibra, foi responsável pela incorporação da questão ambiental no Núcleo Amigos da Terra Brasil (BONES e HASSE, 2002).

São três mulheres que deixaram um legado de resistência e protagonismo em favor de um meio ambiente saudável e de muitas outras questões sociais que inspiraram a criação de organizações e levantes em defesa do meio ambiente (BONES e HASSE, 2002).

A mulher ribeirinha tem conquistado espaços de participação no movimento ambiental GRANA V. Apesar de não terem assumido a presidência do grupo até o momento, as mulheres ribeirinhas têm ajudado no fortalecimento e no crescimento dessa instituição. Elas sempre estiveram presentes nos encontros, reuniões, assembleias, eventos, nos debates junto com os esposos, os filhos e os pais empunhando a mesma bandeira de luta.

Fotografia 07 - mulher ribeirinha na Assembleia do GRANA V

Fonte: Albarado 13/09/2015

A pesar disso, essa participação feminina tem encontrado desafios e amarras que se devem a processos históricos de uma sociedade ocidental marcada pelo machismo. Ainda é um desafio a participação das mulheres em todos os momentos dos eventos promovidos, geralmente, elas têm participação intensa no início e no final dos eventos, pois ficam responsáveis pela preparação da alimentação, do cuidado com o ambiente e outras obrigações a elas atribuídas, “[...] a gente ía mais assim pra cozinha fazer a alimentação pro pessoal quando viesse, fazer café e servia pro povo que vinha, aí era isso aí. [...] no lago a gente ía, a gente ía pra lá sim (ENTREVISTADO 13, 2016).

Para além dos eventos, a mulher ribeirinha, da Ilha do Paraná de Parintins, tem conquistado espaços de participação efetiva, assumindo cargos de destaque dentro do GRANA V, em comissões, secretaria, tesouraria. Na comunidade são liderança. Além disso, tem participado em cursos de formação de lideranças, cursos profissionalizantes, dentre outros. A Entrevistada 13 (2016) relata, “[...] o que eu achei de bom, foi o curso, eu gostei, participei do curso de fazer piracuí, de fazer picadinho de peixe, sabão de peixe, tudo isso daí. Aprendi um pouco fazer ração de peixe também, então tudo isso eu aprendi um pouco”.

O protagonismo da mulher ribeirinha tem sido objeto de muitos estudos (ALENCAR, 2013), os quais demonstram as importantes conquistas que tem feito por melhores condições de saúde, escola, trabalho digno, previdência e assistência social. Mas, muito ainda precisa ser

feito, pois a mulher amazônida, tanto quanto o homem, são sujeitas sociais e históricas e merecem ser valorizada como tal. Portanto, a mulher é protagonista, e, é muito mais sensível ao cuidado com a natureza e tem feito à diferença nos movimentos que participam a exemplo do GRANAV.

3.4.7 Práticas de renda na Ilha do Paraná de Parintins

As comunidades da Ilha do Paraná de Parintins, a partir da década de 1990, sofreram uma baixa em seus habitantes em razão do deslocamento para cidade e ou para a terra firme. Os problemas para esse deslocamento estava relacionado, com as grandes enchentes que destruía as plantações. Como a luta dos (as) ribeirinhos (as) era para garantir o alimento a sua família, não houve no início uma preocupação com uma alternativa econômica, queriam mesmo era conservar os lagos para não faltar o seu principal alimento.

O fato de não haver um projeto econômico duradouro para os ribeirinhos deixou muitos jovens sem possibilidade de permanecerem na localidade, principalmente, depois de formarem família. Isso aumentou a procura por mais alimento e a fonte começou a ficar escassa. A produção era pouca e o pouco se cultivava era levado pelas chias. Situação que levou muitas famílias a mudarem da ilha, uns para terra firme, outros para cidade de Parintins (AM) e outros para a capital do estado do Amazonas.

Por exemplo, as comunidades de várzea, muitas pessoas deixaram de morar na comunidade de várzea, não foi porque quis deixar, eu vou sair, mas foi por uma questão até de necessidade. Porque a várzea, o próprio sistema ambiental vai meio expulsando as pessoas do setor de várzea, não dar mais tempo de você plantar muita coisa, então você tem que buscar, buscar um novo. Essa foi uma das causas (ENTREVISTADO 03, 2015).

Os (as) ribeirinhos (as) que formam o GRANAV não eram contra a pesca para a sobrevivência, mas eram interpretados como contrários a atividade, seus propósitos eram e ainda são garantir o estoque de peixe, não deixar que desaparecerem, pois ainda é a principal fonte de alimento dos ribeirinhos da Ilha do Paraná de Parintins e arredores, assim como uma fonte para a complementação da renda familiar. Mas sofreu depredação depois que a juta acabou, pois o pescado passou a ser a única fonte de renda vista pelos ribeirinhos para continuar sobrevivendo na localidade.

A estratégia encontrada pelo GRANAV foi mostra a existência de outras alternativas de renda que fossem menos predadoras da natureza e menos sacrificante para os ribeirinhos que viviam somente da pesca. À medida que os (as) ribeirinhos (as) passaram a dedicar mais

tempo para à agricultura e ao extrativismo, sobrou menos tempo para pesca (MAYBURY-LIWIS, 1997) com isso houve uma diminuição da pressão sobre os recursos pesqueiros na Ilha do Paraná de Parintins.

Organizar as comunidades, por exemplo, questão de criar alternativas que era agricultura de subsistência e lá no Paraná de Parintins tem algumas pessoas que vive, mostrar pra pessoas que a gente plantando várias culturas na várzea ela dava mais dinheiro do que viver da pesca [...] tentar fazer o convencimento, mostrar com todas as pesquisas feitas que plantar dava mais dinheiro do que viver da pesca. E, essa pesca tinha uma situação, quem vive da pesca passa a noite no lago, pegando frio, pegando chuva, pegando sol, fuma e bebe e se arriscando ser mordido por um jacaré, por uma cobra, picado por uma arraia e ficar longe da família ainda. A família fica dias em casa. Então, mostrando que na agricultura, tinha a participação dos filhos, da mulher e as crianças estavam próximo do pai, da mãe, e se alimentando com a qualidade do alimento, né? Da própria agricultura orgânica, sem agrotóxicos e depois a alternativa era a criação de abelha sem ferrão. Então, que dizer o litro do mel de abelha hoje lá nessa região (é vendido a (R\$ 60,00) sessenta reais), as pessoas têm mais de 500 colmeias de abelha, só lá (ENTREVISTADO 04, 2015).

A sensibilização feita pelo GRANAV mostrando que agricultura poderia contribuir tanto para melhorar a vida dos ribeirinhos envolvendo todos os membros da família e não só o pai, como ocorre na pescaria, sem falar no tempo que ele deveria ficar longe da família e outras situações que relatou o Entrevistado 04, na citação anterior foram relevante para mudar o foco dos (as) ribeirinhos (as) do pescado e se voltar para a agricultura e o extrativismo.

[...] Veja uma questão interessante da luta do GRANAV que influenciou o GRANAV. Alguns anos atrás a área rural, o setor de várzea tinha duas produção só: o pescado e a juta. Nós temos na várzea uma terra muito fértil e o ribeirinho que morava lá não sabia aproveitar, não tinha influência de plantar a hortaliça, de trabalhar na hortaliça, na melancia e outras culturas que são rápidas, exatamente, próprias da várzea. Com a questão da atuação do GRANAV desse projeto, as pessoas passaram a ter outra consciência, a trabalhar na hortaliça, de plantar a melancia, de cultiva pequenas culturas que, exatamente, é de curto prazo (ENTREVISTADO 03, 2015).

A inserção da agricultura na Ilha do Paraná de Parintins melhorou muito a vida dos ribeirinhos, pois era cultivada uma variedade de cultura que se tornou a principal fonte de renda e diminuiu a pressão sobre os lagos, que passaram a ser fontes mais de alimento e não mais de exploração para a comercialização.

Um desenvolvimento com sustentabilidade perpassa pela agricultura, que representa um trabalho humano significativo e ecologicamente correto. A agricultura tem muito a oferecer para essa sustentabilidade. É um método regenerativo e também ecológico, “[...] se conseguirmos afastar-nos progressivamente do latifúndio, em direção a uma agricultura mais

camponesa que, nem por isso, precisa ser primitiva, pode aproveitar as técnicas e maquinários mais modernas [...]” (LUTZENBERGER, 2012, p. 116). Toda a sociedade ganha.

Os (as) ribeirinhos (as) da Ilha do Paraná de Parintins têm procurado seguir esse caminho, mas eles (as) precisam de incentivos financeiros e assistência técnica, como relata o Entrevistado 08, ao falar da vida na localidade.

A vida nossa aqui na comunidade é uma vida precária sabia? Mas a gente vai sobrevivendo, vive do nosso trabalho, trabalho pouco, nós não temos recursos, ninguém tem recursos. Nós trabalhamos por conta própria, nós plantamos um milho, uma melancia, um feijão, um jerimum. E, através disso, além da alimentação a gente vende um pouquinho pra comprar o alimento, a outra alimentação da gente que é arroz, macarrão, açúcar, café é nessas coisas. A gente vai levando devagar (ENTREVISTADO 08, 2016).

Fotografia 08 - Plantio de melancia



Fonte: Albarado 04/09/2015

Essa variedade de produção agrícola, aliada às práticas de extração florestal, da própria pesca, da caça, da pecuária de pequeno porte, da criação de pequenos animais e produção de mel. Segundo Toledo e Bassols (2015), protegem as famílias das crises econômicas e de fenômenos naturais.

Essa é uma realidade dos ribeirinhos da Ilha do Paraná de Parintins, que aprenderam a conviver com o fenômeno natural da cheia e da seca dos rios da Amazônia, por isso cultivam uma diversidade de produtos. Segundo Lutzenberger (2012), uma econômica constituída por

uma diversidade de produtos, consegue garantir a subsistência local de uma comunidade e o excedente pode ser vendido como relatou o ribeirinho na citação acima.

Esse estilo de vida dos (as) ribeirinhos (as) da Amazônia brasileira tem proporcionado uma vida sustentável ambientalmente e socialmente, confirmada por estudos anteriores, como de Maybury-Lewis (1997), ao ressaltar que

Até muito recentemente os ribeirinhos conseguiram viver com uma certa prosperidade rústica: pobres, mas longe de serem miseráveis. São agricultores de subsistência que produzem em regime familiar, e que vendem seu excedente para terceiros. Seus sítios ocupam as beiras dos rios da região. Assim, os ribeirinhos podem tirar proveito das águas e dos depósitos anuais de sedimento fértil que os rios proporcionam [...] (p. 37).

Alguns comunitários, tanto da Ilha do Paraná de Parintins, como de área de terra firme, onde o GRANA V atua, têm conseguido vender o excedente da produção para a Prefeitura Municipal de Juruti, no estado do Pará, por meio do Programa que obriga os municípios a comprar no mínimo 30% dos produtos para a merenda escolar, direto do produtor familiar.

Em Parintins, os produtores até a conclusão deste estudo ainda não conseguiram, que a Prefeitura Municipal de Parintins (AM) cumpra essa regra. O que existe em Parintins, é uma cooperativa que funciona como atravessadora, comprando a um preço do produtor, preço por sinal muito baixo e repassando para a prefeitura com outro preço, mais alto. Os produtores que fazem parte dessa “dita cooperativa” são apenas credenciados para vender os produtos, mas não são associados. Os “donos” da cooperativa que a administram e lucram individualmente.

A alternativa dos produtores que não aceitam vender para “essa cooperativa” vendem para a CONAB, com preço justo, sem obrigação de obedecer a um cronograma de entrega. Conforme produzem entregam à CONAB. Outra fonte de renda que vem crescendo, principalmente nas comunidades ribeirinhas, é a produção de mel de abelha, com o apoio e acompanhamento do GRANA V, assim como do INPA.

Abelha um projeto bom do GRANA V, foi o GRANA V, do GRANA V. O GRANA V que fez isso, através dele, eles puxaram aquele moço que tava falando pra você o Weliton, né? Aí ele veio dar esse curso, inclusive eu participei, né? E aí criou-se abelha. [...] afinal nessa área aqui quase a maioria tem, tudinho tem colmeia, tudinho e eles estão querendo muito mais. Agora teve um segundo curso agora novo, inclusive tô querendo entrar nele de novo, porque eu já fiz o primeiro, como diz a história não sou sabido, mas, mas ou menos eu tenho uma técnicazinha pra levar pra frente (ENTREVISTADO 08, 2016).

A orientação técnica, respeitando o conhecimento tradicional do povo amazônida, tem muito a contribuir para melhorar a produção não só do mel, mas em todas as atividades produtivas, seja na área de várzea e terra firme, à assistência técnica é indispensável para os produtores.

A criação de abelha, foi um dos trabalhos que deu certo, teve também a atividade de hortaliça que a gente trabalhou uma base de 4 anos, só que depois a gente parou esse trabalho, mas uma das atividades que até hoje tá dando certo é a criação de abelha (ENTREVISTADO 07, 2016)

O mel tem sido um complemento de renda para essas famílias, mas precisam ser melhorados os ambientes de criação das abelhas. A foto abaixo mostra que o espaço de produção ainda não atende o padrão exigido pelos órgãos de fiscalização e certificação da produção de mel para a comercialização no mercado externo, mesmo assim tem atendido o mercado local. Esse ambiente melhorado de acordo com as normas poderá certificar a produção e a comercialização. Hoje, já são 22 produtores de abelha, totalizando 400 colmeias.

Fotografia 09 - Casa de criação de abelha



Fonte: Albarado 22/01/2016

Certificando essa produção, outro passo é entrar no mercado interno e externo do produto para a venda desse mel, que é uma atividade econômica viável. Além disso, conserva e protege o meio ambiente e pode trazer progresso social para as famílias. A produção do mel

é uma atividade que tem envolvido toda a família no trato e cuidado com as colmeias, pois o produtor é obrigado a manter a floresta em pé. Ele sabe que quanto maior for a florada, maior será a produção de mel.

Alguns criadores, apesar de possuírem a técnica e cursos de boas práticas não conseguiram construir uma casa meliponária com condições mínimas para a produção, criam na varanda da casa. Essa foi, a alternativa que alguns produtores fazem para manter a produção, até conseguirem construir uma casa apropriada. Mas, a coleta do mel é feita por meio de uma maquina de sucção doada pelo GRANAV, adquirida com apoio financeiro da NORDESTA.

Fotografia 10 - Criação de abelha em local impróprio



Fonte: Albarado 08/09/2015

Os meliponicultores, tanto na Ilha do Paraná de Parintins e espalhado por outras localidades, como na área da Valéria, é o uso do ecossistema como fonte para a produção de mel, pois sua variedade de espécies nativas é uma alternativa econômica para os que vivem em seu entorno, sem precisar destruí-lo. Esse convívio respeitoso e culturalmente harmonioso indica caminhos para uma nova sustentabilidade que faz uso da natureza como fonte de sobrevivência e permanência dos povos amazônidas e de seus descendentes nessas localidades. O ecossistema e a própria biodiversidade representam uma potencialidade

produtiva, mesmo apresentando alguns limites, podem ser uma alternativa viável para o desenvolvimento da Amazônia com sustentabilidade (CHAVES e COELHO, 2014).

Os ecólogos sabem muito bem que a ecologia é produtiva, que os ecossistemas produzem biomassa, que registram uma produtividade primária decorrente do processo de fotossintético, mais ainda, todas as sociedades tradicionais geram uma economia produtiva a partir da produtividade da natureza. Embora não possamos voltar às teorias fisiocráticas que antecederam a economia clássica e às práticas tradicionais dos povos originários, é preciso reconhecer e reincorporar à economia a produtividade da natureza e a criatividade da cultura. A transição para a sustentabilidade implica a paulatina desconstrução da economia antiecológica e entropizante predominante – que não tem conserto nem saída dentro de sua racionalidade de curto prazo – e a construção de uma economia *neguentrópica* (LEFF, 2010, p. 29 - grifo do autor).

A produção de mel pelos ribeirinhos da Ilha do Paraná de Parintins é um desses exemplos de potencialidade para gerar renda nessas localidades, mas precisa de tecnologia apropriada, de financiamento, assistência técnica, capacitação dos produtores, de pesquisas para melhorar a produção, regularização dos meliponicultores para comercializar o mel e patentear a marca do mel produzido por eles. O mel é apenas uma das atividades promissora na Ilha do Paraná, onde vivem 56 famílias distribuídas em duas comunidades: Menino Deus Paraná de Parintins do Meio e Nossa Senhora do perpétuo Socorro Paraná de Parintins de Cima.

Aproximadamente 40% dessas famílias já produzem mel de abelha a poucos metros da residência e comercializam para os familiares, amigos e conhecidos que vivem na cidade de Parintins (AM) e em Manaus, no estado do Amazonas.

Há um potencial imenso para a produção, beneficiamento, comercialização e consumo de produtos oriundos da biodiversidade. A riqueza presente nesta realidade envolve desafios de grande monta impostos por fatores que ao mesmo tempo representam potencialidades e limites e que variam em função de: carência de tecnologias, complexidade de logística de escoamento da produção e para obtenção de insumos; limitada capacitação dos produtores; falta de crédito e assistência técnica aos produtores; carência de pesquisa e desenvolvimento; e, ainda, restrição dos marcos regulatórios coerentes com as necessidades e realidade vigente na região (CHAVES e COELHO, 2014, p. 53),

Outra forma encontrada por esses povos para sobreviver na Amazônia brasileira vem sendo a criação de pequenos animais e agricultura familiar que complementam a renda das famílias nas comunidades que o GRANAV atua, principalmente, das Comunidades Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e Menino Deus no Paraná de Parintins, *locus* da pesquisa.

Os desafios de viver e sobreviver nas áreas de várzea são muitos, mas isso, apesar de desanimar alguns, não tem sido motivo para deixarem suas localidades, pois são conscientes de que a vida em comunidade é boa e aconchegante, nessas áreas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa objetivou analisar o significado das práticas de sustentabilidade socioambiental do GRANAV junto às comunidades ribeirinhas, do município de Parintins (AM). De maneira específica, se pretendeu conhecer os modos de vida das comunidades ribeirinhas; identificar as práticas organizativas do GRANAV e examinar as práticas políticas, sociais, culturais, educacionais, ambientais e econômicas do GRANAV junto às comunidades envolvidas. Este estudo possibilitou a indicação de alguns resultados que merecem atenção de pesquisadores que já atuam na área socioambiental ou pretendem pesquisar sobre essa questão na Amazônia brasileira.

As práticas socioambientais desenvolvidas pelo GRANAV foram responsáveis por suscitar a) um amplo processo de sensibilização que extrapolou os limites das comunidades envolvidas; b) possibilitar o fortalecimento de lutas por políticas públicas na área da saúde, educação, habitação, saneamento, cultura, meio ambiente, regularização fundiária, agricultura familiar; c) possibilitar a organização de coletivos em defesa da natureza viva e, e) de identificar a vivência comunitária e familiar dos povos amazônidas como processo promissor para construção de uma nova sustentabilidade própria da Amazônia, cujas experiências podem ser consideradas para se pensar um planeta sustentável.

As estratégias de resistências, foram se solidificando ao ponto de levar os (as) ribeirinhos (as) dessa Ilha a promoverem muitos *empates* em defesa do alimento, da subsistência e de um bem viver. Fato que culminou com a constituição de um importante movimento ambiental de ribeirinhos no município de Parintins (AM) como forma organizativa de resistência contra às depredações da natureza, ou seja, a constituição do GRANAV. A Criação do grupo foi um ato de defesa e uma estratégia dos povos ribeirinhos (as) para resistirem ao sistema judiciário e aos órgãos ambientais, como o IBAMA, que os oprimia por agirem a revelia do sistema judiciário para proteger os recursos naturais dos próprios territórios.

Esse sentimento de pertencimento, vai muito além do fato de ser “dono” dos recursos naturais existentes na Ilha do Paraná de Parintins. Esse pertencimento mantém-se numa indissociável relação com a grande mãe terra, enquanto uma experiência herdada dos povos indígenas que viveram e ainda vivem na Amazônia. Esse posicionamento afetou os gestores do IBAMA, local e regional, assim como a promotoria para as causas defendidas pelos (as) ribeirinhos (as). Os sujeitos deixam claro em relatos e documentos a comprovação de que

esses órgãos, só após receber denúncias dos (as) ribeirinhos (as) e tomaram medidas legais, como edição de portarias coibindo ações predatórias ao meio ambiente.

Essas práticas socioambientais dos (as) ribeirinhos (as) foram decisivas para os debates e para a elaboração de políticas de estado tanto no município de Parintins (AM) quanto no Estado do Amazonas. O envolvimento das lideranças do GRANAV e das comunidades ribeirinhas tiveram força para estabelecer no Plano Diretor do município de Parintins a Ilha do Paraná de Parintins como uma Unidade de Conservação. Estratégia importante para coibir a depredação que vinha ocorrendo à época nessa localidade, mas que não chegou a ser regulamentada. Contudo, pela forte organização e influência do GRANAV junto ao poder público, tornou-se possível, por meio do INCRA, a criação do Projeto de Assentamento Agroextrativista Ilha do Paraná de Parintins.

Dentre às práticas organizativas do GRANAV, foram decisivas para os (as) ribeirinhos (as) da Ilha do Paraná de Parintins manterem seu modo de vida e resistirem ao modelo capitalista predador de recursos naturais, assim como para fortalecerem as lutas organizadas pelo GRANAV nas comunidades e criar uma cultura de pertencimento à localidade de origem. Essas práticas valorizam os saberes locais e o modo de vida dos ribeirinhos e criam alternativas viáveis para a permanência desse povo em suas localidades, usufruindo de uma vida digna, segundo os próprios princípios.

Isso tem sido possível nessas localidades pela experiência de manejo coletivo e pela criatividade dos ribeirinhos em se adequarem às sazonalidades existentes na Amazônia, fazendo uso de alternativas como a agricultura familiar, no cultivo de culturas de curta duração, criação de abelha, cultivo de hortaliças e outras atividades que não depredam a natureza.

Os *empates*, acordos, encontros, debates, vigílias, cultos ecumênicos, assembleias, festivais, denúncias e muitas outras práticas organizativas e socioambientais protagonizadas pelos GRANAV, junto com às comunidades não, só melhoraram a relação dos (as) ribeirinhos (as) com a natureza viva, como também possibilitaram a reprodução do pescado, o aparecimento de caça e de pássaros, a recomposição da mata ciliar dos lagos e a regeneração de áreas desmatadas. Isso contribuiu para fortalecer a consciência coletiva dos ribeirinhos pela defesa de seus recursos.

As práticas organizativas e socioambientais protagonizadas pelo GRANAV mostram o quanto é importante a luta organizada de coletivos na Amazônia. Os povos desse território precisam de reconhecimento, de valorização e de respeito das políticas públicas de governo e

de estado, pois historicamente, foram ignorados diante da imposição dos projetos de integração nacional, de exploração mineral, de construção de hidrelétricas e até mesmo pela criação de Unidade de Conservação que desconsideraram o povo residiam nessas áreas.

Essa ainda impulsionaram as lideranças das comunidades, onde o GRANAV atuava, a protagonizarem levantes por educação do e no campo com qualidade, que possibilitassem à juventude não só permanecer no campo, mas também aprender novas técnicas de uso da água, da terra e da floresta em benefícios da coletividade. Esse protagonismo proporcionou formas de um bem viver e a subsistência das comunidades ribeirinhas, capaz de impedir, em parte, a saída dos jovens de suas localidades para as áreas urbanas, atrás de um futuro incerto, sistematicamente, imposto pelo capitalismo.

A educação é o caminho promissor para os povos que vivem na Amazônia brasileira, pois oportuniza aos jovens e adultos a ter contato com os conhecimentos científicos, sendo capazes de sistematizar os etnoconhecimentos em favor desse povo como fazem os poucos jovens do GRANAV que conseguiram formação universitária e retornaram às suas comunidades. Este estudo permitiu perceber que o modo de vida dos ribeirinhos, herdado dos povos indígenas, constantemente, vem sendo ameaçado pelo modo de vida capitalista. No caso das comunidades ribeirinhas da Ilha do Paraná de Parintins, as políticas públicas reivindicadas pelo GRANAV trouxeram benefícios importantes para garantir a permanência dos (as) ribeirinhos (as) nessa localidade, mas também ameaçam o modo de vida tradicional desse povo.

A permanência e a sobrevivência desses povos em suas localidades de origem depende da conservação e preservação dos recursos naturais de várzea e de terra firme, por isso as práticas organizativas e socioambientais protagonizadas pelo GRANAV e as práticas sustentáveis protagonizadas pelos ribeirinhos transmitidas de geração a geração, mantêm-se viva e pulsante, confirmada pelos diálogos com os sujeitos da pesquisa, mostrando que os ribeirinhos aprenderam a viver com os limites impostos pela natureza, como os indígenas fazem até hoje.

A vida comunitária e familiar que experimentam os povos da Amazônia guarda um potencial de organização e protagonismo para lutas coletivas enraizadas nos diversos territórios na Amazônia por melhoria na educação, no saneamento, na cultura, no ambiente, na política, na regularização fundiária, na habitação, na assistência a saúde, na produção familiar, numa economia solidária e tantas outras necessidades. Benefícios que têm sido negados, ao longo da história.

A vida organizativa, apesar dos avanços apresentados, enfrentou alguns limites, dificuldades que levaram ao enfraquecimento das práticas socioambientais e da própria gestão da entidade, motivos como a falta de formação de novas lideranças. Isso causou retrocesso e falha de gestão. Se por um lado, a institucionalização do GRANAV afastou os (as) ribeirinhos (as) das ações radicais, pois passaram a temer à lei, por outro possibilitou a execução do projeto “Terra e Água”. Esse projeto, viabilizado com recursos externos, com a introdução de novas atividades para as quais os (as) ribeirinhos (as) não tinham habilidade como a criação de capivara, que não deu certo. A introdução dessas atividades limitou e fragilizou as práticas organizativas, produtivas e coletivas que haviam se tornado prática comum nas comunidades ribeirinhas. Essa fragilidade e limite afetou o modo de vida dos (as) ribeirinhos (as). Eles passaram a priorizar as atividades do projeto, cujos ganhos coletivos não foram satisfatórios. Em alguns, casos prevaleceram os ganhos individuais.

Outro motivo para este enfraquecimento diz respeito ao envolvimento de lideranças do GRANAV na política partidária. Até certo momento, esse envolvimento unificou interesses coletivos, mas depois os interesses particulares passaram a florir em detrimento dos coletivos. Ressalta-se, nessa situação, que nem todos limitaram suas ações ao particular. A política partidária não deixou de ser uma necessidade para esse povo, porém é preciso cautela e vontade coletiva capaz de construir um projeto político a longo prazo, sem desvincular-se das ações, das bandeiras de luta e dos objetivos da entidade.

O estudo sugere ao GRANAV que possa promover cursos de formação de liderança para os membros do grupo e aos interessados das comunidades onde atua; estabelecer estratégias de criação de um fundo mínimo para ajudar a manter as ações da entidade; renovar e construir parcerias com entidades de pesquisa, ONGs e universidades; lutar por acesso às tecnologias sociais, cursos técnicos e de graduação para atender às necessidades e às vocações produtivas das localidades e do povo amazônida. É imprescindível que povos da Amazônia pensem na estabilidade financeira para não ficar à mercê de políticas compensatórias.

Por conseguinte, não há dúvidas de que as práticas organizativas e socioambientais promovidas ao longo de mais de três décadas pelo GRANAV junto às comunidades ribeirinhas as têm guiados em direção à sustentabilidade socioambiental e a um bem viver, podendo servir de experiência para outras comunidades, assim como para entidades públicas e privadas repensarem o modelo atual de desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, Joselito. S. **Bio (sócio) diversidade e empreendedorismo ambiental na amazônia**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- ALBUQUERQUE, C. C. D. **Análise geocológica da paisagem de várzea na Amazônia Central: um estudo estrutural e funcional no Paraná de Parintins-AM**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2012, p. 225 p. (tese de Doutorado).
- ALBUQUERQUE, E.; LINS, F.; ALBUQUERQUE, F. **O homem em sintonia com a Natureza**. Parintins: IBAMA/PRO-VÁRZEA, 2004. (Coleção Retrato Regional).
- ALENCAR, E. F. Mulheres pescadoras e a conservação ambiental de recursos pesqueiros na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (Am). In: SCHERER, E. **Trabalhadores e trabalhadoras na pesca: ambiente e reconhecimento**. Rio de Janeiro: Garamond, v. 1, 2013, p. 21-50.
- ALIER, J. M. **O Ecologismo dos Pobres**. Tradução de Maurício Waldman. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- ALMEIDA, A. W. B. D. **Antropologia dos Archivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 08/Fundação Universidade do Amazonas, 2008.
- ALMEIDA, A. W. B. D. Amazônia: a dimensão política dos “conhecimentos tradicionais”. In: ALMEIDA, A. W. B. D. **Conhecimento Tradicional e Biodiversidade: Normas vigentes e propostas**. 3. ed. Manaus: UEA edições; PNCA/PPGSCA-PPGAS-UFAM, 2013. (Coleção documento de bolso nº 4).
- ALMEIDA, L. T. **Política ambiental: uma análise econômica**. Campinas, SP: Papirus; UNESP, 1998.
- AMAZONAS, G. D. E. D. **Decreto nº 10.028, de 04 de fevereiro de**. Manaus: [s.n.], 1987.
- AMAZONAS, G. D. E. D. **O valor dos serviços da natureza**. Manaus: Secretária de Estado Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável-SDS/CECLIMA, 2010.
- AMAZONAS, M. D. C. Desenvolvimento sustentável e teoria econômica: o debate conceitual nas perspectivas neoclássicas, institucionalista e da economia ecológica. In: NOBRE, M.; AMAZONAS, M. D. C. **Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito**. Brasília: IBAMA, 2002, p. 360.
- BARROS, A. D. J. P. D.; LEHFELD, N. A. D. S. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.
- BATISTA, D. **Complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento**. 2. ed. Manaus: EDUA/INPA, 2007.

BECKER, B. K. Amazônia: projeto nacional, política regional e instrumentos econômicos. In: MAY, P. H., et al. **Instrumentos econômicos para o desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira**. Brasília: MMA, 2005.

BEHRENDTS, L. R. **O movimento ambientalista como fonte material do direito ambiental**. Porto Alegre: [s.n.], 2011, p. 87 (Dados eletrônico).

BENCHIMOL, S. **Amazônia: formação social e cultural**. 3. ed. Manaus: Valer, 2009.

BERNARDO, M. Políticas públicas e sociedade civil. In: (ORG.), M. B. **Adifícil sustentabilidade: políticas energeticas e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é? o que não é?** Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

BONES, E.; HASSE, G. **Pioneiros da Ecologia: breve história do movimento ambientalista no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Já Editores, 2002, p. 214.

BRAGA, S. O uso sustentável da biodiversidade amazônica. In: VELLOSO, J. P. R.; ALBUQUERQUE, R. C. **Vazio de soluções?: desenvolvimento moderno baseado na biodiversidade**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

BURSTYN, M. Política para o desenvolvimento (sustentável). In: JR., R. B., et al. **Difícil Sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002, p. 59-76

CARNEIRO, A. C. **A história do Ambientalismo: o socialismo, a direita e o ecologismo**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2003.

CARVALHO, I. C. D. M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2008.

CASTRO, F.; MCGRATH, D. **O manejo comunitários de lagos na Amazônia**. Manaus: [s.n.], 2001. (Parcerias Estratégicas).

CAVALCANTI, C. **Desenvolvimento e natureza: estudo para uma sociedade sustentável**. 5. ed. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2009.

CHAVES, M. D. P. S. R. **Uma experiência de pesquisa-ação para a gestão comunitária de tecnologias apropriadas na Amazônia: um estudo de caso do Assentamento de Reforma Agrária Iporá**. Campinas, SP: USP, 2001, p. 207. (Tese de doutorado USP).

CHAVES, M. D. P. S. R. Ciência, Tecnologia e Inovação para o desenvolvimento da Amazônia: experiência da Universidade Federal do Amazonas. **Revista Parcerias Estratégicas**, Brasília, DF, v. 18, n. 36, p. 54-74, Jan-Jun 2013.

CHAVES, M. D. P. S. R.; COELHO, M. D. P. S. D. L. V. Desenvolvimento com Sustentabilidade: uma experiência de inovação social na Amazônia. In: CHAVES, M. D. P. S. R.; SANTIAGO, J. L. **Inovação, Desenvolvimento e Sustentabilidade na Amazônia**. Manaus: EDUA / FUA, 2014, p. 309.

CMMAD, C. M. S. M. A. E. D. **Nosso Futuro Comum**. ONU. Rio de Janeiro, p. 430 XVIII. 1991.

CORAZZA, R. I. Do debate científico à política pública: polarização das discussões acadêmicas entre biólogos nos anos 1970 e instrumentalização econômica das políticas ambientais. **Revista de Ciência e Tecnologia**, polarização das, v. 8(16), p. 107-118, 2000.

DIAS, G. F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Gaia, 2004.

DIEGUES, A. C. O mito do paraíso desabitado: as áreas naturais protegidas. In: FERREIRA, L. D. C.; VIOLA, E. **Incertezas de sustentabilidade na globalização**. Campinas: UNICAMP, 1996, p. 279-318. (Coleção momento).

DIEGUES, A. C. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 6 Ampliada. ed. São Paulo: Editora Hucitec, v. NUPAUB-USP/CEC, 2008.

DUARTE, C. S. A constitucionalidade do direito a educação do campo dos povos do campo. In: (ORG.), C. A. S. **Educação do campo: campo-políticas públicas-educação**. Brasília: INCRA/MDA, 2008, p. 109. (NEA especial 10).

DUTRA, M. V. F. **Análise da efetividade de dissiminação de resultados e lições aprendidas das iniciativas promissoras - ProVázeaIBAMA**. PROVARZEA/IBAMA. [S.l.], p. 173. 2005.

FAZENDA, I. **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 2006.

FEARNSIDE, P. M. **Política de Conservação na Amazônia brasileira: entendendo os dilemas**. Manaus: CPEC/INPA, 2003. (Coordenação de Pesquisas em Ecologia-CPEC Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia-INPA).

FERREIRA, A. J. M. et al. **Relatório Conclusivo de Auditoria Operacional e Ambiental em Unidade de Conservação Estaduais do Amazonas**. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS. Manaus, 2013, p. 86.

FRANCISCO, S. P. Sobre o cuidado da casa comum. **Carta Encíclica**, Roma, 24 maio 2015.

FRAXE, T. D. J. P.; PEREIRA, H. D. S.; WITKOSKI, A. C. **Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais**. Manaus: EDUA, 2007.

GOHN, M. D. G. **Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais**. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção questões da nossa época; v.1).

GRANAV, G. A. N. V. **ESTATUDO SOCIAL**. Parintins: [s.n.], 1992.

GRANAV/INCRA. **Plano de Utilização do Projeto de Assentamento Agroextrativista-PAE Ilha Paraná de Parintins**. Parintins: [s.n.], 2005.

GUIMARÃES, M. **A dimensão ambiental na educação**. 10. ed. Capinas, SP: Papyrus, 2010.

INCRA. Projeto de Assentamento Agroextrativista-PAE Ilha do Paraná de Parintins. www.incra.gov.br, 6 Dezembro 2007.

JACOBI, P. Movimento ambientalista no Brasil. representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas. In: RIBEIRO, W. **Patrimônio Ambiental**. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 1-34.

LAYRARGUES, P. P. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito? **Revista Proposta**, Salvador, 1997. ISSN 71.

LEFF, E. **Discurso sustentável**. São Paulo: Cortez, 2010.

LEIS, H. **A modernidade insustentável**: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea. Petrópolis: Vozes, 1999.

LOUREIRO, C. F. B. **O movimento ambientalista e o pensamento crítico**: uma abordagem política. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Quartet, 2006.

LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. D. (**Educação Ambiental**: repensando o espaço da cidadania. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LÖWY, M. **Ideologia e ciência social**: elementos para uma análise marxista. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

LÖWY, M. **Ecologia e Socialismo**. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção questões de nossa época v. 125).

LUTZENBERGER, J. **O Fim do Futuro?** manifesto ecologico brasileiro. Porto Alegre: Movimento, 1997.

LUTZENBERGER, J. **Crítica Ecológica do Pensamento Econômico**. Porto Alegre: L&PM, 2012, p. 184.

MARCONDES, S. **Brasil, amor à primeira vista**. São Paulo: Peirópolis, 2005.

MAYBURY-LEWIS, B. Terra e água, identidade camponesa como referência de organização política entre os ribeirinhos do rio solimões. In: FURTADO, L. G. **Amazônia: desenvolvimento, sócio-diversidade e qualidade de vida**. Belém: UFPA/NUMA, 1997.

MCCORMICK, J. **Rumo ao Paraíso: a história do movimento ambientalista**. Rio de Janeiro: Relume, Dumará, 1992.

MMA, M. D. M. A. **Relatório Consolidado de Avaliação do PPG7**. MMA/Secex/Daam. Brasília-DF, 2006.

MONTEIRO, A. **O espaço amazônico: sociedade & meio ambiente**. Belém: UFPA/NPI, 1997.

MPE/AM, M. P. E. **Termo de Conciliação**. Parintins: [s.n.], 1989, p. 3.

MUÑOZ, M. G. Saber indígena e meio ambiente: experiências de aprendizagem comunitária. In: LEFF, E. **A Complexidade Ambiental**. Tradução de Eliete Wolff. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NOBRE, M. Desenvolvimento sustentável: origem e significado atual. In: NOBRE, M.; AMAZONAS, M. D. C. **Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito**. Brasília: IBAMA, 2002, p. 21 -106.

NOBRE, M.; AMAZONAS, M. D. C. **Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito**. Brasília: IBAMA, 2002, p. 360.

OLIVEIRA, I. A. D. **Cartografia ribeirinha: saberes e representações sobre práticas sociais cotidianas de alfabetizando amazônidas**. Belém -PA: CCSE-UFPA, 2003. (coleção saberes amazônicos, n 01).

PARINTINS. **Lei Municipal 01/2004**. Parintins: [s.n.], 2004.

PARINTINS. **Lei 0387/2006**. Parintins: [s.n.], 2006. Institui o Código de Meio Ambiente de Parintins e, dá outras providências.

PEREIRA, H. D. S. **Iniciativa de co-gestão dos recursos naturais da várzea**. Manaus: Ibama/ProVárzea, 2004.

PRESSLER, N. **Comunicação e Meio Ambiente: agência de Cooperação Internacional e projetos socioambientais na Amazônia**. Belém/ Manaus: UNAMA/UEA, 2012.

PROVARZEA/IBAMA, P. M. D. R. N. D. V. **I Encontro dos Agentes Ambientais Voluntários de Parintins**. ProVárzea/IBAMA. Parintins-AM, 2003, p. 21.

PROVARZEA/IBAMA, V. M. D. R. N. D. V. **II Encontro dos Agentes Ambientais Voluntários de Parintins**. ProVárzea/IBAMA. Parintins - AM, 2004, p. 28.

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental.** Revista e ampliada 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2009. (Coleção primeiros passos).

RODRIGUES, J. M. M.; SILVA, E. V. D. **Educação Ambiental e Desenvolvimento sustentável:** problemática, tendência e desafios. 3. ed. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2013.

RUEDA, R. P. et al. **Relatório Consolidado de Avaliação do PPG7.** Ministério do Meio Ambiente. Brasília - DF, 2006, p. 160.

SACHS, I. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SADER, E. **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma.** São Paulo: Boitempo, 2013.

SALOMON, D. V. **A maravilhosa incerteza:** pensar, pesquisar e criar. São Paulo-SP: Martins Fonte, 2000.

SANTILLI, J. **Socioambientalismo e novos direitos:** proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. [S.l.]: Peirópolis-Instituto Socioambiental e Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2005.

SILVERMAN, D. **Interpretação de dados qualitativos:** métodos para análise de entrevista, textos e interações. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SIRKIS, A. Enquanto isso, na terra do pau-brasil. In: MCCORMICK, J. **Rumo ao paraíso:** a história do movimento ambientalista. Rio de Janeiro: Relime, Dumará, 1992, p. 215-224.

SPÍNOLA, H. B. **O ribeirinho:** ontem e hoje na defesa do peixe no Amazonas. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 1997. (dissertação de mestrado).

TEIXEIRA, E. **As três metodologias:** acadêmica, da ciência e da pesquisa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

TOLEDO, V. M.; BASSOLS, N. B. **Memória Bicultural:** a importância ecológica das sabedorias tradicionais. Tradução de Rosa L. Peralta. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução a pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VEIGA, J. E. D. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VEIGA, J. E. D. **Sustentabilidade: a legitimação de um novo valor**. São Paulo: SENAC, 2010.

VIEIRA, L.; CADER, R. A Política ambiental na década 2002-2012. In: SADER, E. **10 anos de governo pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. Rio de Janeiro: Boitempo/Flocco Brasil, 2013.

VILLARROEL, L. C. L.; TONI, F. Política e meio ambiente: a inclusão das unidades de conservação na agenda de governo do estado do Amazonas. **Revista de Ciências Sociais e econômicas - Raízes**, São Paulo, v. 32, n.1, Janeiro-Junho, 2012.

VIOLA, E. Globalização da política ambiental no Brasil, 1990-1998. In: **"XXI International Congress of the Latin American Studies Association**. Chicago: [s.n.], 1998.

VIOLA, J. E.; LEIS, H. R. A Evolução das Políticas Ambientais no Brasil, 1971 a 1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: HOGAN, D. J. H.; VIEIRA, P. F. **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1995. (Coleção momento).

WITKOSKI, A. C. **Terras, Florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais**. Manaus: EDUA, 2007. (Série: Amazônia: a terra e o homem).

GLOSSÁRIO

Arrastão - Rede de pesca que se arrasta pelo fundo do lago ou rio e recolhe todo tipo de peixe

Apuzeiro - árvore morácea da Amazônia (*Ficus fagifolia*)

Arrendamento - contrato pelo qual uma pessoa cede a outrem, por um tempo e preço previamente estipulados, o uso de algum bem como (imóvel)

Boca do lago – é à entrada de um lago

Barraco - Habitação pobre e tosca, ou com instalações precárias

Brecava - parar, frear, impedir a entrada de pescadores comerciais nos lagos

Batição - Processo semelhante de pescar, batendo a água até que os peixes caiam na rede.

Barco geleiro - barco com capacidade de armazenar grande quantidade de peixe por vários dias

Búfalo - denominação comum a diversas espécies de mamíferos ruminantes (*Bubalus bubalis*, *Syncerus caffer*), semelhantes ao boi, de chifres bem curvos

Restinga- faixa de areia com mato à margem de um rio ou igarapé

Cardume - Bando de peixes

Empates - impedir, atrapalhar, fazer com que algo não progrida como a derrubada da floresta na Amazônia

Lanterna de carbureto - apetrecho de pesca

Pernoitar- passa a noite em vigília, vigiando os lagos.

Paraná- é um braço de rio, que forma uma ilha, e que encontra o mesmo rio mais adiante.

Puxirum ou mutirão - esforço coletivo para solução de uma necessidade.

Timbó - Planta amazônica que tem uma seiva tóxica para os peixes

Vigília de lago - Permanência dos ribeirinhos na entrada do lago para impedir a entrada de pescadores comerciais.

ANEXOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
 INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr.(a) para participar do Projeto de Pesquisa “O SIGNIFICADO DA PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DO GRUPO AMBIENTAL NATUREZA VIVA-GRANAV PARA O MODO DE VIDA DAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS EM PARINTINS”, dos pesquisadores: Professora Dra. Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves e o Mestrando Edilson da Costa Albarado, que será realizado na Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e objetiva Analisar o significado das práticas de sustentabilidade socioambiental do Grupo Ambiental Natureza Viva - GRANAV para o modo de vida das Comunidades Ribeirinhas em Parintins.

O pesquisador, responsável pelo projeto, pede autorização para coletar informações que serão feitas por meio de aplicação de entrevista gravada, observação e registro fotográfico. O (A) Sr.(a) foi escolhido (a) porque vivenciou as ações do Grupo Ambiental Natureza Viva na localidade onde mora. Neste caso as informações prestadas servirão para traçar reflexões sobre o significado das práticas de sustentabilidade socioambiental do GRANAV no modo de vida dos comunitários das comunidades em que o grupo atua; assim como para examinar as práticas políticas, sociais, culturais, educacionais, ambientais e econômicas do GRANAV junto às comunidades ribeirinhas do Paraná de Parintins-AM e para somar às pesquisas desenvolvidas neste campo.

Se você autorizar conceder essas informações, elas serão incluídas na pesquisa para dar suporte a análise de como essas práticas desenvolvidas pelo GRANAV podem ter contribuído para melhorar a interação dos comunitários com os recursos naturais, na organização dos ribeirinhos nas comunidades que vem atuando a mais de três décadas no Município de Parintins Amazônia e na proposição de políticas públicas ambientais de estado.

Se depois de autorizar as informações, o (a) Sr.(a) não quiser que seu relato seja usado, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta das informações, independente do motivo e sem nenhum prejuízo. O (A) Sr.(a) não terá nenhuma despesa e também não ganhará nada. Toda pesquisa é vulnerável a ricos, nesta a vulnerabilidade são de caráter moral, intelectual, social, cultural ou espiritual, mas serão tomadas todas as medidas necessárias para que suas informações sejam únicas e inclusivas para o estudo em questão. Sua participação é importante nesta pesquisa, pois viveu e vive as diversidades ambientais dos ribeirinhos nas comunidades amazônicas, logo a pesquisa poderá trazer benefícios socioculturais e socioambientais relevantes para você e para valorizar e reconhecer os saberes da comunidade em que reside.

Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em segredo permanente. Para qualquer outra informação, o (a) Sr.(a) poderá entrar em contato com o Programa de Pós- Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia-PPGSCA/UFAM (92) 3305-4581 ou com o pesquisador pelo telefone (92) 99114 8878.

Consentimento Pós-Informação

Eu _____, Fui informado (a) sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Estou recebendo uma cópia deste documento, assinada, que vou guardar.

Assinatura do participante ou

Pesquisador (a) responsável



Data

Impressão do dedo polegar
 Caso não saiba assinar



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
 INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA



Roteiro de entrevista com os membros do GRANAV

Dissertação: O SIGNIFICADO DAS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DO GRANAV JUNTO ÀS COMUNIDADES RIBEIRINHAS DO MUNICÍPIO DE PARINTINS-AM

Autor: EDILSON DA COSTA ALBARADO

Orientadora: Dra. MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO RODRIGUES CHAVES

Identificação:

Nome: _____ DN: ___/___/___

Endereço: _____

E membro do GRANAV desde quando: _____ Formação: _____

Exerce algum cargo ou já exerceu no GRANAV: _____

Qual sua ocupação profissional: _____

Local de nascimento: _____ Tempo que reside na Comunidade: _____

Data: ___/___/___ Local da entrevista: _____ Hora: _____

1. Comente sobre o surgimento do GRANAV.
2. Descreva as atividades que o GRANAV desenvolve junto às comunidades.
3. Fale da relação social entre os comunitários e dos comunitários com a natureza.
4. Fale sobre a formação que o GRANAV oferece para os ribeirinhos.
5. Relate como as comunidades se organizam para garantir a sustentabilidade socioambiental.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
 INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA



Roteiro de entrevista com os membros das comunidades

Dissertação: O SIGNIFICADO DAS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DO GRANAV JUNTO ÀS COMUNIDADES RIBEIRINHAS DO MUNICÍPIO DE PARINTINS-AM

Autor: EDILSON DA COSTA ALBARADO

Orientadora: Dra. MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO RODRIGUES CHAVES

Identificação:

Nome: _____ DN: ____/____/____

Endereço: _____

Formação: _____ Participou de atividade do GRANAV: _____

Qual sua ocupação profissional: _____

Local de nascimento: _____ Reside na Comunidade há quanto tempo: _____

Data: ____/____/____ Local da entrevista: _____ Hora: _____

1. Relate como é o modo de vida aqui na sua comunidade
2. Descreva as atividades que o GRANAV desenvolveu aqui na sua comunidade
3. Fale da relação social entre vocês na comunidade e de vocês com a natureza
4. Fale sobre o que representa o GRANAV para a sua comunidade
5. Relate como sua comunidade se organiza para garantir a sustentabilidade socioambiental



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
 INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA



Roteiro de entrevista/funcionário do IBAMA

Dissertação: O SIGNIFICADO DAS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DO GRANAV JUNTO ÀS COMUNIDADES RIBEIRINHAS DO MUNICÍPIO DE PARINTINS-AM

Autor: EDILSON DA COSTA ALBARADO

Orientadora: Dra. MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO RODRIGUES CHAVES

Identificação:

Nome: _____ DN: ____ / ____ / ____

Endereço: _____

Formação: _____ Função no IBAMA: _____

Qual sua ocupação profissional: _____

Local de nascimento: _____ Reside em Parintins há quanto tempo: _____

Data: ____ / ____ / ____ Local da entrevista: _____ Hora: _____

1. Fale sobre a relação do IBAMA com as comunidades do Paraná de Parintins e o GRANAV.
2. Fale sobre a parceria estabelecida entre IBAMA e GRANAV.
3. Descreva as atividades do GRANAV que contou com a parceria do IBAMA.
4. Fale dos frutos dessa parceria IBAMA e GRANAV.
5. O que representa o GRANAV para as comunidades ribeirinhas em Parintins.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
 INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA



Roteiro de entrevista com professor

Dissertação: O SIGNIFICADO DAS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DO GRANA V JUNTO ÀS COMUNIDADES RIBEIRINHAS DO MUNICÍPIO DE PARINTINS-AM

Autor: EDILSON DA COSTA ALBARADO

Orientadora: Dra. MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO RODRIGUES CHAVES

Identificação:

Nome: _____ DN: ___/___/___

Endereço: _____

Formação: _____ Quanto tempo na profissão: _____

Local de nascimento: _____ Tempo que residiu na Comunidade: _____

Data: ___/___/___ Local da entrevista: _____ Hora: _____

1. Conte sobre seu trabalho no Paraná de Parintins
2. Descreva as atividades de formação que você desenvolveu junto às comunidades a partir da relação que estabeleceu com o GRANA V
3. Relate como se deu a relação do saber dos comunitários com o currículo escolar
4. Fale sobre os estudos escolares e sua relação com as ações dos membros do GRANA V
5. Fale sobre a relação do seu trabalho com a sustentabilidade socioambiental



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA



Roteiro de Observação direta

Dissertação: O SIGNIFICADO DAS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DO GRANA V JUNTO ÀS COMUNIDADES RIBEIRINHAS DO MUNICÍPIO DE PARINTINS-AM

Autor: EDILSON DA COSTA ALBARADO

Orientadora: Dra. MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO RODRIGUES CHAVES

Identificação:

Comunidade: _____

Localização: _____

Data: ____/____/____

1. Modo de vida nas comunidades ribeirinhas
2. Atividades desenvolvidas pelos ribeirinhos na comunidade
3. Relação dos ribeirinhos com os ribeirinhos e dos ribeirinhos com a natureza
4. Relação dos ribeirinhos com o GRANA V e coordenação da comunidade
5. Práticas organizativas dos ribeirinhos para garantir a sustentabilidade socioambiental